

ADELICE INÊS MARTINS MAGALHÃES

**SERVIÇO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (PROJOVEM), MARIANA, MG:
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO, FUNCIONAMENTO E ALCANCES**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Maria das Dores Saraiva de Loreto

Coorientadora: Edna Lopes Miranda

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2023**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

M188s
2023
Magalhães, Adelize Inês Martins, 1994-
Serviço de formação profissional (PROJOVEM), Mariana,
MG: processo de construção, funcionamento e alcances / Adelize
Inês Martins Magalhães. – Viçosa, MG, 2023.
1 dissertação eletrônica (127 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexo.

Inclui apêndices.

Orientador: Maria das Dôres Saraiva de Loreto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Economia Doméstica, 2023.

Inclui bibliografia.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2023.578>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Jovens - Emprego - Mariana (MG). 2. Programa Nacional
de Inclusão de Jovens (Brasil). I. Loreto, Maria das Dôres
Saraiva de, 1952-. II. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Economia Doméstica. Programa de
Pós-Graduação em Economia Doméstica. III. Título.

CDD 22. ed. 331.347

Bibliotecário(a) responsável: Euzébio Luiz Pinto CRB-6/3317


ADELICE INÊS MARTINS MAGALHÃES

**SERVIÇO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (PROJOVEM), MARIANA, MG:
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO, FUNCIONAMENTO E ALCANCES**


Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 07 de julho de 2023.

Assentimento:

Documento assinado digitalmente
 **ADELICE INES MARTINS MAGALHAES**
Data: 01/11/2023 11:54:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Adelice Inês Martins Magalhães
Autora

Documento assinado digitalmente
 **MARIA DAS DORES SARAIVA DE LORETO**
Data: 01/11/2023 16:18:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maria das Dores Saraiva de Loreto
Orientadora

À minha amada filha Sophia Inês Martins Magalhães.

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente e acima de tudo, pelo dom da vida, por me amparar, iluminar e fortalecer em todos os momentos, principalmente no período do mestrado. Às vezes, quando não acreditava que seria possível concluir o mestrado, sentia que Ele me carregava em seu colo e soluções apareciam diante dos desafios. Por isso, nunca perdi a fé em Deus, porque sei que a fé remove montanhas.

À minha amada filha Sophia Inês Martins Magalhães, razão pela qual me esforço todos os dias para não desistir e deixar de exemplo para ela o caminho acadêmico.

Ao meu amor, meu esposo Wellington dos Reis Magalhães, pelo apoio, companheirismo e carinho de sempre.

Aos meus pais Sebastião do Carmo Martins e Neuza Aparecida B. Martins, por tudo; principalmente pelo suporte, companheirismo, apoio e carinho de sempre.

À minha tia emprestada Maria Aparecida dos Reis, pelo incentivo e apoio.

À minha querida orientadora Dorinha, que foi muito mais que orientadora, pois acreditou em mim, em meio aos desafios durante o mestrado, além da paciência, carinho, dedicação, parceria e apoio. Obrigada pelas palavras de incentivo e por não ter deixado eu desistir do mestrado!

À minha coorientadora Edna Lopes Miranda, pelas orientações, suporte, carinho e apoio.

A todos os colegas do mestrado e doutorado que compartilharam comigo seus conhecimentos e experiências, e me incentivaram a não desistir.

Aos amigos que me ajudaram, me incentivaram e me fizeram prosseguir esse caminho que foi desafiador para mim.

À minha família que, de alguma forma, influenciou para que eu chegasse até aqui.

À minha amiga Luciana Gomes, em quem me espelhei em realizar o mestrado.

À psicóloga Luciana do Nascimento e à minha terapeuta Rosi.

Aos participantes da entrevista que contribuíram com a coleta de dados.

Aos professores que aceitaram o convite em participar e contribuir com os seus conhecimentos nas bancas do projeto e da dissertação.

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de realizar a pós-graduação.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

MAGALHÃES, Adeline Inês Martins, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2023. **Serviço de Formação Profissional (PROJOVEM), Mariana, MG: processo de construção, funcionamento e alcances.** Orientadora: Maria das Dores Saraiva de Loreto. Coorientadora: Edna Lopes Miranda.

O estudo permeia a situação do jovem e sua relação com as políticas públicas, considerando o desafio do acesso ao primeiro emprego, que se intensificou com a pandemia do Covid 19, no Brasil. Para tanto, foi identificada, inicialmente, a estrutura ocupacional do mercado de trabalho e suas relações, no contexto da pandemia, com foco nas características do mercado de trabalho juvenil. Posteriormente, como estudo de caso, foi examinado o Serviço de Formação Profissional para jovens em situação de vulnerabilidade social (PROJOVEM), na cidade de Mariana, MG, com o objetivo de examinar seu processo de construção, funcionamento e alcances, em termos dos objetivos propostos e reflexos na qualidade de vida dos jovens. A presente pesquisa possui um cunho essencialmente qualitativo, sendo realizada no Município de Mariana, MG, que oferta o serviço PROJOVEM, por meio da prefeitura Municipal e da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (SEDESC). Com relação ao público-alvo da pesquisa, foram considerados os gestores do programa, bem como jovens egressos. A coleta de dados envolveu pesquisa bibliográfica e documental, além de pesquisa de campo junto a gestores e ex-beneficiários, por meio da aplicação da matriz GUT e entrevistas semiestruturadas. Os dados foram analisados pela estatística descritiva e análise textual, com o apoio do software IrAMuTeQ. Os resultados indicaram que, quantitativamente, a população adulta tem maior probabilidade de estar ocupada, em relação à população jovem; estando o maior percentual de desocupados relacionado aos jovens de 18 a 24 anos, principalmente, mulheres, de menor grau de instrução. A análise textual sobre a trajetória do discurso legal relativo ao público juvenil destacou o processo de formulação, condicionantes, atividades e instituições envolvidas, além dos alcances do PROJOVEM. Quanto às percepções do público gestor sobre o ciclo político do Serviço de Formação Profissional, seus principais problemas e alcances, os resultados evidenciaram que a maioria dos gestores apresentou a mesma visão sobre o PROJOVEM, tanto em termos da identificação e montagem da agenda, da formulação e implementação, com base nas normas legais, além de uma avaliação de processo, com mudanças positivas na vida dos jovens. No que concerne aos alcances do Programa, sob o olhar dos jovens beneficiários, os resultados foram positivos, tanto em termos da eficácia quanto da

efetividade, considerando o alcance dos objetivos propostos e suas implicações na qualidade de vida, cujo significado está associado à saúde, lazer/conforto/paz, trabalho, família e estabilidade financeira. Nesse contexto, pode-se concluir que, apesar da situação de precariedade do mercado juvenil, diante da escassez de recursos e da ofensiva neoliberal, intensificada pela crise pandêmica, o programa PROJOVEM, cujas alterações do discurso legal foram pontuais e incrementais, produziu mudanças positivas na qualidade vida dos jovens, alcançando os objetivos propostos, demonstrando, portanto, a efetividade e eficácia do Serviço de Formação Profissional para jovens em situação de vulnerabilidade social, da cidade de Mariana, MG.

Palavras-chave: PROJOVEM. Construção. Funcionamento. Alcances.

ABSTRACT

MAGALHÃES, Adeline Inês Martins, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, July, 2023. **Professional Training Service (PROJOVEM), Mariana, MG: construction process, operation and scope.** Adviser: Maria das Dores Saraiva de Loreto. Co-adviser: Edna Lopes Miranda.

The study permeates the situation of young people and their relationship with public policies, considering the challenge of access to their first job, which has intensified with the Covid 19 pandemic in Brazil. To this end, the occupational structure of the labor market and its relationships were initially identified, in the context of the pandemic, focusing on the characteristics of the youth labor market. Subsequently, as a case study, the Professional Training Service for young people in situations of social vulnerability (PROJOVEM), in the city of Mariana, MG, was examined, with the objective of examining its construction process, functioning and scope, in terms of the objectives proposals and reflections on the quality of life of young people. The present research has an essentially qualitative nature, being carried out in the Municipality of Mariana/MG, which offers the PROJOVEM service, through the City Hall and the Social Development and Citizenship Secretariat (SEDESC). With regard to the target audience of the research, program managers were considered, as well as young graduates. Data collection involved bibliographical and documentary research, in addition to field research with managers and former beneficiaries, through the application of the GUT matrix and semistructured interviews. The data were analyzed using descriptive statistics and textual analysis, with the support of the IrAMuTeQ software. The results indicated that, statistically, the adult population is more likely to be employed than the young population; with the highest percentage of unemployed related to young people aged 18 to 24, preferably women, with a lower level of education. The textual analysis on the trajectory of the legal discourse regarding the youth public highlighted the formulation process, constraints, activities and institutions involved, in addition to PROJOVEM's scope. As for the perceptions of the management public about the political cycle of the Professional Training Service, its main problems and scope, the results showed that most managers had the same view about PROJOVEM, both in terms of identifying and setting up the agenda, formulating and implementation, based on legal norms, in addition to a process evaluation, with positive changes in the lives of young people. With regard to the scope of the Program, from the point of view of the young beneficiaries, the results were positive, both in terms of efficacy and effectiveness, considering the scope of the proposed

objectives and their implications for quality of life, whose meaning is associated with health, leisure/comfort/peace, work, family and financial stability. In this context, it can be concluded that, despite the precarious situation of the youth market, given the scarcity of resources and the neoliberal offensive, intensified by the pandemic crisis, the PROJOVEM program, whose changes in the legal discourse were punctual and incremental, produced positive changes in the quality of life of young people, reaching the proposed objectives, demonstrating, therefore, the effectiveness and efficiency of the Professional Training Service for young people in situations of social vulnerability, in the city of Mariana, MG.

Keywords: PROJOVEM. Construction. Operation. Scope.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEP	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CF	Constituição Federal
COVID-19	Corona Vírus Disease – 2019
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRIA	Centro de Referência da Infância e Adolescência
CT	Conselho Tutelar
CMDCA	Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
CMJ	Conselho Municipal de Juventude
GUT	Matriz de Priorização
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IraMuTeQ	Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Testes et Questionnaires
MG	Minas Gerais
MP	Ministério Público
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PROJOVEM	Serviço de Formação Profissional para jovens em situação de Vulnerabilidade Social
QV	Qualidade de Vida
SEDESC	Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SERRP	Sistema de Estacionamento Rotativo Regulamentado Pago (em vias e logradouros públicos da cidade de Mariana)
SPSS	Social Package Statistical Science
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecimento

SUMÁRIO

1. A TEMÁTICA DO ESTUDO E SEU ENFOQUE METODOLÓGICO	12
1.1. Problematização e justificativa	12
1.2. Objetivos.....	17
1.2.1. Objetivo geral	17
1.2.2. Objetivos específicos	17
1.3. Fundamentação teórico-conceitual	17
1.3.1. <i>Policy cycle</i> : o processo de construção das políticas públicas	17
1.3.2. Juventudes e políticas públicas	21
1.3.3. Qualidade de Vida como categoria de análise	25
1.4. Percurso metodológico	25
1.4.1. Tipo de pesquisa	25
1.4.2. Local de estudo e público envolvido	26
1.4.3. Etapas da pesquisa e técnicas de coleta dos dados	28
1.4.4. Matriz metodológica.....	30
1.4.5. Procedimentos de análise de dados	30
1.4.6. Aspectos éticos da pesquisa.....	30
1.5. Estrutura da dissertação	32
1.6. Referências	33
ARTIGO 1 – CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO JUVENIL:.....	37
1. INTRODUÇÃO.....	38
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	39
3. METODOLOGIA	40
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	41
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
6. REFERÊNCIAS	45
ARTIGO 2 – O DISCURSO LEGAL DO SERVIÇO DE FORMAÇÃO PARA JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL (PROJOVEM), MARIANA, MG: UMA ANÁLISE TEXTUAL	47
1. INTRODUÇÃO.....	47
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	48
3. METODOLOGIA	50
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	51
4.1. Identificação dos dispositivos legais	51

4.2. Análise textual do discurso legal do Serviço de Formação Profissional para Jovens em Situação de Vulnerabilidade (PROJOVEM), Mariana	55
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
6. REFERÊNCIAS	65
ARTIGO 3 – CICLO POLÍTICO DO SERVIÇO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, ALCANCES E PRINCIPAIS PROBLEMAS: UM OLHAR DO PÚBLICO GESTOR.	68
1. INTRODUÇÃO	68
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	70
3. METODOLOGIA	72
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	73
4.1. Visão dos gestores sobre as etapas do ciclo político do PROJOVEM	73
4.2. Percepções sobre a realidade do programa, seus principais problemas e alcances	81
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
6. REFERÊNCIAS	87
ARTIGO 4 – ALCANCES DO PROGRAMA PROJOVEM: PERCEPÇÕES DOS BENEFICIÁRIOS.....	90
1. INTRODUÇÃO	90
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	92
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	93
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	94
4.1. Perfil dos egressos, significado do programa e motivação para ingresso	94
4.2. Percepções dos egressos sobre a eficácia do programa	97
4.3. Percepções dos egressos sobre a efetividade do programa: significado e reflexos sobre a qualidade de vida	101
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
6. REFERÊNCIAS	105
CONCLUSÃO GERAL	107
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com gestores do Serviço de Formação Profissional para Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social (PROJOVEM)	109
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com os egressos do Serviço de Formação Profissional para Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social (PROJOVEM).....	113
APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Gestores).....	116
APÊNDICE D – Termo de Consentimento dos Jovens Egressos.....	120
ANEXO A – Parecer consubstanciado do CEP	124

1. A TEMÁTICA DO ESTUDO E SEU ENFOQUE METODOLÓGICO

1.1. Problematização e justificativa

Essa pesquisa surgiu do interesse ao longo do período de atuação da pesquisadora, como assistente social no Departamento de Juventude, pertencente à Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (SEDESC), na cidade de Mariana, MG. Frente a esse trabalho surgiram algumas inquietações, referentes à avaliação do ciclo político do Serviço de Formação Profissional para Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social (PROJOVEM), disposto na Lei Municipal nº 2.605, de 09 de abril de 2012.

O referido programa municipal visa a preparação do jovem beneficiário para o mercado de trabalho, bem como fomentar o acesso ao primeiro emprego, sendo essa uma das questões desafiante para milhares de jovens do mundo inteiro. Segundo Corseuil, Poloponsky e Franca (2020), o mercado de trabalho foi marcado, nas últimas décadas, por situações de escassez de oportunidades de trabalho, bem como, por uma realocação das oportunidades existentes. Nesse mercado, o público jovem apresenta uma maior sensibilidade às crises da sociedade capitalista, com destaque para uma maior taxa de desemprego, que se intensificou com o advento da crise pandêmica, constatada no Brasil no início em fevereiro de 2020.

Dentro dessa visão, Mennella (2009, p. 92) destaca que as mudanças no mercado de trabalho são advindas do modo como a sociedade capitalista organiza o trabalho. Assim, pode-se dizer que a reestruturação produtiva afeta diretamente os jovens, visto que a sua entrada no mercado de trabalho fica marcado pelo impasse da instabilidade bem como pela incerteza.

Nesse sentido, pressupõe-se que a relação existente do jovem com o mundo do trabalho tem apresentado fragilidades, por se caracterizar cada vez mais por limitadas oportunidades de trabalho, como reportado por Raitz e Petters (2008, p. 408), ao afirmarem que:

A juventude e as relações que estabelece com o trabalho, a educação e a família têm se tornado, nos últimos anos, tema de atenção dos pesquisadores que visam não apenas compreender as relações do jovem com o mundo do trabalho e com a educação, mas também propor alternativas que possam vir a oferecer possibilidades para a minimização dos graves problemas que os jovens enfrentam para inserção, permanência e valorização no trabalho.

Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Corseuil, Poloponsky e Franca (2020) apresentaram que, na conjuntura do mercado de trabalho, a porcentagem de jovens desempregados e à procura de emprego era de 29,9%, com referência aos três primeiros

meses do ano de 2013; enquanto, nos três primeiros meses de 2019, esse índice alcançou a 38,8%. Pode-se inferir que esse aumento de 8,9% na taxa de jovens desempregados chega a ser um fator preocupante, sobretudo, para os jovens que estão em busca do primeiro emprego.

Além disso, como destacam Silveira e Alvarenga (2019) o trabalho informal, sem garantias trabalhistas, avançou para 41,3% da população ocupada, atingindo nível recorde, como pontua o IBGE; sendo que, entre pessoas ocupadas sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto, a proporção de informais alcançou 62,4%

Constatou-se, também, que esse cenário limitado do mercado de trabalho se acentuou com a crise pandêmica do Covid-19, no Brasil. Segundo Garcia et al. (2021), a sociedade brasileira, mesmo antes da pandemia, já vivenciava uma situação de calamidade pública, agravada pela crise estrutural do capital, realidade esta que acabou por intensificar as expressões da questão social, em termos de desigualdades e exclusão social.

Sarvey e Welsh (2021), corroborando com Garcia et al. (2021), pontuaram as repercussões da crise pandêmica, com mudanças intensas ocorridas na realidade cotidiana das pessoas, em função das restrições sanitárias impostas, em termos de isolamento social, com reflexos sobre a produção nacional (redução do PIB¹), geração de emprego e renda, que apresentaram quedas substanciais.

Por sua vez, O’Keeffe, Johnson e Daley (2021) abordaram, especificamente, o espaço dos jovens, enquanto trabalhadores, considerando os impasses que eles têm enfrentado, em termos de condições precárias de trabalho, caracterizadas por trabalhos repentinos e esporádicos, diante da macro realidade de pandemia Covid-19, com efeitos, não somente no Brasil, mas, na economia mundial, sendo um fato crítico e preocupante.

De acordo com os dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD Covid-19, realizada em maio de 2020, o número de 211,7 milhões de brasileiros correspondem às pessoas que possuem idade para trabalhar, com faixa etária de 14 anos ou mais de idade entre ocupados e desocupados, sendo que 14 milhões da população representava os desocupados.

Diante do exposto e considerando a importância de avaliar a eficácia, bem como, a efetividade da política pública, ao que se refere a superação dos desafios enfrentados pelo jovem na sua preparação, inserção e permanência no mercado de trabalho, essa pesquisa realizou uma

¹ Com recessões e pandemia, PIB do Brasil, em 2020, teve a pior década em 120 anos, equivalente a 4,1%. Essa redução interrompeu o crescimento de três anos seguidos, de 2017 a 2019, quando o PIB acumulou alta de 4,6%. Apenas a agropecuária cresceu; indústria recuou 3,5% e serviços, em 4,5% (ALVARENGA, 2021).

reflexão no que se refere a construção, funcionamento e alcances do PROJOVEM, que visa contribuir para o enfrentamento das dificuldades dos jovens na busca do primeiro emprego. Considerou-se, também, o agravamento com as novas configurações impostas com a pandemia do Covid-19, que alterou as condições socioeconômicas, com reflexos nas políticas públicas (Garcia et al., 2021; O'keeffe; Johnson; Daley, 2021. Sarvey; Welsh, 2021).

Cabe acrescentar que o interesse em estudar o funcionamento e alcances do PROJOVEM, decorre de uma problemática observada pela pesquisadora, ao que se refere a ausência de profissionais e de uma avaliação do Serviço Municipal. Diante disso, a pesquisa visa contribuir para a memória institucional, tanto no campo da realidade social dos jovens, quanto no âmbito geral das políticas públicas para juventude na cidade.

Diante do exposto, considera-se que a pesquisa pode contribuir com o Programa PROJOVEM, com reflexões sobre seu processo de construção do programa, condições de funcionamento e alcances, de forma a subsidiar, por meio de dados qualitativos e quantitativos, o processo decisório local, considerando os resultados obtidos na qualidade de vida dos egressos de tal política, na cidade de Mariana, MG.

Nesse sentido, com foco no PROJOVEM, na cidade de Mariana, MG, objetivou-se analisar seu processo de construção, funcionamento e alcances, considerando o exposto por Dias e Matos (2012), Howlett, Ramesh e Perl (2013), Arcoverde (2014), Jannuzzi (2015), Secchi (2016), Boneti (2018) e Behring e Boschetti (2018). Especificamente, a pesquisa em questão buscou examinar as características do mercado de trabalho juvenil; o discurso legal do programa; a visão do público gestor sobre a realidade do PROJOVEM, em termos das etapas do seu ciclo político, principais problemas e potencialidades; além das percepções dos egressos sobre os alcances do Programa PROJOVEM, considerando os objetivos propostos e as repercussões ocorridas na qualidade de vida dos jovens, desde o surgimento do programa, por meio da Lei nº 2.605, de 09 de abril de 2012, até sua reformulação pela Lei nº 3.416, em 2021.

A partir dessa perspectiva, a pesquisa teve como público-alvo uma amostra de usuários egressos da política, com faixa etária a partir de 18 anos, além de gestores da política, visando, portanto, avaliar o programa sob o viés da eficácia e efetividade.

No que se refere ao quesito avaliação, Aguilar e Ander-Egg (1994, citados por Baptista; Rezende, 2015), apresentam como definição: uma forma de pesquisa social aplicada: sistemática, planejada e dirigida; destinada a identificar, obter e proporcionar, de maneira válida e confiável, dados e informações suficientes e relevantes para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor de diferentes componentes de um programa (tanto na fase de diagnóstico, programação

e execução) ou de um conjunto de atividades específicas que se realizam, foram realizadas ou se realizarão.

Sobre os caminhos percorridos para avaliação consiste, em primeiro momento, mensurar os fenômenos analisados e, em seguida, compreender os resultados, qualidade e ou impactos, avançando para análise tanto da eficácia, bem como da efetividade do programa. Assim, o foco em avaliar a eficácia consiste na verificação se o que foi executado saiu conforme planejado; ou seja, se os objetivos e metas foram atingidos.

Nesse contexto, Marinho e Façanha (2001, p. 2) comentam sobre a aferição da eficácia de uma política pública, em termos de:

[...] a política/plano/programa/projeto está sendo (ou foi) implementada de acordo com as diretrizes concebidas para a sua execução e se o seu produto atingirá (ou atingiu) as metas desejadas. A importância dessa linha de avaliação está no fato de que é impossível antever todos os tipos de problemas e conflitos possíveis durante a elaboração de uma legislação/ plano/programa/projeto (MARINHO; FAÇANHA, 2001, p. 2).

Assim, na avaliação de eficácia, o avaliador estabelece uma equação entre metas anunciadas por um programa e, com base nas informações disponíveis, as relaciona às metas alcançadas e, deste modo, o sucesso ou fracasso da política estaria relacionado ao que se propôs inicialmente e não, necessariamente, à sua capacidade de mudar as condições de vida da população beneficiada.

De acordo com Arretche (1998), a avaliação de eficácia é seguramente a mais usualmente aplicada nas avaliações correntes de políticas públicas, por ser mais factível e menos custosa de ser realizada. Neste tipo de avaliação, a dificuldade consiste na obtenção e confiabilidade das informações obtidas.

Outra forma de avaliação diz respeito à efetividade da política, considerando seus alcances ou reflexos, por exemplo, na qualidade de vida dos beneficiários egressos do programa; ou seja, quais os resultados obtidos com relação as condições de vida dos jovens, após a participação no programa, como foi concretizado o processo de implementação, considerando as percepções do público envolvido com a política/programa.

Nesse sentido, Sano e Montenegro Filho (2013, p. 54) corroboraram sobre a temática, pontuando:

Com respeito à efetividade, é destacada a dificuldade de vinculação da política pública à mudança ocorrida. Por isso, o grande desafio relacionado a este indicador reside na obtenção de dados válidos que informem o alcance dos resultados e seu impacto social. Daí ser desejável a opinião da população atendida pelo programa, por fornecer indícios da efetividade social. Além disso, advertem ser questionável a utilização de indicadores sintéticos na avaliação da efetividade social, posto que, por combinarem

várias medidas, não é possível vincular uma transformação específica como efeito direto de um determinado programa (p. 54).

Frente ao exposto, o problema norteado da pesquisa concentra-se no seguinte questionamento: Considerando o discurso legal do programa PROJOVEM e as etapas do seu ciclo político, quais foram os alcances em termos dos objetivos propostos e contribuições na qualidade de vida do jovem, após sua participação?

Segundo Pereira, Zuffo e Moura (2019), essa correlação entre qualidade de vida e juventude pode ser vista como limitada, apesar de existir um avanço sobre os estudos ao que se refere à temática da qualidade de vida. O autor faz uma associação à qualidade de vida com a posição no qual o jovem está inserido, pontuando que: “[...] debater a percepção de qualidade de vida com jovens em situação de vulnerabilidade constitui uma oportunidade de enfrentar carências e construir alternativas de enfrentamento e superação de fatores materiais e não materiais que dificultam seu bem-estar” (Pereira; Zuffo; Moura, 2019, p. 5).

Uma questão que vale destacar é que o procedimento de avaliação de políticas públicas e programas sociais consiste em algo recente no Brasil, tendo surgido em 1980, quando o país se encontrava em estágio de redemocratização. Nesse período, os movimentos sociais expandiram em busca de universalização dos direitos sociais, bem como incentivo à participação e ao controle social no que se refere as políticas públicas brasileiras. Pode-se dizer que foi somente na década de 1990, no período do neoliberalismo², que essa temática ganhou destaque, na relação de controle do Estado sobre a sociedade civil.

² Segundo Bresser Pereira (1998, p. 60), o período do neoliberalismo, conta com quatro pontos básicas: a) a delimitação das funções do Estado, reduzindo seu tamanho em termos principalmente de pessoal através de programas de privatização, terceirização e "publicização" (este último processo implicando a transferência para o setor público não-estatal das serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta); (b) a redução do grau de interferência do Estado ao efetivamente necessário através de programas de desregulação que aumentem o recurso aos mecanismos de controle via mercado, transformando o Estado em um promotor da capacidade de competição do país em nível internacional ao invés de protetor da economia nacional contra a competição internacional; (c) o aumento da governança do Estado, ou seja, da sua capacidade de tornar efetivas as decisões do governo, através do ajuste fiscal, que devolve autonomia financeira ao Estado, da reforma administrativa rumo a uma administração pública gerencial (ao invés de burocrática), e a separação, dentro do Estado, ao nível das atividades exclusivas de Estado, entre a formulação de políticas públicas e a sua execução; e, finalmente; (d) o aumento da governabilidade, ou seja, do poder do governo, graças à existência de instituições políticas que garantam uma melhor intermediação de interesses e tornem mais legítimos e democráticos os governos, aperfeiçoando a democracia representativa e abrindo espaço para o controle social ou democracia direta.

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo geral

Analisar o processo de construção, funcionamento e alcances do Serviço de Formação Profissional para Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social (PROJOVEM), considerando seu discurso legal, as etapas do ciclo político, principais problemas e potencialidades, além das implicações na qualidade de vida dos jovens egressos.

1.2.2. Objetivos específicos

- Examinar as características do mercado de trabalho juvenil, considerando a estrutura ocupacional e suas relações no contexto da pandemia;
- Caracterizar o discurso legal da trajetória das políticas públicas para juventude no Brasil e especialmente do Serviço de Formação Profissional para Jovens em situação de vulnerabilidade - PROJOVEM, por meio de uma análise textual;
- Analisar a visão do público gestor sobre o Programa PROJOVEM, considerando seus principais problemas e potencialidades, bem como as etapas do seu ciclo político;
- Identificar o perfil dos jovens egressos e suas percepções sobre os alcances do Programa PROJOVEM, considerando os objetivos propostos e suas implicações na qualidade de vida.

1.3. Fundamentação teórico-conceitual

1.3.1. *Policy cycle*: o processo de construção das políticas públicas

No presente tópico é introduzido alguns aspectos inerentes às políticas públicas, especificamente, o ciclo político. Rúa (2009) interpreta que as políticas públicas (*policies*) pertencem a um campo marcado por tensões, bem como alta densidade política (*politics*), composto de relações de poder entre atores políticos, nas diversas etapas ou fases do ciclo político.

Para examinar o ciclo político, recorreu-se a literatura das ciências política que apresenta a formulação, historicidade e os atores envolvidos na política pública. Segundo Souza (2006), a política pública visa movimentar o Estado de forma a possibilitar e ou limitar as ações do

governo diante de seus interesses. Rua (1997) abordou que política pública é um instrumento utilizado pelo Estado de forma a resolver pacificamente as relações conflituosas entre os atores: da sociedade, classes sociais, setor privado e Estado.

Basicamente, esse processo ocorre por meio das demandas (*inputs*), as decisões e ações (*outputs*), apresentado por Estevão e Ferreira (2018), como “Sistema Político”, que ocorre no sentido de intermediar o papel do Estado e os direitos do cidadão. De acordo com Souza (2006, p. 26), “[...] A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os Governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”.

No que concerne ao ciclo da política pública, este é dividido, conforme Rua (2009), em cinco etapas sequenciais e interdependentes, que se apresentam em ciclo deliberativo, desde sua elaboração até sua operacionalização, que são: (a) o reconhecimento do problema (montagem da agenda); (b) formulação da política (tomada de decisão); (c) implementação; (d) avaliação e ajustes; (e) extinção.

Também os autores Howlett, Ramesh e Perl (2013) seguem essa mesma linha de pensamento ao que se refere às fases do ciclo da política pública, que são considerados referência no debate acadêmico. Na visão deles, o ciclo parte inicialmente da percepção do problema e, posteriormente, ocorre o processo de formulação de alternativas para a solução do problema, com a tomada de decisão, sendo que, após esses procedimentos, a política é implementada e, por enfim, ocorre a avaliação.

Considera-se, também importante trabalhar os instrumentos que compõe a política pública, de forma integrada e lógica, sendo eles os planos; programas; ações e atividades, que auxiliam no processo de planejamento, execução, monitoramento e avaliação. Por meio do plano é possível realizar um planejamento com os principais objetivos e metas, que se deseja alcançar em determinado prazo. Com relação aos programas, visa estabelecer tanto o objetivo geral quanto específicos, que são organizados de acordo com o assunto, região, instituição e população. Por sua vez, as ações buscam alcançar os objetivos estabelecidos no programa, enquanto as atividades expressam as materialidades ao que é estabelecido nas ações.

No que diz respeito às ações, observa-se alguns aspectos relevantes nas fases do ciclo das políticas públicas, de forma a entender o processo tanto de elaboração quanto execução, conforme apontado no Quadro 1.

Quadro 1 – Questões pertinentes na análise de cada fase do ciclo político

Fases da política	Questões pertinentes na análise de cada fase
Reconhecimento do problema – montagem da agenda	<ul style="list-style-type: none"> – Como os temas ganharam atenção dos governos? – Que problemas foram reconhecidos pelos governantes como relevantes? – Como as alternativas para estes temas foram geradas? – Como a agenda governamental se constituiu? – Por que e quando uma ideia emergiu?
Formulação da política	<ul style="list-style-type: none"> – Como as alternativas políticas foram formuladas?
Tomada de decisão	<ul style="list-style-type: none"> – Como determinada proposição foi escolhida entre alternativas? – Quem participou do processo de formulação e decisão das políticas?
Implementação	<ul style="list-style-type: none"> – A formulação da política apresenta objetivos, metas e direção clara? Os recursos necessários para sua implementação foram considerados no momento da formulação/implementação? – O processo de construção da estratégia de implementação é claro? Em especial quanto à divisão de atribuições e atividades? Exige mudança organizacional? – Os atores que estão envolvidos na implementação estão de acordo e compreendem a política traçada?
Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> – A ação política implementada trouxe mudanças positivas ou negativas para as condições prévias das populações? Qual(is) os impactos gerados? – As ações previstas foram realizadas? – As metas definidas foram alcançadas? Os instrumentos e recursos previstos foram empregados? – As ações propostas utilizam os diferentes recursos com eficiência?

Fonte: Baptista e Rezende (2015).

Na primeira fase do ciclo da política, identifica-se o problema que pode ser apresentado em forma de uma demanda. Nesse sentido, Rua (1997) comenta sobre as principais demandas, tipificando-as em: *demandas novas*, que ocorre por meio de atores políticos e problemas contemporâneos; *demandas recorrentes*, surgem através de problemas que não foram resolvidos e ou foram de forma insuficiente que retornam à agenda governamental e as *demandas reprimidas*, apesar de existirem, ainda não foram colocadas em pauta para discussão na agenda governamental, pelo fato de significar um problema e ou ameaça aos interesses políticos (Rua, 1997).

Vale enfatizar que tais demandas surgem através dos “atores políticos”, que, para Rua (1997), podem ser atores públicos (os políticos e os burocratas); atores privados (empresários)

e os trabalhadores. Logo após a identificação e caracterização do problema, pode ocorrer sua conformação na agenda. Na visão de Secchi (2010), a agenda pode ser política (ou sistêmica); agenda formal (ou institucional) e agenda da mídia.

Ainda sobre a agenda, Raeder (2014, p. 40) recorre a Secchi (2010, p. 46), afirmando que

a agenda pode ser concretizada em um programa de governo, um planejamento orçamentário ou mesmo um estatuto partidário, que é colocado em pauta e pode sofrer intervenção dos variados autores (representado pelo Estado, privado e ou sociedade civil), em busca dos seus interesses.

O próximo estágio da política pública é a formulação de alternativas e propostas que abrange um maior número de envolvidos, buscando-se o consenso na tomada de decisões, com base no problema, que já foi incluso na agenda, visando solucionar as demandas apresentadas.

Para Raeder (2014, p. 32), com base em Schattschneider (1960, p. 68), “a definição das alternativas é um instrumento supremo de poder, porque a definição de alternativas é a escolha dos conflitos, e a escolha de conflitos aloca poder”.

Em busca da concretude das intenções com o fito de buscar solucionar os problemas já delimitados na agenda, ocorre uma intervenção na realidade, que representa a fase de implementação da política. Cabe destacar que, como acompanhante da implementação, está o monitoramento que visa observar as possíveis falhas, erros, excessos de otimização e desafios, que possam ter ocorridos durante as fases do ciclo (Raeder, 2014).

Por fim, uma questão considerada chave no ciclo político é o momento de avaliação, em que se realiza um diagnóstico da política em busca de melhorias e ajustes necessários para obtenção dos objetivos desejados com a implementação da política; porém, caso não seja possível realizar ajustes pós avaliação, pode ocorrer a extinção da política.

Diante disso, logo após a realização da avaliação, deliberações com possíveis propostas de ajustes são apresentadas e, se ainda, não forem suficientes, seja por motivos da não eficácia e efetividade da política, entre outros problemas não solucionáveis, mesmo com as alterações propostas, pode acarretar extinção da política e, dessa forma, o ciclo da política pode ser encerrado, fazendo-se necessário o início de um novo ciclo, como foi abordado por Raeder (2014).

O referido autor frisou a importância do modelo do ciclo político na análise das políticas públicas, afirmando que, apesar de existirem outros modelos de análise, “O ciclo de políticas públicas contribui para uma análise integrada das políticas públicas, na medida em que é

possível reconhecer, nos estágios propostos, os atores e processos sobre os quais se deseja aprofundar o conhecimento” (Raeder, 2014, p. 137).

1.3.2. Juventudes e políticas públicas

Reguillo (2003) aborda que a relação entre a juventude, cultura e política tende a não apresentar uma articulação positiva, no sentido de considerar os jovens, enquanto constituintes políticos, em termo de ação e atuação juvenil. Para Troian e Breitenbach (2018), a condição juvenil é vista como um lugar que possui uma hierarquia social, que advém das representações sociais, de forma a buscar significados, que explicam quem é o público jovem em determinado contexto sociocultural. Segundo as autoras, existem diversas juventudes presentes em uma sociedade, composta por modelos de cunho cultural hierarquizado e heterogêneo, marcada pela relação desigual existente tanto no âmbito econômico bem como social.

Vale salientar que, no presente estudo, o foco será a juventude num sentido mais plural, conforme abordam Cassab et al. (2016), que tratam a juventude como categoria social e denominando a mesma como “juventudes”, pois, para a autora, esse termo refere-se a uma percepção simbólica, realizada pelos próprios jovens em suas diversidades, considerando os espaços e grupos sociais que estão inseridos na sociedade.

De acordo com os estudos realizados sobre juventude brasileira pobre, observa-se a presença de estereótipos e estigmas negativos que foram construídos no contexto histórico social por parte da sociedade, assim como, pelo Estado burguês. Segundo Itaboraí (2005), as crianças e adolescentes das classes menos favorecidas, eram vistas como um potencial de perigo para a sociedade, sendo rotulados como “menor em situação irregular”, quando cometiam ato infracional. Ainda sobre juventude, Troian e Breitenbach (2018) ressaltaram que:

Múltiplas são as juventudes numa sociedade heterogênea, marcada pela discriminação, pelas desigualdades econômicas e sociais e pela existência de sistemas culturais hierárquicos e diversificados. Isso porque a juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e uma representação. Portanto a juventude é uma categoria socialmente destacada, uma fase de transição e mudanças (Troian; Breitenbach, 2018, p. 793).

Sposito e Tarábola (2017) corroboram com os referidos autores, destacando que os impasses, presentes no âmbito público, com relação ao jovem é uma questão construída historicamente, tanto em termos da participação no cenário público/político, quanto dos significados atribuídos a eles, como perigos para sociedade. Assim, Salum (2010) usa o termo “delinquentes” ou “em vias de delinquir”, para retratar a forma como adolescentes, sobretudo

os pertencentes às camadas menos favorecidas e às localidades periféricas, eram vistos pela sociedade e pelo Estado, que buscava intervir frente a tal situação. Gregori (1979), com pensamento similar, complementou: “assim, se a sociedade relega o menor a um segundo plano, nada mais natural que a lei também o faça, pois esta acompanha os valores, as prioridades e os sentimentos vigentes na sociedade” (Gregori, 1979, p. 4).

Além disso, como destacam Castro, Aquino e Andrade (2009), a entrada da juventude no cenário da questão social na contemporaneidade pode ser entendida sob dois vieses. Um deles era pelo fato do jovem ser referenciado como delinquentes e dependentes de substâncias ilícitas, fazendo-se necessário a promoção de ações de controle e repressão por parte do poder público, bem como pela sociedade para agir diante de tais situações. Conforme ressaltam Castro, Aquino e Andrade (2009, p. 14), “É sintomático, por exemplo, o fato de que, *pari passu* à consolidação da afinidade entre a modernização socioeconômica e a configuração da juventude como categoria sociológica específica (...)”. Por outro ponto, tem-se como marca a fase da transição da juventude para a fase adulta, com a incorporação dos elementos necessários para socialização enquanto adulto. Assim, é exigido nesse processo uma preparação do jovem para atender às necessidades do mercado, de forma a se tornar um adulto responsável e ser inserido nos processos de produção do mercado de trabalho.

Essa forma de ver o jovem e suas mudanças vai refletir nas políticas sociais destinadas ao público juvenil. Para adentrar na discussão acerca das políticas sociais, é importante contextualizar os estudos realizados sobre as particularidades brasileiras no modo de produção capitalista (MPC), como exposto por Fernandes (1975) e Yamamoto (2015). Na visão dos referidos autores, o Brasil é um país subdesenvolvido, periférico, dependente e subalterno, que atua como exportador de matéria prima e na transportação de recursos para os mercados externos. Tal condição está interligada ao aprofundamento do imperialismo, bem como, à concentração e centralização de capitais, que acabaram por caracterizar a realidade da desigualdade social no Brasil.

Diante desse cenário de desigualdades sociais, proporcionado pelo capitalismo, Behring e Boschetti (2018) ressaltam o surgimento das relações conflituosas entre o Estado e a sociedade, que culminaram na emergência de políticas sociais. Assim, é importante pensar nos processos de formulação e implementação de políticas sociais, considerando as relações contraditórias entre ações estatais e os direitos da população. Tal perspectiva do método dialético, relaciona a política social sob o enfoque das expressões da questão social, considerando as particularidades brasileiras, bem como a relação das ações do Estado frente à

organização das políticas sociais, fazendo uma articulação entre a política econômica e a luta de classes, que reivindica seus direitos enquanto cidadãos.

Nesse contexto, pensando em um cenário nacional, das políticas públicas no Brasil direcionadas à juventude, desde seus primeiros passos, até a sua progressão no sentido de alcances e avanço nas ações públicas para juventude, tais como a presença de adolescentes na instituição religiosa da Candelária, na cidade do Rio de Janeiro, bem como as manifestações no contexto das medidas socioeducativas (Silva; Andrade, 2009).

Diante de tal cenário, conforme os referidos autores, algumas iniciativas foram tomadas por parte do Estado, ainda que, em caráter pontual, como a criação de programas de capacitação e preparação para inserção no mercado de trabalho, voltadas para o público presente nas áreas urbanas, jovens em situações de pobreza e com predominância de pele escura.

A Organização das Nações Unidas (ONU) problematiza o fato de as ações voltadas para os jovens serem somente direcionadas para controlar e amenizar as necessidades deste público; ou seja, o contexto no qual as políticas públicas para os jovens surgiram, na qual foi interpretada como destinada a atender os jovens delinquentes, violentos e usuários de substâncias ilícitas (Silva; Andrade, 2009).

Com objetivo de construir uma Política Nacional da Juventude, os jovens começaram a se organizar com propósito de pressionar o Estado, a criar políticas públicas, que fossem relevantes para atender as necessidades juvenis. Ou seja, como resposta a um modelo de sociedade excludente, os jovens foram instigados a lutar para a conquista e materialização dos seus direitos, em meio a uma realidade que a juventude era vista enquanto camada problemática, violenta e de risco para sociedade. Behring e Boschetti (2018) apontam que, em 1968, em um contexto mundial os jovens se lançaram em busca de conquistas relacionadas aos seus direitos e demandas.

Abramo (2005, p. 49, citado por Silva; Andrade, 2009) discutiu a esse respeito afirmando: “estas demandas emergem da compreensão dos jovens como sujeitos de direitos, definidos não por suas incompletudes ou desvios, mas especificidades e necessidades, que deveriam ser reconhecidas no espaço público como demandas cidadãs legítimas”.

Nesse sentido, ações da ONU destacavam que era necessário estabelecer ações que priorizasse os direitos da juventude em situação de vulnerabilidade, dentro do Programa Mundial de Ação para Juventude (PMAJ), com início no ano de 2000.

Silva e Andrade (2009) destacaram que, em 2004, algumas ações, voltadas para o tema relacionado à juventude, foram adotadas com o objetivo de ofertar melhores condições de vida

para os jovens brasileiros, como a realização de Conferências, com debates relacionados às possibilidades para os jovens; o surgimento do Grupo Interministerial interligados a Presidência da República.

Em 2005, foi implementada a Política Nacional de Juventude, composta pela Secretaria Nacional de Juventude, com o intuito da realização e a formulação de políticas públicas direcionadas aos jovens; bem como o Conselho Nacional de Juventude, com o objetivo de promover atividades governamentais de acesso à promoção de políticas públicas, visando estimular a realização de trabalhos nas áreas de pesquisa das condições socioeconômicas dos jovens; além da Política Nacional de Inclusão de Jovens, com incentivo ao estudo para jovens que estivessem com faixa etária entre 18 e 24 anos, com escolaridade da 4ª à 7ª série, sem vínculo empregatício financeiro. Assim, a partir dessa política, passou a ser concedida uma bolsa no valor de R\$ 100,00, por jovem (Silva; Andrade, 2009, p. 51-52).

Como medida do governo Federal, no ano de 2007, foram formulados programas que atendessem a jovens com faixa etária a partir de 15 a 29 anos, medidas essas que foram sancionadas em 2008, como o Pro Jovem Integrado, com várias modalidades, visando estimular os jovens no processo de escolarização, como também sua qualificação e viabilização de atividades voltadas para “cidadania, esporte, cultura e lazer” (Silva; Andrade, 2009, p. 53).

Vale ressaltar que, somente em 2013, foi aprovado o Estatuto da Juventude, como forte instrumento legal em função da garantia dos direitos para juventude brasileira. Nesse sentido, Pereira, Zuffo e Moura (2019) ressaltam que:

Assim, o cenário evolutivo sobre a concepção do termo “Juventude” traça um percurso marcado pelo surgimento e implementação das políticas públicas voltadas para essa fase da vida, reconhecendo que a “juventude” é afetada pelo contexto social e sofre impacto de suas significativas transformações de forma diferenciada, demandando cuidados específicos. Considerando que a sociedade atual, marcada pelas profundas e intensas transformações da chamada pós-modernidade, repercute sobre as condições objetivas e no perfil da juventude e seu modo de viver [...] (p. 4).

Levando em consideração as políticas públicas, direcionadas aos jovens, pode-se dizer que elas tiveram avanços; porém, deve-se pensar em políticas voltadas para a construção de autonomia, protagonismo, projetos de vida, com o objetivo de oferecer melhores condições de vida para os jovens, principalmente nas circunstâncias do atual contexto de pandemia do Covid19, que coloca em evidência novas formas de desigualdades sociais e desafios para jovens carentes.

Segundo Garcia et al. (2021), a sociedade brasileira, está vivendo uma calamidade pública, advinda da pandemia do Covid-19, que tem seu agravamento devido à crise estrutural

do capital. Esta realidade acaba por intensificar os problemas sociais enfrentados pelas classes menos favorecidas. Nesse contexto, Natividade et al. (2020), bem como Garcia et al. (2021), argumentaram que as populações de baixa renda estão mais propícias a sofrerem com as repercussões advindas da pandemia do Covid-19, por se encontrarem em uma posição de maior exposição à doença, visto que vivem em condições de vida precárias.

Face a esse cenário, faz-se necessário atentar para a formulação e materialização de políticas públicas, visando a melhoria da qualidade de vida do público vulnerável.

1.3.3. Qualidade de Vida como categoria de análise

O conceito de qualidade de vida vem se expandindo cada vez mais, passando a ser visto como algo, que vai além dos aspectos ligados à saúde, incluindo diversos componentes associados às necessidades humanas. Na visão da Organização Mundial da Saúde (OMS) devem ser considerados outros domínios na construção da qualidade de vida, como aspectos socioculturais, psicológicos, ambientais, associados ao bem-estar e considerando a realidade social na qual o sujeito está inserido.

Outros autores, como Pereira, Zuffo e Moura (2019, p. 9), recorrendo a Minayo, Hartz e Buss (2000), corroboram com Metzen et al. (1980), considerando que tal categoria pode ser representada, como: “[...] uma representação social baseada em parâmetros subjetivos e objetivos – aqueles seriam o bem-estar, a felicidade, o amor, o prazer e a realização social, estes, o resultado do desenvolvimento econômico, cultural e social de cada região”.

Pereira, Zuffo e Moura (2019) frisaram, também, que existem elementos chaves preconizados na construção da qualidade de vida das pessoas que dizem respeito às redes de apoio (familiares, vizinhos e amigos), bem como acesso ao trabalho, lazer e educação, no decorrer do processo de satisfação das necessidades básicas do ser humano, visando o alcance dos componentes ou domínios da vida, de natureza objetiva e subjetiva.

1.4. Percurso metodológico

1.4.1. Tipo de pesquisa

Do ponto de vista de seus objetivos, o estudo em questão se classifica como uma pesquisa quali-quantitativa, de natureza descritiva e exploratória, tendo como referencial

teórico-conceitual o processo de construção das políticas públicas para os jovens, que nortearam as reflexões e discussões sob análise, com relação à construção, funcionamento e alcances do programa PROJOVEM.

Segundo Minayo, Deslandes e Gomes (2011), a metodologia, enquanto essencial no interior das teorias contribui para o conhecimento da realidade que se pretende investigar, seja por meio do método e das técnicas aplicadas.

1.4.2. Local de estudo e público envolvido

Para o processo de avaliação da eficácia e efetividade da política pública marianense para juventude, foi selecionado como objeto de estudo o Serviço de Formação Profissional para Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social (PROJOVEM), vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (SEDESC), da cidade de Mariana, MG (Figura 1).

Figura 1 – Localização do município de Mariana, MG



Fonte: Mariana (2023).

Com relação aos dados fornecidos pelo CAD Único do Município de Mariana, MG, ao quantitativo de jovens com faixa etária entre 16 e 21 anos, registrados no Cadastro Único, até

18/12/2021, para programas sociais foi 3.096 no total, sendo que 1.899 jovens apresentavam renda de até R\$89,00; 301 jovens estavam com renda variando de R\$89,01 até R\$178,00; 769 jovens possuíam renda entre R\$178,01 até ½ salário mínimo e somente o número de 127 jovens com a renda acima de ½ salário mínimo (Cadastro, 2023).

Com base nos dados do IBGE, em 2021, a cidade de Mariana era composta por uma população estimada de 61.830 habitantes. No que concerne às informações do censo de 2010, o quantitativo era de 54.219 pessoas e a densidade demográfica de 45,40 hab./km².

Atualmente, como assistente social no município, em meu cotidiano de trabalho, deparo frente ao contexto de impactos e desafios enfrentados pelos jovens na busca pelo primeiro emprego e na perspectiva de melhoria da qualidade de vida. Esta realidade se agravou com a pandemia do Covid-19 em todo o Brasil e, conseqüentemente, na cidade de Mariana esta situação não foi diferente.

Nesse contexto, o universo populacional deste estudo foi de, aproximadamente, 550 jovens egressos do programa selecionados de forma aleatória, sendo três³ de cada período de 2012 a julho de 2022, que participaram do Serviço de Formação Profissional para jovens em situação de vulnerabilidade social. Assim, com objetivo de compreender os reflexos no programa em cada período de cada ano, foi selecionado, de forma aleatória, três egressos do Serviço de Formação Profissional para jovens em situação de vulnerabilidade social na cidade de Mariana, MG, totalizando 33 jovens, considerando os 11 anos de existência do programa e as alterações na legislação, respectivamente, os períodos de 2012, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, em que houve mudanças na legislação do serviço conhecido popularmente como “Jovem Aprendiz”.

No caso dos gestores, foi considerado o universo populacional, entrevistando-se 9 gestores, que já atuaram no PROJOVEM, além do atual gestor, visando identificar as percepções dos mesmos sobre o ciclo político do programa, seus principais problemas e potencialidades.

Vale ressaltar que, após aprovação do Comitê de Ética, foi dado andamento no processo para realização da pesquisa a campo. Foi realizado previamente contato telefônico com os jovens selecionados para participar da entrevista, a fim de explicar como se daria sua participação na pesquisa e seus objetivos. Assim, posteriormente, foi agendada as entrevistas.

³ O número definido de participantes de três de cada ano, adveio da análise que um participante descaracteriza a amostra, dois poderia gerar dúvida, dubiedade ou anular a amostra e três eliminaria qualquer ressalva.

É importante frisar que foi apresentado aos participantes⁴ o TCLE, respeitando a decisão de desistência do mesmo e, até mesmo a ausência de respostas de qualquer pergunta que ele não, queira, não sabia, não queria ou se sentisse constrangido em responder.

1.4.3. Etapas da pesquisa e técnicas de coleta dos dados

Para alcançar os objetivos propostos, na etapa inicial da pesquisa, realizou-se uma pesquisa no censo e documental sobre o cenário do mercado de trabalho juvenil, que retratasse suas principais características, comparativamente com outros segmentos populacionais.

Em seguida, foi pesquisado sobre as leis e decretos municipais existentes no município de Mariana, referente aos anos de Lei nº 2.605 de 2012, Decreto nº 8.802 de 2017, Lei nº 3.228 de 2018, e a Lei nº 3.416, vigente a partir de abril de 2021 que versam sobre o Serviço de Formação Profissional (PROJOVEM), visando identificar suas trajetórias e alterações, que ocorreram na legislação do programa além do seu ciclo político. Para complementar essas informações, obtidas pela pesquisa bibliográfica e documental, aplicou-se entrevistas semiestruturadas com os ex e atual gestor do Programa Serviço de Formação Profissional de Mariana, conforme roteiro apresentado no Apêndice A, cujos tópicos são: Perfil dos gestores, Histórico e Eficácia do Programa, Principais Problemas Enfrentados pelo Programa e sua Hierarquização.

Para identificação e hierarquização dos principais problemas enfrentados pelo programa foi feito uso da Matriz GUT, conforme mostra a Figura 2, desenvolvida por Kepner e Tregoe (1980).

⁴ Cabe ressaltar que a gravação da entrevista ou não, durante a entrevista, foi decidido pelo(a) participante. Aqueles que não autorizaram, a entrevista não foi gravada e as respostas foram manuscritas pelo pesquisador e, posteriormente, lidas pelo(a) participante. Aqueles que autorizaram a entrevista foi gravada, por gravador, apenas em áudio, sem vídeo.

Figura 2 – Representação do esquema da Matriz GUT

Matriz GUT (para priorizar problemas a serem tratados)				
Valor	Gravidade	Urgência	Tendência	G x U x T
5	Extremamente grave	Extremamente grave	Agrava rápido	125
4	Muito grave	Muito grave	Piora curto prazo	64
3	Grave	Urgente	Piora médio prazo	27
2	Pouco grave	Pouco grave	Piora longo prazo	8
1	Sem gravidade	Sem urgência	Sem tendência de piorar	1
G	GRAVIDADE	Impacto do problema sobre operações e pessoas da empresa. Efeitos que surgirão a longo prazo em caso de não solução		
U	URGÊNCIA	O tempo disponível é necessário para resolver o problema		
T	TENDÊNCIA	Potencial de crescimento (piora) do problema		

Fonte: Cantídio (2022).

O recurso da Matriz GUT), conhecida também como Matriz de Priorização, contempla, em sua análise, três elementos, que são priorizados na identificação do problema, agindo tanto de forma preventiva quanto corretiva em busca da atenuação ou extinção dele, sendo eles: gravidade, urgência e tendência. Cevada (2021) explica que essa ferramenta é composta por uma tabela que contém classificações, com pontos classificados de 1 a 5, conforme as perguntas que norteiam a construção do quadro da matriz GUT. Essa metodologia pode contribuir para análise no momento da tomada de decisão para solucionar os problemas; ou seja, dentre os problemas apresentados, o que precisa ser resolvido primeiro, para que isso ocorra quais são os caminhos que devem ser percorridos para começar?

Para tanto, a *gravidade*, conhecida também como o impacto sobre pessoas bem como operações, pode obter uma variação entre 1 quando identificado sem gravidade até 5, quando o problema identificado grave ao extremo. Ao que se refere *urgência*; ou seja, quando começar e qual seria o tempo disponível e necessário para resolução dos problemas, pode ser classificado em 1 quando se pode esperar até 5. No que diz respeito à *tendência*, se tem pressa e urgência para uma tomada de ação imediatamente após identificado o problema; expressa a possibilidade de haver uma piora do problema, que pode variar de 1, sem potencial de piora até 5, com tendência em se agravar de forma repentina, se as providências não forem tomadas.

Nesse sentido, a Matriz GUT contribuirá na identificação dos problemas apresentados pelos gestores do programa, bem como, das percepções necessárias para resolução deles, no que diz respeito às informações levantadas, estratégias e ações sugeridas.

Em um segundo momento da pesquisa, também foi feito uso de entrevistas com os jovens egressos do Programa, com intuito de avaliar o funcionamento e os impactos desta política pública na vida dos jovens participantes, de acordo com o roteiro, apresentado no Apêndice B, que trata sobre: Perfil Pessoal do Jovem Egresso do Programa; Questões sobre a Eficácia e Mudanças Vivenciadas pelos Jovens Egressos após Participação no Programa; além dos Efeitos do Programa sobre Componentes da Qualidade de Vida.

1.4.4. Matriz metodológica

O Quadro 2 mostra a estrutura da matriz metodológica, que norteou a realização da pesquisa, desde o tema proposto da pesquisa até os instrumentos e estratégias que foram utilizados para a coleta dos dados, a fim de alcançar os objetivos propostos.

1.4.5. Procedimentos de análise de dados

A análise dos dados foi feita considerando as seguintes etapas: interação com os dados, realizado à medida que foram sendo coletados e que se desenham à luz dos objetivos da pesquisa. Em termos dos dados quantitativos, foi feito uso da estatística, por meio do software SPSS, da estatística descritiva (frequência, média), além do teste Qui-quadrado, para verificar se existe diferença entre as distribuições apresentadas. Com relação aos dados qualitativos, foi feito uso da análise do conteúdo, conforme metodologia proposta por Bardin (2011), com auxílio do software de análise lexical Iramuteq (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), que auxilia a análise textual do material verbal transcrito (Camargo; Justo, 2013).

1.4.6. Aspectos éticos da pesquisa

Conforme consta na Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), a pesquisa foi enviada para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa com seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa.

Quadro 2 – Matriz metodológica da pesquisa

ÁREA DA PESQUISA	POLÍTICA PÚBLICA PARA A JUVENTUDE	
TÍTULO	Processo de construção, funcionamento e Alcances do Programa de Serviço de Formação Profissional (PROJOVEM), Mariana, MG.	
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	Do ponto de vista de seus objetivos, o estudo em questão se classifica como uma pesquisa quali-quantitativa, de natureza descritiva e exploratória, tendo como referencial teórico-conceitual o processo de construção das políticas públicas para os jovens, que norteiam as reflexões e discussões sob análise, com relação à qualidade de vida dos jovens egressos do programa e seus familiares.	
POPULAÇÃO	Gestores do Programa de Serviço de Formação Profissional (PROJOVEM), Mariana, MG, além dos jovens egressos do programa.	
PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO	Quais dificuldades e contribuições que o programa trouxe para os jovens egressos? Quais mudanças ocorreram na qualidade de vida do jovem e de sua família pós participação no programa?	
JUSTIFICATIVA	Investigar como se deu o processo de construção e formulação do Programa de Serviço de Formação Profissional (PROJOVEM), Mariana, MG, por meio da análise de seu ciclo político, uma vez que não foi identificada uma análise e avaliação dele, visando medir a eficácia e efetividade de tal política para juventude na cidade e realizar propostas para melhorias do seu funcionamento.	
PALAVRAS-CHAVE	Juventude. Mercado de trabalho. Formação profissional. PROJOVEM. Ciclo político. Construção, funcionamento e alcances do programa PROJOVEM. Efetividade e eficácia do programa. Qualidade de vida.	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	VARIÁVEIS DE ANÁLISE
Examinar as características do mercado de trabalho juvenil, considerando a estrutura ocupacional e suas relações no contexto da pandemia.	Dados do censo e pesquisa bibliográfica e documental.	Cenário evolutivo do mercado de trabalho juvenil, comparando com outros segmentos populacionais.
Caracterizar o discurso legal do Serviço de Formação Profissional para Jovens (PROJOVEM), por meio de uma análise textual	Realização de pesquisa bibliográfica e documental sobre a legislação que estruturou o programa. Análise de conteúdo e textual realizada com o suporte do software IrAMuTeQ	Discurso Legal do programa, considerando as implicações das alterações na legislação em 2012; 2017; 2018 e 2021.
Analisar a visão do público gestor sobre o Programa PROJOVEM, considerando seus principais problemas e potencialidades, bem como as etapas do seu ciclo político.	Aplicação de entrevistas semiestruturadas junto aos gestores anteriores e atuais do programa. Interpretação dos dados da Matriz GUT. Análise estatística descritiva, por meio do SPSS. Análise de conteúdo e textual realizada com o suporte do software IrAMuTeQ.	Perfil dos gestores (idade, sexo, trabalho, renda, nível de escolaridade). Principais problemas do programa. Percepções do público gestor sobre etapas do ciclo político do programa, além dos principais problemas enfrentados.
Identificar o perfil dos jovens egressos e suas percepções sobre os alcances do Programa PROJOVEM, considerando os objetivos propostos e suas implicações na qualidade de vida.	Aplicação de entrevistas semiestruturadas junto aos egressos do programa. Realização de análise, por meio dos softwares SPSS e IrAMuTeQ.	Perfil dos jovens (idade, sexo, desemprego, acesso ao trabalho, renda, nível de escolaridade). Perfil da família do jovem (tipo de arranjo familiar, composição familiar, número de filhos, número de pessoas empregadas, nível educacional e renda). Condições e Satisfação com a qualidade de vida, considerando os seguintes componentes da vida: alimentação, educação, trabalho, renda familiar, saúde, família, redes sociais-vizinhos, amigos, lazer, segurança física, moradia, meio ambiente e integração.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Para tanto, vale ressaltar que o início da pesquisa ocorreu somente após aprovação do Comitê de Ética (Anexo A). Os participantes das entrevistas foram informados sobre o que se refere à pesquisa, bem como assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndices C e D), a fim de que os dados se apresentassem em caráter de confiança e integridade preservada.

1.5. Estrutura da dissertação

Em função dos objetivos proposto foi estruturada a dissertação, por meio de quatro artigos, que retratam os resultados da pesquisa, além dos aspectos introdutórios, que apresentam a temática do estudo e seu enfoque metodológico.

O primeiro artigo, titulado **“Características do mercado de trabalho juvenil: uma análise comparativa da estrutura ocupacional e suas relações, no contexto da pandemia”**, objetivou analisar a estrutura ocupacional e suas relações, com foco nas características do mercado de trabalho juvenil, considerando as implicações causadas pela Covid-19.

Por sua vez, o segundo artigo denominado **“O discurso legal do serviço de formação para jovens em situação de vulnerabilidade social (PROJOVEM), Mariana, MG: uma análise textual”** teve como objetivo identificar o histórico sobre os dispositivos legais referentes às crianças e adolescentes, antes e pós Constituição de 1988, buscando-se, especificamente, por meio do software Iramuteq, examinar o conteúdo das Leis e Decretos relativos ao Serviço de Formação Profissional.

No caso do terceiro artigo, que teve como título **“Ciclo político do serviço de formação profissional, alcances e principais problemas: um olhar do público gestor”**, o objetivo foi examinar as percepções do público gestor sobre o ciclo político do Serviço de Formação Profissional, seus principais problemas e alcances.

E, finalmente, o quarto artigo titulado **“Alcances do programa PROJOVEM: percepções dos beneficiários”** buscou examinar os alcances do Programa PROJOVEM, considerando as percepções dos jovens beneficiários, que participaram do Serviço de Formação Profissional, da cidade de Mariana, MG. Especificamente, objetivou-se avaliar a eficácia e efetividade do programa, considerando os alcances de seus objetivos e sua contribuição na qualidade de vida dos usuários.

1.6. Referências

- ALVARENGA, D. **Com recessões e pandemia, PIB do Brasil tem pior década em 120 anos**. 03 mar. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/03/comrecessoes-e-pandemia-pib-do-brasil-tem-pior-decada-em-120-anos.ghtml>. Acesso em: 31 nov. 2021.
- ARCOVERDE, A. C. B. **Avaliação de políticas públicas em múltiplos olhares e diferentes praxis**. Recife: UFPE, 2014.
- ARRETCHE, M. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, E. M. (Orgs.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 29-39.
- BAPTISTA, T. W. F.; REZENDE, M. D. A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. In: MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. **Caminhos para análise das políticas de saúde**. Porto Alegre: Rede Unida, 2015. p. 221-272.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2018.
- BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. 4.ed. Ijuí: Unijuí, 2018.
- BRESSER PEREIRA, L. C. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 45, p. 49-95, 1998. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451998000300004>.
- CADASTRO Único para Programas Sociais do Governo Federal. Mariana, MG. 2023.
- CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.
- CANTÍDIO, S. **Implantação de documentação de processos**. Disponível em: <https://sandrocan.wordpress.com/curriculo-profissional/tubocap/implantacao-dedocumentacao-de-processos/>. Acesso em: 05 maio 2022.
- CASSAB, C.; TOLEDO, J. A. C.; FERREIRA, K. O.; RESENDE, R. P. Representações na mídia da juventude e a produção do medo: experiência em uma cidade média brasileira. **Finisterra**, v. 51, n. 102, 2016. <https://doi.org/10.18055/Finis3918>.
- CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.
- CEVADA, L. Z.; DAMY-BENEDETT, P. C. Uso da matriz de priorização (Matriz GUT) como aliada em auditorias. **Revista Científica**, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2021.

- CORSEUIL, C. H. L.; POLOPONSKY, K.; FRANCA, M. A. P. **Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização**. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10107>. Acesso em: 12 set. 2021.
- DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.
- ESTEVIÃO, R. B.; FERREIRA, M. D. M. Análise de políticas públicas: uma breve revisão de aspectos metodológicos para formulação de políticas. **HOLOS**, v. 3, p. 168-185, 2018.
- FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- GARCIA, M. L. T.; PANDOLFI, A. F.; LEAL, F. X.; STOCCO, A. F.; BORREGO, A. E.; BORGES, R. E. S. et al. The COVID-19 pandemic, emergency aid and social work in Brazil. **Qualitative Social Work**, v. 20, n. 1-2, p. 356-365, 2021. <https://doi.org/10.1177/1473325020981753>
- GREGORI, J. O menor ainda minimizado pela lei brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, n. 31, p. 4-5, 1979.
- HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política pública: seus ciclos e subsistemas – uma abordagem integradora**. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26.ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- ITABORAÍ, N. R. A proteção social da família brasileira contemporânea: reflexões sobre a dimensão simbólica das políticas públicas no Brasil. In: SEMINÁRIO FAMÍLIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2005. **Anais...** 2005.
- JANNUZZI, P. M. **Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas**. São Paulo: Alínea, 2015.
- KEPNER, C. H.; TREGOE, B. B. **O administrador racional: uma abordagem sistemática à solução de problemas e tomada de decisões**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1980.
- MARIANA. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mariana>. Acesso em: 23 maio 2023.
- MARINHO, A.; FAÇANHA, L. O. **Programas sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para Discussão, 787).
- MENNELLA, A. C. V. B. Mercado de trabalho brasileiro e a transição para a vida adulta: o desafio da juventude. **História na Fronteira**, v. 2, n. 2, p. 77-96, 2009.

- METZEN, E.; WILLIAMS, F. L.; SHULL, J.; O'KEEFE, D. R. **Quality of live as affected by area of residence**: I project description. Columbia: University Missouri, College of Agriculture, Agricultural Experiment Station, 1980.
- MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 30.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- NATIVIDADE, M. S.; BERNARDES, K.; PEREIRA, M.; MIRANDA, S. S.; BERTOLDO, J.; TEIXEIRA, M. G. et al. Social distancing and living conditions in the pandemic COVID-19 in Salvador-Bahia, Brazil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 9, p. 3385-3392, 2020. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.22142020>.
- O'KEEFE, P.; JOHNSON, B.; DALEY, K. Continuing the precedent: financially disadvantaging young people in "unprecedented" COVID-19 times. **Australian Journal of Social Issues**, v. 57, n. 1, p. 70-87, 2021.
- PEREIRA, G. C.; ZUFFO, S.; MOURA, E. G. Juventude e qualidade de vida. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 14, n. 2, p. 1-9, 2019.
- RAEDER, S. T. O. Ciclo de políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 7, n. 13, p. 121-146, 2014.
- RAITZ, T. R.; PETTERS, L. C. F. Novos desafios dos jovens na atualidade: trabalho, educação e família. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, p. 408-416, 2008.
- REGUILLO, R. Las culturas juveniles: un campo de estudio; breve agenda para la discusión. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 103-118, 2003. <https://doi.org/10.1590/S141324782003000200008>.
- RUA, M. G. **Análise de políticas públicas**: conceitos básicos. Washington: Banco Interamericano de Desarrollo, 1997.
- RUA, M. G. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES/UAB, 2009.
- SALUM, M. J. G. O sujeito de direitos, o ECA e o sujeito adolescente. In: HELENO, C. T.; RIBEIRO, S. M. **Criança e adolescente**: sujeitos de direitos. Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, 2010. p. 49-64.
- SANO, H.; MONTENEGRO FILHO, M. J. F. As técnicas de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública e sua relevância para o desenvolvimento social e das ações públicas. **Desenvolvimento em Questão**, v. 11, n. 22, p. 35-61, 2013. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2013.22.35-61>
- SARVEY, D.; WELSH, J. W. Uso de substâncias na adolescência: desafios e oportunidades relacionados ao COVID-19. **Journal of Substance Abuse Treatment**, v. 122, p. 108-212, 2021.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SILVA, E. R. A.; ANDRADE, C. C. A política nacional de juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. p. 41-70.

SILVEIRA, D.; ALVARENGA, D. **Trabalho informal avança para 41,3% da população ocupada e atinge nível recorde**. 30 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/08/30/trabalho-informal-avanca-para-413percent-da-populacao-ocupada-e-atinge-nivel-recorde-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 31 nov. 2021.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SPOSITO, M. P.; TARÁBOLA, F. S. Entre luzes e sombras: o passado imediato e o futuro possível da pesquisa em juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 71, p. 1-25, 2017. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782017227146>.

TROIAN, A.; BREITENBACH, R. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. **Interações**, v. 19, p. 789-802, 2018.

**ARTIGO 1 – CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO JUVENIL:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA ESTRUTURA OCUPACIONAL E SUAS
RELAÇÕES, NO CONTEXTO DA PANDEMIA⁵**

Resumo: O artigo objetivou analisar a estrutura ocupacional e suas relações, no contexto da pandemia, com foco nas características do mercado de trabalho juvenil, considerando as implicações causadas pela Covid-19. Metodologicamente, foram coletados dados censitários da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), nos trimestres de 2019 e no 1º trimestre de 2020, referentes à população economicamente ativa (ocupados e desocupados), da região metropolitana de Belo Horizonte, bem como informações sociodemográficas (faixa etária, sexo e escolaridade), buscando verificar a associação entre o mercado de trabalho de jovens e adultos, por meio do teste de qui-quadrado; além de examinar os efeitos da pandemia, em termos de taxa de desocupação, por regiões metropolitanas brasileiras. Os resultados sobre o perfil socioeconômico evidenciaram que pessoas na faixa etária entre 14 e 17 anos têm menor percentual de ocupação dentre todas as outras faixas etárias, em todos os trimestres analisados; existindo também um menor percentual de ocupação de mulheres comparativamente à dos homens. Sobre o grau de instrução, ficou destacado que pessoas sem instrução são as mais prejudicadas no acesso ao mercado de trabalho. Além disso, verificou-se associação entre a ocupação no mercado de trabalho e o fato de o indivíduo ser jovem ou adulto, constatando-se que, estatisticamente, a população adulta tem maior probabilidade de estar ocupada, em relação à população jovem; estando o maior percentual de desocupados relacionado aos jovens de 18 a 24 anos, principalmente, mulheres, de menor grau de instrução. Esse público, principalmente na região metropolitana de São Paulo, vivencia uma situação de precariedade, por estar associado a trabalhos repentinos ou esporádicos, com acesso restrito ao primeiro emprego, diante da ofensiva neoliberal, intensificada pela crise pandêmica.

Palavras-chave: Jovem. Mercado de trabalho. Pandemia.

Abstract: The article aimed to analyze the occupational structure and its relationships, in the context of the pandemic, focusing on the characteristics of the youth labor market, considering the implications caused by Covid 19. Methodologically, PNAD (National Household Sample Survey) census data were collected, in the quarters of 2019 and the 1st quarter of 2020, referring to the economically active population (occupied and unemployed), in the metropolitan region of Belo Horizonte, in addition to sociodemographic information (age group, gender and education), seeking to verify the association between the youth and adult labor market, using the chi-square test; in addition to examining the effects of the pandemic, in terms of the unemployment rate, by Brazilian metropolitan regions. The results on the socioeconomic profile showed that people in the age group between 14 and 17 years old have a lower percentage of employment among all other age groups, in all analyzed quarters; there is also a lower percentage of occupation by women compared to men. Regarding the level of education, it was highlighted that people without education are the most disadvantaged in accessing the labor market. In addition, there was an association between occupation in the labor market and the fact that the individual is young or adult, noting that, statistically, the adult population is more likely to be employed in relation to the young population; with the highest percentage of unemployed related to young people aged 18 to 24, preferably women, with a lower level of education. This public, mainly in the metropolitan region of São Paulo, experiences a situation of precariousness, for being associated with sudden or sporadic jobs, with restricted access to the first job, in the face of the neoliberal offensive, intensified by the pandemic crisis.

Keywords: Labor market. Pandemic. Youth.

⁵ Artigo encaminhado para a Revista EccoS, encontrando-se em processo de análise e parecer.

1. INTRODUÇÃO

Com bases nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como no que foi abordado por Corseuil, Poloponsky e Franca (2020), a atual conjuntura do mercado de trabalho é marcada por uma porcentagem consideravelmente elevada de jovens desempregados. Com relação à procura de emprego tendo por referência os três primeiros meses do ano de 2013, esta se apresentou em 29,9%, enquanto, nos três primeiros meses de 2019, esse índice alcançou 38,8%. Pode-se inferir que esse aumento de 8,9% na taxa de jovens desempregados chega a ser um fator preocupante, sobretudo, para aqueles que estão em busca do primeiro emprego. Além disso, o trabalho informal, sem garantias trabalhistas, avançou para 41,3% da população ocupada, atingindo um nível recorde, sendo que, entre as pessoas ocupadas sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto, a proporção de informais alcançou 62,4% (Silveira; Alvarenga, 2019).

Constatou-se, também, que tal situação se acentuou com o advento da pandemia do Covid-19, que foi constatada, no Brasil, no início fevereiro de 2020. Segundo Garcia et al. (2021), a sociedade brasileira, mesmo antes da pandemia, já vivenciava uma situação de precariedade, agravada pela crise estrutural do capital, realidade esta que acabou por intensificar as expressões da questão social em termos de desigualdades e de exclusão social.

Segundo Corseuil, Poloponsky e Franca (2020), o mercado de trabalho foi marcado, nas últimas décadas, por situações de escassez de oportunidades de trabalho, bem como por uma realocação das oportunidades existentes. Segundo o autor, tais limitações foram intensificadas com a crise pandêmica provocada pela Covid-19. Nesse mercado, o público jovem possui uma maior taxa de desemprego, pois apresenta maior sensibilidade às crises da sociedade capitalista.

Sarvey e Welsh (2021), corroborando com Garcia et al. (2021), destacam as repercussões da crise pandêmica, com mudanças intensas ocorridas na realidade cotidiana das pessoas, em função das restrições sanitárias impostas nos termos de isolamento social, com reflexos sobre a produção nacional (redução do PIB⁶), bem como sobre a geração de emprego e renda, que apresentaram quedas substanciais.

O’Keeffe, Johnson e Daley (2021) também abordaram sobre as especificidades do espaço no qual os jovens, enquanto trabalhadores, são inseridos, considerando os impasses que

⁶ Com recessões e pandemia, PIB do Brasil teve, em 2020, a pior década em 120 anos, com queda de 4,1%. Essa redução interrompeu o crescimento de três anos seguidos, de 2017 a 2019, quando o PIB acumulou alta de 4,6%. Apenas a agropecuária cresceu; a indústria recuou 3,5% e serviços, 4,5% (ALVARENGA, 2021).

eles têm enfrentado, em termos de condições precárias de trabalho, caracterizadas por trabalhos repentinos e esporádicos.

Nesse contexto, o objetivo do presente artigo consistiu em analisar a estrutura ocupacional e suas relações no contexto da pandemia, focando nas características do mercado de trabalho juvenil.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura se concentrou em examinar, de forma breve, o histórico da juventude pobre no Brasil, bem como examinar os estudos sobre juventude e os desafios enfrentados, principalmente quanto às restrições para o acesso ao mercado de trabalho diante tanto da crise pandêmica quanto da situação de recessão econômica enfrentada pela sociedade brasileira, com repercussões sobre o empobrecimento, vulnerabilidades, desigualdades e exclusões.

De acordo com os estudos realizados sobre juventude brasileira pobre, observa-se a presença de estereótipos e estigmas negativos que foram construídos no contexto histórico social por parte da sociedade, assim como pelo Estado burguês. Segundo Itaboraí (2005), as crianças e adolescentes das classes menos favorecidas eram vistas como um potencial de perigo para a sociedade, sendo rotulados como “menor em situação irregular” quando cometiam ato infracional. Ainda sobre juventude, Troian e Breitenbach (2018) ressaltaram que:

Múltiplas são as juventudes numa sociedade heterogênea, marcada pela discriminação, pelas desigualdades econômicas e sociais e pela existência de sistemas culturais hierárquicos e diversificados. Isso porque a juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e uma representação. Portanto a juventude é uma categoria socialmente destacada, uma fase de transição e mudanças (p. 793).

Garcia et al. (2021), por sua vez, apresentaram dados que representam desafios econômicos já existentes no Brasil, anteriores à pandemia, referentes à queda do PIB, nos anos de 2015 e 2016. Por sua vez, Silva (2019) abordou sobre os desafios advindos da desocupação e das precárias condições de trabalho enfrentadas pelos jovens durante o percurso da sua entrada no mundo do trabalho, as quais decorrem do modo de produção capitalista, que está em constante movimento de mudanças, em busca incessante pela obtenção de lucro, com o início da ofensiva neoliberal nos anos 90.

Dentro dessa mesma visão, Mennella (2009) destaca que as mudanças no mercado de trabalho são advindas do modo como a sociedade capitalista organiza o trabalho. Assim, pode-

se dizer que a reestruturação produtiva afeta diretamente os jovens, visto que a sua entrada no mercado de trabalho fica marcada pelo impasse da instabilidade, bem como da incerteza.

Nesse sentido, a relação existente entre o mercado de trabalho e o jovem acaba por se caracterizar cada vez mais por péssimas situações de trabalho, como destacado por Raitz e Petters (2008):

A juventude e as relações que estabelece com o trabalho, a educação e a família têm se tornado, nos últimos anos, tema de atenção dos pesquisadores que visam não apenas compreender as relações do jovem com o mundo do trabalho e com a educação, mas também propor alternativas que possam vir a oferecer possibilidades para a minimização dos graves problemas que os jovens enfrentam para inserção, permanência e valorização no trabalho (p. 408).

Essa situação de precariedade do mercado de trabalho de trabalho juvenil, conjugada com o restrito acesso ao primeiro emprego, foi intensificada com o atual contexto pandêmico, pois o país deparou-se com a crise econômica, como destacam Garcia et al. (2021), advinda da crise estrutural do capital, que trouxe impactos na economia de modo geral, intensificando os problemas presentes na vida dos trabalhadores, como o desemprego (Sarvey; Welsh, 2021). Para Barbosa et al. (2020), os que foram mais impactados com o desemprego foram os trabalhadores do sexo feminino, os jovens, os de cor preta e os que possuem baixo grau de instrução e que se encontravam em condições de trabalhos não formais e com salários baixos.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa, com características descritivas e quantitativas, foi dividida em três etapas: na primeira, realizou-se uma varredura teórica sobre alguns autores que discutem sobre as particularidades do jovem pobre brasileiro, assim como sobre as dificuldades enfrentadas por eles no processo de inserção no mundo do trabalho; além da análise dos impactos econômicos provocados pela pandemia da Covid-19 no Brasil, sobre o mercado juvenil.

No que se refere à segunda etapa, foi efetuada a coleta dos dados secundários contidos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), sendo a amostra selecionada composta pela população economicamente ativa.

Após a coleta e sistematização dos dados, foi realizado um teste estatístico qui-quadrado⁷, a fim de verificar a quantidade de jovens ocupados e desocupados, extraindo o

⁷ Teste do Chi-quadrado (ou qui-quadrado) é usado para verificar se duas distribuições são significativamente diferentes ou não (a hipótese nula é que elas são iguais). Como o chi-quadrado trabalha com distribuições e é usado sempre que as medidas são categóricas e, algumas vezes, com medidas ordinais. O chi-quadrado é usado também para verificar a independência de duas categorias. O teste chi-quadrado só pode ser usado se o número

recorte temporal do primeiro trimestre de 2020, momento em que teve o início de casos da Covid-19 no Brasil (Garcia et al., 2021).

O universo da pesquisa compreendeu a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Foi apresentado, também, um mapa elaborado no *software* QGIS, a fim identificar e visualizar qual região metropolitana brasileira possui o maior número de pessoas desocupados no contexto da pandemia.

Por fim, foram discutidos os resultados obtidos e realizadas as análises e interpretações para delimitar os aspectos conclusivos do estudo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados, apresentados na Tabela 1 mostram que, na faixa etária de 14 a 17 anos, há menor percentual de pessoas ocupadas em relação às faixas etárias de 25 a 39 anos e de 50 a 59 anos. Esse comportamento foi observado em todos os trimestres.

Tabela 1 – Distribuição da ocupação de pessoas no mercado de trabalho por faixa etária na região metropolitana de Belo Horizonte, nos trimestres de 2019 e 1º trimestre de 2020

Faixa etária	2019								2020	
	1º trimestre		2º trimestre		3º trimestre		4º trimestre		1º trimestre	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pessoas ocupadas										
14 a 17 anos	33	1,3	42	1,6	37	1,4	44	1,6	34	1,3
18 a 24 anos	318	12,2	339	12,6	339	12,5	348	12,7	327	12,6
25 a 39 anos	1.025	39,2	1.045	38,7	1.032	38,1	1.063	38,8	970	37,4
40 a 59 anos	1.035	39,5	1.062	39,3	1.092	40,4	1.066	38,9	1.052	40,6
60 anos ou mais	206	7,9	211	7,8	206	7,6	216	7,9	210	8,1
Total	2.617	100,0	2.699	100,0	2.706	100,0	2.737	100,0	2.593	100,0
Pessoas desocupadas										
14 a 17 anos	38	9,5	37	10,3	42	11,6	40	11,88	38	9,4
18 a 24 anos	124	31,2	119	33,2	107	29,5	93	27,4	125	30,9
25 a 39 anos	119	29,9	108	30,2	112	30,9	110	32,4	132	32,6
40 a 59 anos	102	25,6	84	23,5	93	25,6	81	23,9	96	23,7
60 anos ou mais	16	4,0	11	3,1	10	2,8	15	4,4	13	3,2
Total	398	100,0	358	100,0	363	100,0	339	100,0	405	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020).

Considerando o processo de ocupação por categoria de gênero, pode-se constatar, conforme dados da Tabela 2, que o menor percentual de ocupação estava associado às mulheres em comparação com os homens, que possuíam maiores percentuais de ocupação. Esse

de observações em, pelo menos, 75% dos cruzamentos das categorias de, no mínimo, cinco observações (Wainer et al., 2007, p. 13).

comportamento era observado em todos os trimestres. Por outro lado, em termos das pessoas desocupadas, o número mais significativo estava sempre entre as mulheres. A discrepância entre homens e mulheres foi maior no primeiro trimestre de 2020. Mennella (2009) aponta essa característica a partir dos achados de Cacciamali e José-Silva (2003) e Dedecca (1996), afirmando: “[...] do mercado de trabalho brasileiro é a distribuição desigual do desemprego e das ocupações precárias entre a mão-de-obra, sendo que os jovens e as mulheres estão entre os mais afetados por essas duas situações” (Mennella, 2009, p. 78).

Tabela 2 – Distribuição da ocupação de pessoas no mercado de trabalho por sexo, na região metropolitana de Belo Horizonte, nos trimestres de 2019 e 1º trimestre de 2020

Faixa etária	2019								2020	
	1º trimestre		2º trimestre		3º trimestre		4º trimestre		1º trimestre	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pessoas ocupadas										
Homens	1.394	53,3	1.410	52,2	1.434	53,0	1.458	53,3	1.390	53,6
Mulheres	1.223	46,7	1.290	47,8	1.272	47,0	1.279	46,7	1.203	46,4
Total	2.617	100,0	2.700	100,0	2.706	100,0	2.737	100,0	2.593	100,0
Pessoas desocupadas										
Homens	174	43,7	166	46,4	167	46,0	154	45,4	183	45,2
Mulheres	224	56,3	192	53,6	196	54,0	185	54,6	222	54,8
Total	398	100,0	358	100,0	363	100,0	339	100,0	405	100,0

Fonte: IBGE (2020).

No que diz respeito à associação do mercado de trabalho com grau de instrução, os dados da Tabela 3 evidenciaram que os indivíduos sem instrução eram os mais afetados pelo acesso ao mercado de trabalho, tendo os maiores percentuais de desocupação.

Outra análise realizada para dimensionar o mercado de trabalho consistiu em examinar a associação estatística entre a situação ocupacional de jovens e adultos na região Metropolitana de Belo Horizonte, no ano de 2021. Para tanto, foi aplicado o teste qui-quadrado, com o nível de significância de 5%, tendo sido observado o p-valor significativo ($p < 0,05$). Com isso, pode-se afirmar que a situação ocupacional, no ano de 2021, está associada ao fator de a pessoa ser jovem ou adulta, conforme dados Tabela 4.

Tabela 3 – Distribuição da ocupação de pessoas no mercado de trabalho por escolaridade na região metropolitana de Belo Horizonte, nos trimestres de 2019 e 1º trimestre de 2020

Faixa etária	2019								2020	
	1º trimestre		2º trimestre		3º trimestre		4º trimestre		1º trimestre	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pessoas ocupadas										
Sem instrução	11	0,4	12	0,4	7	0,3	14	0,5	9	0,3
Ens. fund. incompleto	497	19,0	508	18,8	510	18,8	478	17,5	445	17,2
Ens. fund. completo	236	9,0	227	8,4	223	8,2	239	8,7	209	8,1
Ens. médio incompleto	167	6,4	186	6,9	194	7,2	171	6,2	176	6,8
Ens. médio completo	923	35,3	960	35,6	969	35,8	1.018	37,2	975	37,6
Ens. superior incompleto	193	7,4	204	7,6	197	7,3	204	7,5	177	6,8
Ens. superior completo	590	22,5	603	22,3	606	22,4	614	22,4	601	23,2
Total	2.617	100,0	2.699	100,0	2.706	100,0	2.737	100,0	2.593	100,0
Pessoas desocupadas										
Sem instrução	4	1,0	1	0,3	3	0,8	2	0,6	1	0,2
Ens. fund. incompleto	68	17,1	69	19,3	66	18,2	68	20,1	8	19,8
Ens. fund. completo	48	12,1	54	15,1	53	14,6	41	12,1	42	10,4
Ens. médio incompleto	55	13,8	47	13,1	52	14,3	47	13,9	52	12,8
Ens. médio completo	142	35,7	125	34,9	128	35,3	129	38,1	159	39,3
Ens. superior incompleto	35	8,8	23	6,4	16	4,4	20	5,9	30	7,4
Ens. superior completo	47	11,8	39	10,9	45	12,4	32	9,4	41	10,1
Total	398	100,0	358	100,0	363	339	339	100,0	405	100,0

Fonte: IBGE (2020).

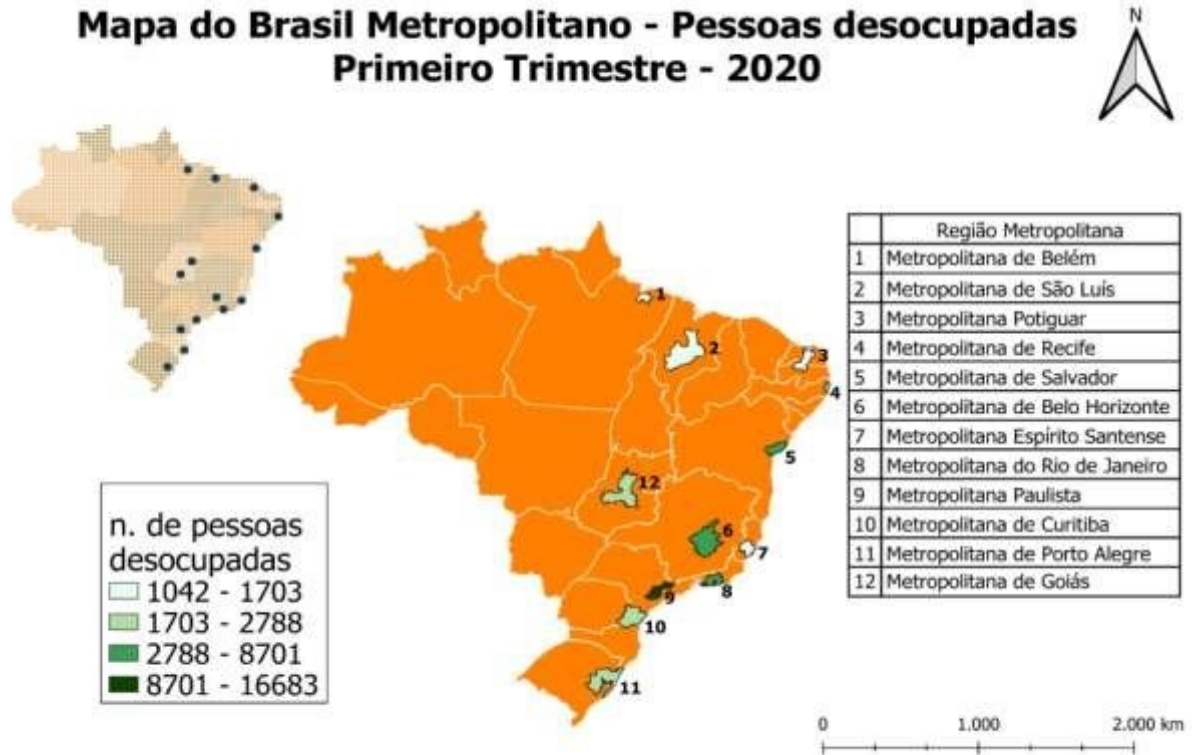
Tabela 4 – Associação entre a situação no mercado de trabalho de jovens e adultos na região metropolitana de Belo Horizonte, 2021

	Ocupado		Desocupado		p-valor
	N	%	N	%	
Jovem	361	13,9	163	40,3	< 0,0001
Adulto	2.232	86,1	241	59,7	

Fonte: IBGE (2020).

Com o intuito de trazer uma melhor visualização sobre os efeitos da pandemia por regiões metropolitanas brasileiras, em 2020, em termos do número de pessoas desocupadas, foi construído um mapa de distribuição, conforme mostra a Figura 3, na qual a Região Metropolitana de São Paulo, SP, possuía 16.683 pessoas desocupadas: ou seja, foi a região que mais se destacou com respeito à desocupação, seguida pela região metropolitana de Belo Horizonte, MG, com o quantitativo de 3.851 indivíduos.

Figura 3 – Mapa da distribuição de pessoas desocupadas segundo as regiões metropolitanas do Brasil, 2020



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Posteriormente, na sequência, vem a cidade do Rio de Janeiro, RJ (8.701 pessoas) e, em seguida, a região de Salvador, BA, com 3.171, e Recife, PE, com 2.412. Quanto a outras regiões com menor número de pessoas desocupadas, estão: a Metropolitana de Belém, PA, com 1.703; a metropolitana espírito-santense, com 1.124; e São Luís, MA, com 1.083. Estando em último lugar, quanto ao número de pessoas desocupadas, há a região de Natal, RN, que registrou 1.042 pessoas desempregadas em 2020.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em função dos resultados, considera-se necessário situar as transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, que foram agravadas no contexto de pandemia do Covid-19 no Brasil, as quais vêm alterando as formas de inserção e manutenção dos jovens no mercado. Esse cenário se apresenta sob uma expansão das taxas de desemprego aberto, com o desassalariamento e a geração de postos de trabalho precários, que atingem, principalmente, os jovens das camadas populares, assim delimitando o universo de suas experiências e seu campo de possibilidades.

6. REFERÊNCIAS

ALVARENGA, D. **Com recessões e pandemia, PIB do Brasil tem pior década em 120 anos**. 03 mar. 2021. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/03/comrecessoes-e-pandemia-pib-do-brasil-tem-pior-decada-em-120-anos.ghtml>. Acesso em: 31 nov. 2021.

CORSEUIL, C. H. L.; POLOPONSKY, K.; FRANCA, M. A. P. **Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização**. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em:

<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10107>. Acesso em: 12 set. 2021.

GARCIA, M. L. T.; PANDOLFI, A. F.; LEAL, F. X.; STOCCO, A. F.; BORREGO, A. E.; BORGES, R. E. S. et al. The COVID-19 pandemic, emergency aid and social work in Brazil. **Qualitative Social Work**, v. 20, n. 1-2, p. 356-365, 2021.

<https://doi.org/10.1177/1473325020981753>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD COVID-19: maio/2020: resultados mensais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=2101727>. Acesso em: 12 set. 2021.

ITABORAÍ, N. R. A proteção social da família brasileira contemporânea: reflexões sobre a dimensão simbólica das políticas públicas no Brasil. In: SEMINÁRIO FAMÍLIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2005. **Anais...** Disponível em:

<http://files.viverjunto.webnode.com.br/200000042-1572a166d0/familia.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2021.

MENNELLA, A. C. V. B. Mercado de trabalho brasileiro e a transição para a vida adulta: o desafio da juventude. **História na Fronteira**, v. 2, n. 2, p. 77-96, 2009.

O'KEEFFE, P.; JOHNSON, B.; DALEY, K. Continuing the precedent: financially disadvantaging young people in "unprecedented" COVID-19 times. **Australian Journal of Social Issues**, v. 57, n. 1, p. 70-87, 2021.

RAITZ, T. R.; PETTERS, L. C. F. Novos desafios dos jovens na atualidade: trabalho, educação e família. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, p. 408-416, 2008.

SARVEY, D.; WELSH, J. W. Uso de substâncias na adolescência: desafios e oportunidades relacionados ao COVID-19. **Journal of Substance Abuse Treatment**, v. 122, p. 108-212, 2021.

SILVA, P. F. B. Juventude, trabalho e educação no Brasil: breves apontamentos. **Política Social e Serviço Social**, v. 16, n. 1, p. 2-7, 2019.

SILVEIRA, D.; ALVARENGA, D. **Trabalho informal avança para 41,3% da população ocupada e atinge nível recorde**. 30 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/08/30/trabalho-informal-avanca-para-413percent-da-populacao-ocupada-e-atinge-nivel-recorde-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 31 nov. 2021.

TROIAN, A.; BREITENBACH, R. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. **Interações**, v. 19, p. 789-802, 2018.

WAINER, J. et al. Métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa para a Ciência da Computação. **Atualização em Informática**, v. 1, n. 221-262, p. 32-33, 2007.

ARTIGO 2 – O DISCURSO LEGAL DO SERVIÇO DE FORMAÇÃO PARA JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL (PROJOVEM), MARIANA, MG: UMA ANÁLISE TEXTUAL

Resumo: O artigo objetivou identificar a trajetória e discurso sobre os dispositivos legais referentes às crianças e adolescentes, antes e pós Constituição de 1988. Especificamente, por meio do software Iramuteq, foi examinado o conteúdo das Leis e Decretos relativos ao Serviço de Formação Profissional para Jovens em Situação de Vulnerabilidade-PROJOVEM, da cidade de Mariana, MG. Foram identificadas a Lei nº 2.605 de 2012, Decreto nº 8.802 de 2017, Lei nº 3.228 de 2018, que regulamentavam a inclusão dos jovens, bem como a execução do programa, que foram substituídas pela Lei nº 3.416, vigente a partir de abril de 2021. A análise textual destacou o processo de formulação, condicionantes, atividades e instituições envolvidas, além dos alcances do PROJOVEM. Conclui-se que as alterações do discurso legal foram pontuais e incrementais, relacionadas ao próprio funcionamento do programa.

Palavras-chave: PROJOVEM. Discurso legal. Análise textual.

Abstract: The article aimed to identify the history of the legal provisions referring to children and adolescents, before and after the 1988 Constitution. Specifically, through the IRAMUTEQ software, the content of the Laws and Decrees related to the Professional Training Service for Young People in Situations of Vulnerability (PROJOVEM), from the city of Mariana, MG. Law nº 2012, Decree nº 2017, Law nº 3228 of 2018 were identified, which regulated the inclusion of young people, as well as the implementation of the program, which were replaced by Law nº 3416, effective as of April 2021. Textual analysis highlighted the formulation process, constraints, activities, and institutions involved, in addition to the scope of PROJOVEM. It is concluded that the changes in the legal discourse were punctual and incremental, related to the very functioning of the program.

Keywords: PROJOVEM. Legal discourse. Textual analysis.

1. INTRODUÇÃO

Os jovens no Brasil ainda representam uma parcela significativa da população e requerem políticas públicas que atendam aos seus anseios. Nesse contexto, o governo federal elaborou leis com vistas a promover políticas públicas voltadas ao atendimento a essa parcela da população. Desta forma, destaca-se a importância, bem como a influência das legislações, no contexto do reconhecimento do direito dos jovens nas diversas áreas das políticas sociais.

Segundo Marino (2013), o Código de Menores instituído nos anos 1921, 1927 e 1979 não contemplavam diretrizes de uma política de garantia aos direitos dos jovens. Deste modo, foi somente com a promulgação e vigência da Constituição de 1988, é que o conceito “menor” foi substituído por adolescente, representando mais que uma mudança de uma alteração de nomenclatura; mas, principalmente, um avanço na conquista dos direitos dos adolescentes.

Para Cassab et al. (2016), os jovens, inseridos em processos sociais complexos, experimentam a juventude de acordo com os espaços, tempos e contextos em que vivem. Desta forma, segundo o autor, não existe apenas um tipo de juventude, mas juventudes no plural, que

assumem diferentes expressões de acordo com as condições culturais e materiais que as rodeiam. Ou seja, como destaca o referido autor, a juventude deve ser entendida a partir de suas experiências individuais e coletivas.

Assim, o presente artigo buscou apresentar o histórico da política envolvendo a juventude no Brasil, antes e pós Constituição de 1988, bem como examinar o conteúdo do discurso legal referente ao Serviço de Formação Profissional para Jovens em Situação de Vulnerabilidade (PROJOVEM), frente a viabilização dos direitos e implementação de políticas públicas.

2. REVISÃO DE LITERATURA

De acordo com Ferreira (2012), as leis são elaboradas em determinado contexto histórico e direcionadas a públicos específicos. Neste sentido, as leis representam um guia para o legislador e, portanto, faz-se necessário de antemão o conhecimento dos indivíduos que serão submetidos por tais legislações e as relações que elas regulam.

Conforme apontado por Salum (2010), no Brasil, a maioria das leis para adolescentes foi criada, com objetivo de reprimi-lo, como, por exemplo, o Código de Menores, em 1927, em que, no seu primeiro artigo, aborda as medidas de assistência e proteção direcionadas ao menor, independente do sexo, em condições de abandono ou delinquência, que possuía menos de 18 anos. Posteriormente, ao ser reformulado, o Novo Código de Menores, promulgado em 1979, tratava da proteção aos adolescentes que se encontravam em “condições irregular”, conforme consta no Código, em seu primeiro artigo, ao dispor sobre a assistência, proteção e vigilância a menores, com idade de até 18 anos, em situação irregular, bem como os que possuíam de 18 anos e 21 anos, nos casos expressos em lei.

Neste cenário, Corrêa (2009, p. 33) argumenta que a “tentativa de suprir esse descompasso entre a lei e as diferenças sociais oriundas das metamorfoses das exigências sociais, se dá pela interpretação de leis e de princípios que regem as relações das pessoas entre si e de maneira coerente”. Para tanto, os princípios estariam revelados em uma interpretação mais adequada, resgatando-se as diretrizes propostas na Constituição e através de outras fontes do sistema, como as decisões judiciais, a doutrina e os costumes (Corrêa, 2009).

Conforme argumenta Gregori (1979, p. 5), como objeto de intervenção do Estado, nas legislações, os adolescentes não eram vistos nesses períodos, como sujeitos de direitos; portanto, os termos usados nos Códigos eram “menor”. “Todas as antigas modalidades foram enfeixadas sob uma única designação: menor infrator em situação irregular. Tal situação

irregular vai desde o menor privado de condições de subsistência, saúde ou até menor de infração penal”.

A forma como a letra jurídica nacional apresentava o adolescente, como um sujeito de desprestígio, desde finais do século XIX, com a vigência do primeiro Código para o menor em 1921 – pobre, abandonado, delinquente, perpassando pelo marco da Constituição Federal de 1988 e, chegando até o Estatuto da Criança e Adolescente de 1990, como sujeitos de direitos, nos fornece uma base para entender os desafios ainda presentes no cotidiano do jovem pobre (Marino, 2013).

Nesse sentido, observou-se que o histórico da legislação brasileira, em diferentes períodos históricos, possui formatos de prescrições de “controle” aos menores de 18 anos, que eram vistos por meio da imagem da marginalidade do convívio social.

Segundo Jasmin, Casamasso e Barbosa (1986, p. 84), ao longo do contexto histórico da legislação para a juventude, podem ser destacados quatro períodos, definidos como chave no desenvolvimento das leis direcionadas no trato oficial ao menor, que são: a) 1º período (1921-1927), o tratamento aos menores desassistidos perde a sua antiga conotação criminal expressa pelos códigos do século passado e assume uma postura mais “moderna”, assistencialista; b) 2º período (1941-1944), há a criação do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), como órgão centralizador do tratamento oficial ao menor, além da elaboração da Lei de Emergência, que viria revogar as disposições do Código de 27, no que respeitava ao problema pena, tendo em vista a promulgação, em 1940, de um novo Código Penal; c) 3º período (1964-1968), quando se tem à substituição do SAM pela Fundação Nacional de Bem Estar do Menor (FUNABEM) e de leis associadas às medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de atos definidos como infrações penais; d) 4º período (1975-1979), que apresenta o percurso, a elaboração e a votação do novo Código de Menores (Jasmin; Casamasso; Barbosa, 1986, p. 84).

Na visão de Marino (2013), os Códigos de Menores de 1921, 1927 e 1979 não contemplavam diretrizes de uma política de garantia aos direitos dos adolescentes, pois, o que ficou subentendido nesses códigos eram as interfaces entre pobreza, criminalidade e família “desestruturada”, responsável pelos problemas do “menor”. Dessa forma, apresentavam uma necessidade de intervenção do Estado, com medidas que proporcionassem a assistência e reeducação adaptativa do “menor” e de sua família.

Com a Constituição Federal de 1988, os adolescentes passaram a ser vistos como sujeitos de direitos, no que se refere às responsabilidades da família, Estado e Sociedade,

conforme está instituído no Art. 227; além disso, é mencionado que a lei estabeleceria o estatuto da juventude bem como o plano nacional de juventude.

Diante disso, pode-se citar os avanços; ou seja, a forma como as crianças e jovens passaram a ser tratados, sendo vistos como sujeitos de direitos, com a aprovação da Constituição Federal 1988, bem como, com a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1995, 1999), denominada Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Segundo Oliva e Kauchakje (2009, p. 23), o Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe inúmeras inovações na área de políticas públicas dirigidas a esse segmento ao consideraram a infância e a juventude, como prioridade absoluta, merecedoras de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado em condições peculiares de desenvolvimento e merecedores de proteção especial.

A partir de então, como destacado pelos referidos autores, iniciou-se um novo olhar sob esse público, quando a infância assim como a juventude passaram a contar com mecanismos que fossem capazes de garantir uma proteção integral, com o apoio de uma rede, tais como: Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares, Ministério Público, Varas da Infância e Juventude, Delegacias de Defesa da Criança e do Adolescente, Organizações Não Governamentais, dentre outros.

Dessa forma, como apontam Oliva e Kauchakje (2009), a fim de que o direito infanto-juvenil fosse cumprido, conforme deliberado tanto na CF 88, quanto no ECA, fez-se necessário projetos, programas e serviços que atendessem as necessidades apresentadas pelas crianças e adolescentes, de forma a garantir o desenvolvimento pessoal e social.

3. METODOLOGIA

Primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, no que tange ao contexto das legislações direcionadas a infância e juventude, desde a Lei nº 4.242, de 5 de janeiro de 1921 à Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.

Em seguida, procedeu-se o mapeamento das legislações do Serviço de Formação Profissional do Jovem no município de Mariana, MG, para identificar a trajetória desde 2012, ano que foi instituído o Serviço de Formação Profissional para jovens de programas sociais até 2021, quando as leis anteriores foram revogadas e o Serviço de Formação Profissional passou a se chamar PROJOVEM.

Para a pesquisa documental, o estudo utilizou técnicas de busca nas leis municipais, no intuito de se ter uma base para selecionar leis que tivessem relação com a juventude, mercado de trabalho e formação profissional.

Para análise textual das legislações, recorreu-se ao auxílio do software IRaMuTeQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*). O programa serviu como um recurso de apoio no processamento dos dados da pesquisa documental. O software IraMuTeQ realiza diversas análises de dados textuais, sendo que, para este estudo, foi empregado o dendrograma da classificação hierárquica descendente, capaz de delimitar através de indicadores estatísticos as classes ou temas dos textos legais analisados, dentro de uma estrutura de representação (Camargo; Justo, 2013).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram discutidos em duas etapas, sendo, inicialmente, identificadas as principais legislações brasileiras para jovens e adolescentes e, em seguida, mapeados os dispositivos legais do Serviço de Formação Profissional para Jovens em Situação de Vulnerabilidade (PROJOVEM), cujo discurso legal foi examinado textualmente.

4.1. Identificação dos dispositivos legais

As legislações apontadas no Quadro 1 apresentam referências de como o jovem pobre era retratado no discurso legal, antes e pós CF 88. Para tanto, foi realizada uma tabela em grupos de “a” a “g”, a fim de listar e agrupar as principais legislações brasileiras para os adolescentes e jovens, buscando identificar como a letra jurídica nacional conceituava os menores de 18 anos.

Na quarta coluna do quadro, encontram-se as terminologias utilizadas nas legislações para conceituar os adolescentes. Observou-se que desde a primeira legislação Lei nº 4.242, de 5 de janeiro de 1921, descrita no grupo “a”, que tratava da assistência e proteção aos menores, até a Lei 6.697, de 10 de outubro de 1979, do grupo, que instituiu o Novo Código de Menores, descrita no grupo “e”. Portanto, tem-se que, nos cinco primeiros grupos, os termos utilizados para se referir aos menores de 18 foram: menor abandonado; reclamado; indigitado autor ou cúmplice de crime; moralmente pervertido; vadios; mendigos; libertinos; fugitivo; criminoso ou contraventor; delinquente em situação irregular e menor com desvio de conduta.

Diferentemente dos grupos anteriores, observou-se que a partir dos grupos, “f”, que apresenta a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o grupo “g”, trata da Lei

8.069, de 13 de julho de 1990, o ECA, encontram-se as terminologias: adolescentes carentes e juventude. É importante contextualizar o período de redemocratização em que o Brasil se encontrava no período em estas leis foram instituídas, e que as anteriores foram revogadas.

Quadro 1 – Relação das legislações, antes e pós CF 88

Grupos	Legislação	Descrição	Terminologia Utilizada na legislação
(a)	Lei nº 4.242, de 5 de janeiro de 1921	Fixa a Despesa Geral dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1921.	Menor abandonado/menor reclamado/ indigitado autor ou cúmplice de crime/ moralmente pervertido
(b)	Decreto nº 16.272, de 20 de dezembro de 1923	Aprova o regulamento da assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes	Vadios/mendigos/libertinos/ menor fugitivo/ menor reclamado/ menor julgado abandonado/ criminoso ou contraventor e delinquente.
(c)	Decreto nº 5.083, de 1º de dezembro de 1926	Institui o Código de Menores	Menor/ Infrator/ situação irregular/reclamado
(d)	Decreto 17.943, de 12 de outubro de 1927	Consolida as leis de assistência e proteção a menores	Menor abandonado/ delinquente/ vadios/ mendigos/ libertinos/ menor indigitado autor e pervertido.
(e)	Lei 6.697, de 10 de outubro de 1979	Institui o Código de Menores	Menor em Situação irregular/ menor com desvio de conduta.
(f)	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	Institui as crianças e adolescentes como sujeitos de direito	Adolescentes carentes/ jovem.
(g)	Lei 8.069, de 13 de julho de 1990	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências	Adolescente e juventude.

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Em seguida, foram mapeados os aspectos legislativos do Serviço de Formação Profissional para Jovens em Situação de Vulnerabilidade (PROJOVEM), conforme dados do Quadro 2.

Em termos da implementação do Programa PROJOVEM, conhecido popularmente na cidade de Mariana, como “Jovem Aprendiz”, sua implantação foi por meio da Lei nº 2.605, de 09 de abril de 2012, sendo ofertado e executado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, com o objetivo de preparar jovens para inserção no mercado de trabalho, tendo como garantia a oferta de meio salário-mínimo, como benefício financeiro para os jovens beneficiários. O público atendido era constituído por jovens com faixa etária entre 15 e 21 anos, residentes do município e devidamente cadastrados em programas sociais, que contavam com a oportunidade de participar de capacitações e qualificações, além de readequação profissional, conforme consta no art. 2º, inciso I, da Lei 2.605. No que se refere à duração das atividades desenvolvidas pelo jovem perdurava, por um período de 20 horas semanais. Vale ressaltar que

o número máximo de jovens que poderiam ser atendidos por esta política municipal era de 200 jovens.

Quadro 2 – Mapeamento das leis do serviço de formação profissional para jovens em situação de vulnerabilidade social em Mariana, MG

Grupo	Legislação	Descrição	Objetivos
(a1)	Lei nº 2.605, de 09 de abril de 2012	Institui o Serviço de Formação Profissional para Jovens de Programas Sociais e dá outras providências.	Oferecer qualificação, capacitação, propiciar a inclusão social por meio da formação profissional, sensibilizar os participantes sobre regras, limites, disciplina convivência em grupo/prepara e encaminhar para o mercado de trabalho (jovens de 15 a 21 anos).
(b1)	Decreto nº 8.802, de 29 de março de 2017	Dispõe sobre os critérios para inclusão de jovens no Programa de Serviço de Formação Profissional para Jovens de Programas Sociais.	Apresentar esclarecimento sobre os critérios apresentados quanto ao jovem em situação de vulnerabilidade social, bem como, restringir a inclusão no programa de para jovens em situação de vulnerabilidade social.
(c1)	Lei nº 3.228, de 25 de junho de 2018	Altera disposições da Lei Municipal nº 2.605 de 2012 e dá outras providências.	Atender no máximo 200 jovens, participação de capacitação, qualificação e experiência profissional em diversos setores da administração pública e na sociedade civil organizada em parceria com as Secretarias do município de Mariana (jovens de 16 a 21 anos)
(d1)	Lei nº 3.416 de abril de 2021	Dispõe sobre o Serviço Municipal de Formação Profissional para Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social (PROJOVEM) e dá outras providências.	Oferecer qualificação, capacitação, readequação profissional; promover sua permanência e reintegração na escola; propiciar a inclusão do jovem no mercado de trabalho ou desenvolvimento de iniciativas empreendedoras em arranjos produtivos.

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Posteriormente, considerando a grande procura de jovens pelo Serviço, em 2017, foi aprovado o Decreto Municipal nº 8.802, de 29 de março de 2017, contendo os critérios para inserção de jovens no programa, visto que, após promulgação da Lei de 2012, houve uma quantidade elevada de jovens à procura do programa para se cadastrarem. Dessa forma, o decreto passou a regulamentar vagas sendo destinadas, exclusivamente, a jovens em situação de vulnerabilidade social, que estivessem devidamente inscritos no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal; moradores da cidade ao menos dois anos; que possuíssem acompanhamento no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)⁸ ou

⁸ “O Cras é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias” (incluído pela Lei nº 12.435, de 2011). Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/Loas_bolso.pdf.

Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)⁹, há no mínimo três meses; além de possuir renda per capita equivalente ao limite da pobreza e ou o valor de até ¼ do salário mínimo vigente.

Quanto ao tempo de permanência no programa, o jovem poderia permanecer por 12 meses, podendo ser prorrogável por período igual, desde que fosse justificado via parecer do técnico do Serviço sobre a necessidade da permanência dele. No que diz respeito ao processo de desligamento do jovem, este poderia ocorrer, conforme disposto no Art. 4º, no Decreto Municipal nº 8.802, de 29 de março de 2017, em função do pedido do jovem; a partir de quatro faltas reiteradas sem justificativa; por deixar de cumprir com os deveres que compõem o Regimento Interno do Programa; pelo prazo de permanência e pelo pedido da administração municipal, em conjunto com os Conselhos da Criança e Adolescentes e Conselho Municipal de Assistência Social.

Portanto, a realidade pandêmica alterou de forma intensa a vida dos jovens, aqui em questão os marianenses e de suas famílias. Nesse sentido, os gestores do Município sentiram a necessidade de reformular o “Jovem Aprendiz”, de forma a viabilizar o enfrentamento das repercussões intensificadas, nesse período. Assim, para atender um maior número de jovens em situação de vulnerabilidade social, incentivando sua inserção no mercado do trabalho, visando, em última instância, promover a inclusão social, geração de renda para quem ainda não teve a oportunidade de ter seu primeiro emprego e, também, para fortalecer os vínculos comunitários e as medidas do Plano de Incentivo a Economia, a Prefeitura de Mariana, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (SEDESC), em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, lançaram o Serviço de Formação Profissional para Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social (PROJOVEM), que foi regulamentado a partir de abril de 2021, por meio da Lei nº 3.416/2021, revogando as leis anteriores.

A partir de então, o programa passou a atender até 300 (trezentos) jovens do Município de Mariana, em situação de vulnerabilidade, de forma a capacitar e incentivar sua inserção no mercado de trabalho; promover a inclusão social; gerar renda e fortalecer os vínculos comunitários. O programa visa, também, incentivar as atitudes de cooperação, liderança,

⁹ “O Creas é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial” (incluído pela Lei nº 12.435, de 2011). Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/Loas_bolso.pdf.

postura profissional e promover ações voltadas ao empreendedorismo, como melhoria do desempenho pessoal e profissional dos jovens.

Portanto, os jovens que participam do programa devem ser inseridos em um banco de oportunidades, desenvolvido em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, junto às empresas do município, que se encontram cadastradas, possibilitando o encaminhamento ao mercado de trabalho. Assim, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico tem como responsabilidade cadastrar as empresas que manifestarem interesse em aderir ao PROJOVEM. Ou seja, as empresas parceiras têm como responsabilidade auxiliar e orientar o jovem nas atividades a serem realizadas no ambiente de trabalho e acompanhar a assiduidade, pontualidade e o desenvolvimento do seu aprendizado.

Outra mudança que a nova Lei trouxe, refere-se às vagas que foram divididas em 75% para jovens em situação de vulnerabilidade social e econômica e 25% destinado para outros contextos de vulnerabilidades. Para o processo de inserção do jovem, de acordo com a existência das vagas, o jovem passa por uma avaliação social realizada pela equipe técnica do PROJOVEM e, após parecer favorável, ele pode ser inserido como beneficiário do PROJOVEM, vinculando-se ao programa por um período de 12 meses, que pode ser prorrogado, caso o jovem esteja realizando curso e ainda não tenha terminado, considerando a data de início.

De acordo com a regulamentação de 2021, os jovens possuem uma carga horária de 20 horas semanais, sendo que 16 horas em atividade laboral e quatro horas destinadas à formação continuada e capacitação, com temas que possam direcionar a preparação ao mercado de trabalho, postura profissional, ética, entre outros aspectos, que são ministrados pela equipe técnica do PROJOVEM.

Em função do exposto na identificação do discurso legal, pode-se salientar que as alterações nas legislações e decretos foram de natureza pontual, relativas a decisões incrementais, com foco nas formas de funcionamento do programa, em termos do número de participantes, formação de parcerias e interconexões comunitárias.

4.2. Análise textual do discurso legal do Serviço de Formação Profissional para Jovens em Situação de Vulnerabilidade (PROJOVEM), Mariana

A partir das legislações do Serviço de Formação Profissional foi realizada a análise textual, por meio da Classificação Hierárquica Descendente, através do *software* Iramuteq (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*). Os

resultados indicaram 75,97% de aproveitamento do corpus, que compreendeu 4 textos (referentes à leis), 154 segmentos de textos (fragmentos ou trechos), 1.183 palavras, 5.475 ocorrências (frequência das palavras) e Hapax (palavras que apareceram uma única vez).

A análise textual, apresentada na Figura 1, constatou a presença de cinco classes: Classe 1 – Formulação do Serviço de Formação profissional para jovens em situação de vulnerabilidade social; Classe 2 – Condicionantes para desligamento do jovem do Serviço de Formação Profissional; Classe 3 – Atividades Desenvolvidas no Serviço de Formação Profissional; Classe 4 – Instituições envolvidas no Serviço de Formação Profissional; Classe 5 – Alcances do Serviço de Formação Profissional.

Classe 1 – Formulação do serviço de formação profissional para jovens em situação de vulnerabilidade social

A classe 1 obteve 16,6% de aproveitamento dos segmentos de texto para a sua composição. Algumas das palavras em destaque foram “vulnerabilidade, programas sociais, Mariana, formação de profissional, cadastro”. A partir dos trechos das leis destacados abaixo é possível observar uma discussão sobre a formulação do Serviço de Formação Profissional para jovens em situação de vulnerabilidade social.

[...]

instítui o serviço de formação_profissional para jovens de programas_sociais e dá outras providências o povo do **município de mariana** por seus **representantes legais aprovou** e eu prefeito **municipal sanciono a seguinte lei** [...] (Lei 2.605, 2012).

[...]

fica instituído o serviço de formação_profissional para jovens em situação de vulnerabilidade de_social que **estejam cadastrados em programas_sociais do município com objetivo** de prepará_los e encaminhá_los para o mercado_de_trabalho [...] (Lei 3.228, 2018).

[...]

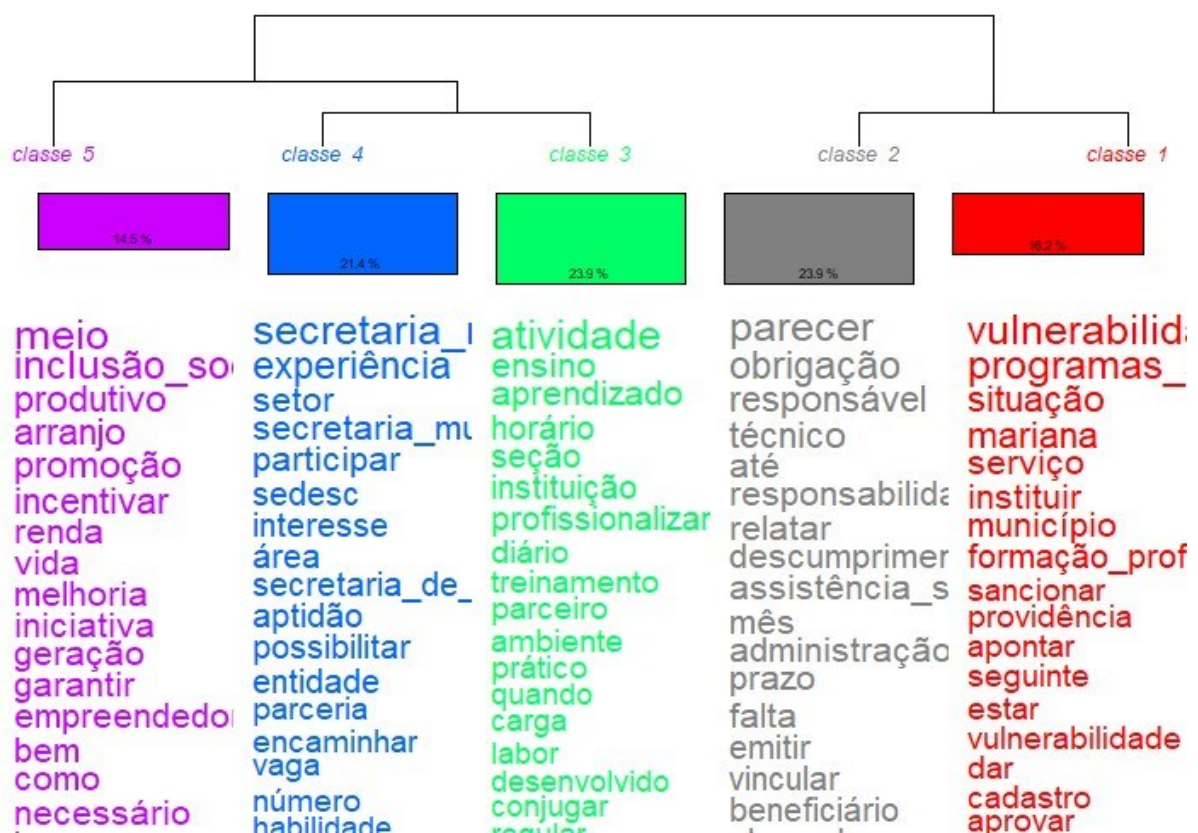
dispõe sobre o serviço municipal de formação_profissional para jovens em situação de vulnerabilidade_so cial PROJOVEM e dá outras providências o povo do **município de Mariana** por seus **representantes legais aprovou** e eu **juliano_vasconcelos_gonçalves** presidente da câmara_municipal de **Mariana** [...] (Lei 3.416, 2021).

O processo de formulação de programas com público beneficiário delimitado, em termos de situação de vulnerabilidade social, como exposto na classe 1, está condizente com Viana (2014, p. 19), uma vez que, em linhas gerais, considera que a constituição principal das políticas sociais “são as tentativas de superação ou prevenção da pobreza, proteção e promoção dos indivíduos ou grupos em determinadas situações de vulnerabilidade social e a cobertura de

necessidades básicas: acesso à saúde pública, educação, assistência social, cultura, entre outras”.

Assim, o termo “ vulnerabilidade social” está relacionado, como expõem Castro et al. (2009, citados por SPOSATI, 2009), a risco social, que não se restringe à pobreza, podendo estar a associado a diversos fatores que privam os sujeitos de uma vida digna, como é o caso do desafio da entrada no mercado de trabalho.

Figura 1 – Dendrograma da classificação hierárquica descendente referente às legislações do serviço de formação profissional



Fonte: Dados da Pesquisa (2022), tratados pelo software IRAMUTEQ.

Essa relação entre risco e adolescência, é comentada por Gregori (1979) e Salum (2010), ao afirmarem que o Estado interveio, por meio da criação das primeiras legislações direcionadas aos menores de 18 (dezoito) anos, na passagem do século XVIII para o século XIX, quando o adolescente começou a ser identificado com um objeto de investigação, tendo sido tomadas medidas jurídicas, para que essa passagem de vida fosse de menos risco, como exposto por Salum (2010, p. 50):

A ciência produziu conceitos, principalmente no início do século passado, a partir da relação entre adolescência e risco. Sobre os adolescentes, passou-se a prescrever

medidas pedagógicas e coercitivas para que a passagem por esta etapa da vida fosse menos devastadora possível, já que concebida como uma travessia que implicava perigos. Em relação a eles, medidas jurídicas, pedagógicas e sanitárias para contenção e controle também foram criadas, e as primeiras legislações brasileiras surgiram dentro desse contexto de controle.

Nesse mesmo contexto, Castro, Aquino e Andrade (2009), ao tratarem vulnerabilidade e risco social fazem uma relação com as demandas apresentadas e a forma como elas são conduzidas:

Abordar o jovem a partir da perspectiva das vulnerabilidades vividas e dos riscos sociais potenciais ou já existentes implica amplo conjunto de desafios, entre os quais se podem lembrar aqui os que se referem à diversidade que caracteriza este grupo e à identificação das demandas por serviços e benefícios (CASTRO; AQUINO; ANDRADE, 2009, p. 171).

Na visão de Abramo (1997), no Brasil, diferentemente de outros países, o atendimento às demandas dos jovens, por meio da formulação de políticas públicas, apresenta limitações, como exposto:

Somente recente e lentamente pode-se observar, no Brasil, a preocupação de responsáveis pela formulação de políticas governamentais com os jovens: algumas prefeituras e governos estaduais têm ensaiado a formulação de políticas específicas para esse segmento da população, envolvendo programas de formação profissional e de oferecimento de serviços especiais de saúde, cultura e lazer; nota-se também uma movimentação no plano federal para focar a questão: foi criada, pela primeira vez, no Brasil, uma Assessoria Especial para Assuntos de Juventude, vinculada ao gabinete do Ministério da Educação, e há dois programas do Comunidade Solidária destinados a jovens: o Universidade Solidária e um concurso de estímulo e financiamento a programas de capacitação profissional de jovens (ABRAMO, 1997, p.74).

Dentro dessa mesma perspectiva, Viana (2014) afirma que o processo de formulação de políticas para a juventude ocorreu, no Brasil, de forma tardia, comparativamente aos demais países da América Latina. A autora destacou, inclusive, que essa política deveria ser pensada para além de programas e projetos; ou seja, seria necessário considerar a inclusão e construção de um “determinado imaginário juvenil que é um produto social de um determinado contexto histórico” (VIANA, 2014, p. 22). Ou seja, a formulação da política deveria focar nos problemas vivenciados pelos jovens, em função do seu contexto de vivência.

Conforme foi abordado por Andrade (2009), os problemas que atingem a juventude brasileira estão expressos e variam de acordo com os indicadores sociais. A autora contextualizou alguns dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2007 (PNAD 2007), que apresentou a diversidade da realidade vivida pelos jovens. Realidade esta que é vivenciada pelos jovens brasileiros, sob a influência das questões socioeconômicas; fatores, como raça e sexo; bem como a localidade o qual os jovens pertencem e ou estão inseridos.

Em função da realidade vivenciada, os jovens enfrentam determinados problemas ou apresentam uma série de demandas. E, na visão de Lima e D'Ascenzi (2018), a política pública deveria ser implementada para atender às necessidades, buscando dar resposta a um problema social identificado; ou seja, um programa/ações que sejam capazes de combater algo que está como indesejável.

Por sua vez, Hellmann, Jannuzzi e Vilas Boas (2014, p. 105), ao considerarem o “modus operanti” das políticas sociais, principalmente, em cidades de portes menores, destacaram a sua lógica assistencialista, como relatado:

Em muitos casos, em municípios pequenos, de desenvolvimento socioeconômico e capacidade burocrática baixos, a execução da assistência social apresenta-se com feições muito diversas e distantes das formuladas no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e, sobretudo, dos SUAS. Nesses casos, mesmo a despeito da adesão ao sistema único, nota-se um modus operandi pouco condizente com a nova lógica de assistência social, refletindo ainda o tradicional atendimento às demandas imediatas e até mesmo assistencialismo.

Frente a tal contexto é possível analisar que o discurso jurídico partiu de um viés conservador, que se apropriou da política social direcionada a juventude, denominada “doutrina da situação irregular” ou “atitudes suspeitas”, que tendem a reforçar a estigmatização (RIZZINI, 1995; BATISTA, 1998).

Essa crítica ao processo de formulação de política social direcionada à juventude é reforçada por Castro (2014), ao enfatizar a invisibilidade do jovem, no contexto das políticas públicas inclusivas, considerando as limitações da reinserção e adaptações para o mercado de trabalho, como reportado a seguir:

[...] essa maneira, no fim do século XX, uma vez mais, a juventude – como segmento etário específico caracterizado pela sua transitoriedade – não encontrava seu lugar tanto no âmbito das políticas de proteção social quanto entre aquelas que visavam à transferência de renda. Ou seja, como segmento populacional, com questões específicas de exclusão e inclusão social, os jovens continuavam invisíveis. Assim, reinserção escolar e capacitação para trabalho eram vistos como antídotos à violência e à fragmentação social, e não como direitos dos jovens (CASTRO, 2014, p. 16).

Classe 2 – Condicionantes para desligamento do jovem no serviço de formação profissional

A classe 2 foi formada a partir de 23,9% dos segmentos de texto do corpus textual. Nesta classe as palavras em destaque foram “responsável, técnicos, descumprir e assistência social”. Os artigos das leis que se destacaram na composição dessa classe foram aqueles que apontam os condicionantes em que o jovem poderá ser desligado do serviço.

[...] iv_ por **descumprimento** das **obrigações elencadas** no regimento interno do programa_de_serviço_profissional v_ pelo decurso do **prazo** vi_ por **parecer emitido**

pelos **técnicos responsáveis** vii_ por **conveniência** da **administração municipal** desde que **relatado** em **parecer conjunto** com **técnico responsável** e **submetido** ao conselho da criança e **adolescente** e ou conselho_municipal de **assistência_social** [...] (Lei 8.802, 2017).

[...] iii_ por **faltas reiteradas caracterizadas** por 04 quatro **ausências injustificadas** no **mês** iv_ por **descumprimento** das **obrigações elencadas** no regimento interno do **programa** v_ pelo decurso do **prazo** vi_ por **parecer emitido** pelos **técnicos responsáveis** [...] (Lei 3.228, 2018).

[...] vii por **descumprimento** das **obrigações elencadas** nos instrumentos de regulação do **programa respeitado** o contraditório e a ampla defesa conforme dispuser o regulamento; viii por **parecer emitido** pelos **técnicos responsáveis** que assim o recomende [...] (Lei 3.416, 2021).

Considerando o cunho do Serviço de Formação Profissional de preparar jovens em situação de vulnerabilidade social para sua inserção no mercado de trabalho, os dispositivos legais destacaram os condicionantes, que podem acarretar o encerramento do contrato; ou seja, o jovem deixaria de ser beneficiário do Serviço.

Assim, entende-se que o objetivo desses critérios perpassa a preparação do jovem para nortear o acesso ao primeiro emprego, de forma a trabalhar não somente em capacitações, mas também deixar claro que está contido na legislação que rege o programa, em termos da necessidade da construção de responsabilidades, bem como assiduidade.

Outro aspecto contido refere-se à emissão do técnico que, ao identificar situações durante atendimento com o jovem participante, como, por exemplo, que o mesmo já se capacitou; recebeu uma proposta de emprego e ou sua situação de vulnerabilidade socioeconômica foi superada, ocorreria o desligamento do jovem, considerando que o objetivo é a preparação e superação da vulnerabilidade social.

Nessa perspectiva, Viana (2014, p. 38-39) destacou que o processo de ressocialização do programa envolve responsabilidades, tanto para o acesso no mercado de trabalho, quanto para outras obrigações familiares e sociais, que o preparam para a “vida adulta”, como exposto:

O processo de ressocialização visa, fundamentalmente, preparar a força de trabalho para sua inserção no mercado de trabalho... Ao lado da preparação da força de trabalho, o jovem também é preparado para o processo de imputação de responsabilidades sociais. Além da inserção no mercado de trabalho, o adulto também deve realizar outras atividades sociais, entre as quais as obrigações familiares e sociais em geral (casamento, sustento da família, cuidado dos filhos, atividades civis e institucionais etc.). O processo de ressocialização é uma preparação do jovem para que ele se insira na “vida adulta” (VIANA, 2014, p. 38-39).

Oliveira e Freitas (2012) fazem uma reflexão ao que tange essa qualificação profissional, principalmente, no que se refere a preparação para a produção industrial, considerando que

apresentam um viés contraditório, pois, ao mesmo tempo, representa uma forma de oferecer um serviço, por meio da política de assistência social, visando minimizar as situações precárias dos jovens necessitados, que serão preparados para serem inseridos futuramente no mercado de trabalho; mas, como foi abordado pelos autores supracitados, existe também uma revelação ao que se refere a forma como os jovens em condições desfavoráveis são vistos, por meio de uma concepção marcada por estigmas e preconceitos.

Classe 3 – Atividades desenvolvidas no serviço de formação profissional

A classe 3 formada por 23,9% dos segmentos de textos teve palavras em destaque como “atividade, ensino, aprendizado, instituição e profissionalizar”. Nos fragmentos, a seguir, nota-se o funcionamento e importância das atividades escolares, bem como, daquelas realizadas no programa, no que diz respeito ao aprendizado e formação do jovem participante do programa. Ou seja, focaliza-se nas responsabilidades e regulamentos inerentes ao serviço, como registrado:

[...] as **atividades** de **ensino profissionalizante** contratadas com **instituição** de **ensino regular** para **formação** em grau de **aprendizado quando** presenciais serão **desenvolvidas** de **acordo** com os **horários** dispostos pela **instituição** de **ensino** ou **parceiro** contratado **não** dispensando **ao** jovem **assistido** a **frequência** às **atividades** de socialização e cidadania a cargo da **sedesc** [...] (Lei 3.416, 2021).

[...] **ao** jovem inserido no programa de **aprendizado** em **atividade** em **ambiente** ofertado pela administração **pública** ou **parceiro privado** será conferida uma **carga horária diária** de 04 quatro horas em turnos que **não** impeçam a **frequência** à escola de **ensino regular** [...] (Lei 3.416, 2021).

[...] as **atividades** de formação profissional **quando** oferecidas pela **sedesc** ou **quando** contratadas com terceiros serão **desenvolvidas** em turnos **diários** de 04 quatro horas de disponibilidade exclusivamente durante o dia **conjugando** **aprendizado** e **treinamento** de **modo** a **não** impedir a **frequência** do jovem **assistido** **ao ensino regular** [...] (Lei 3.416, 2021).

Os segmentos de texto, principalmente da lei vigente de 2021, destacam as responsabilidades tanto dos jovens quanto de instituições envolvidas, na formação profissional e capacitação dos jovens; ou seja, a referida lei possui um dos objetivos que ainda não estava contido de forma destacada, nas leis anteriores referindo-se à promoção de incentivo para a frequência escolar do jovem, elevação da escolaridade dos jovens, viabilização de capacitações e formação profissional.

Na visão de Castro e Abramovay (2002), quando essas condições são limitadas, é mais consensual a leitura dos efeitos do desemprego e do afastamento da escola no condicionamento

de desencantos, na baixa autoestima e na insegurança, que, por sua vez, seriam possíveis desencadeadores de envolvimento com violências e drogas.

Essa percepção é compartilhada por Castro, Aquino e Andrade (2009), ao afirmarem que, para além da escolarização, faz-se necessário o desenvolvimento de habilidades que preparem o jovem, tanto para sua inserção no mercado de trabalho, quanto para lhe proporcionar ampliação de vivências.

Classe 4 – Instituições envolvidas no serviço de formação profissional

A classe 4 surgiu pela composição de 21,4% de aproveitamento dos segmentos de texto. Algumas palavras importantes para a sua formação foram “secretária, experiência, setor, SEDESC e parceria”. Os segmentos de texto retirados das leis apontam para atuação dos os setores responsáveis pela inscrição e cadastro dos jovens, além da responsabilidade pela capacitação, qualificação e experiências profissional, conforme segmentos de textos legais expostos a seguir:

[...] os jovens **regularmente inscritos** no serviço de formação profissional **participarão** de **programa** de **capacitação qualificação** e **experiência** profissional nos diversos **setores** da administração **pública** e na **sociedade** civil organizada em especial nas **entidades** e associações de **interesse** social [...] (Lei 3.228, 2018).

[...] art. 20 fica a **cargo** da **secretaria municipal de desenvolvimento social e cidadania sedesc disponibilizar** à **secretaria de desenvolvimento econômico** o cadastro dos jovens **inseridos** no **programa** suas **aptidões habilidades** e demais informações que **possibilitem** a **inclusão** no mercado formal de trabalho e para contratação dos empreendedores **locais** [...] (Lei 3.416, 2021).

[...] os jovens **regularmente inscritos** no serviço de formação profissional **participarão** de um **programa** específico de **capacitação qualificação** e **experiência** profissional a ser concebido e coordenado pela **secretaria municipal de desenvolvimento social e cidadania** [...] (Lei 2.605, 2012).

Os segmentos citados apontam para a importância da capacitação e qualificação dos jovens para sua inserção no mercado de trabalho. Neste ínterim, conforme Marx (1999, p. 211), o trabalho expressa o processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (p. 211). No entanto, quando se pensa a relação juventude/formação/trabalho no Brasil, evidencia-se que essa relação ganha formas diferentes em função do nível social, isso porque diversos estudos como os de Frigotto (2008), Leite (2008), Wickert (2006) e Pochmann (2000) identificam o trabalho como experiência obrigatória na juventude, ora representado pela busca de autonomia ou realização pessoal, ora

pela necessidade financeira ou ainda sobrevivência, sendo considerado um dos marcos na transição da juventude para a idade adulta (PESSOA et al., 2014, p. 23).

Diante deste contexto, prevaleceram as políticas com enfoque na preparação para o mercado de trabalho, com cursos de qualificação profissional, que incentivam a contratação de jovens. Os empregadores veem como positivo a conclusão de um curso de formação profissional, pois estaria ligado ao “esforço”, à “responsabilidade”, legitimando, muitas vezes, o discurso da meritocracia (GONZÁLES, 2009).

Classe 5 – Alcances do serviço de formação profissional

Na classe 5, formada por 14,5% dos segmentos de texto, tiveram destaque as palavras: “inclusão social, arranjo, promoção, renda e melhoria”. Nesta classe, as leis dos anos de 2012, 2018 e 2021 apontaram aspectos importantes sobre os programas, como a oferta de oportunidades aos jovens para se manter em constante processo de aprendizagem, além da promoção da inclusão social e liderança, que se remetem aos alcances do Serviço de Formação Profissional, conforme registrado:

[...] v) **oferecer oportunidade de reintegração e continuidade no processo de aprendizagem como meio de promoção e desenvolvimento humano; vi) incentivar atitudes de cooperação, liderança e conceitos de empreendedorismo como comportamentos necessários à melhoria do desempenho pessoal e profissional de forma a garantir a inclusão_social e a cidadania [...]** (Lei 2.665, 2012).

[...] v) **oferecer oportunidade de reintegração e continuidade no processo de aprendizagem como meio de promoção e desenvolvimento humano; vi) incentivar atitudes de cooperação, liderança e conceitos de empreendedorismo como comportamentos necessários à melhoria do desempenho pessoal e profissional de forma a garantir a inclusão_social e a cidadania [...]** (Lei 3.228, 2018).

[...] **regras disciplina convivência em grupo e trabalho em equipe; vi) incentivar atitudes de cooperação, liderança e conceitos de empreendedorismo como comportamentos necessários à melhoria do desempenho pessoal e profissional de forma a garantir a inclusão-social e a cidadania [...]** (Lei 3.416, 2021).

Reconhece-se, portanto, no discurso legal, as possíveis contribuições do programa em termos do incentivo ao aprendizado, fortalecimento do convívio e integração entre os jovens bem como com suas famílias e comunidades. A participação em encontros fomenta a importância da integração; do tratamento interpessoal e o trabalho em equipe, de forma a incentivar a construção de uma cidadania e preparação para o mercado de trabalho.

Freitas e Pappa (2008) comentam a esse respeito, ao reconhecerem a importância da educação e qualificação para os jovens, bem como de suas dificuldades de inserção no mercado de trabalho, o que motiva a criação de programas que fomentem o desempenho pessoal e profissional dos jovens, de forma a garantir a inclusão social e a cidadania.

Considerando os aspectos relacionados à juventude, que se diferem em função do contexto socioeconômico no qual o jovem está inserido, além das profundas transformações, próprias do ser humano, sejam físicas, hormonais; ou seja, mudanças consequentes da transição da fase de jovens para adultos, reconhece-se que o jovem, no geral, tem a necessidade de uma instrução, com relação a normas e regras, conforme prevê o Programa, durante sua execução.

Assim, a fim de que seja repassado de forma clara a importância das responsabilidades, desempenho pessoal e profissional, bem como incentivo, no que se refere à construção de projetos de vida, inclusão e integração, o programa realiza capacitações com foco nessas unidades temáticas, levando em consideração as particularidades do público jovem em situação de vulnerabilidade social, que está incluso no Programa de Formação Profissional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do conteúdo disposto no discurso legal, foi possível perceber que, em diferentes épocas, as terminologias concernentes aos jovens sofreram alterações; porém, a representação do jovem pobre ainda está carregada de estereótipos e seu reconhecimento, enquanto sujeitos de direitos, ainda se encontra arraigado de distorções, de acordo com a classe social em que o jovem está inserido.

De acordo com as representações sociais sobre a juventude, no âmbito do discurso expresso nas legislações, pode-se concluir que foi possível observar a subjetividade do objeto proposto no estudo; sendo o foco as terminologias apresentadas no discurso legal antes e pós Constituição Federal de 1988, além do Estatuto da Criança e Adolescente.

Reconhece-se que as legislações brasileiras direcionadas ao público infanto-juvenil, pós 88, apresentaram avanços substanciais quanto ao discurso legal, ao ser abolido os termos carregados de estigmas e preconceitos, principalmente ao que se refere a população pobre.

Entretanto, apesar do avanço existente nas leis em que o termo “menor” foi extinto do discurso legal, ainda se observa na mídia e em referências bibliográficas contemporâneas, o uso e repetição do termo estigmatizante “menor”, ao se referir aos jovens pobres; sendo reportado como os principais responsáveis pela violência e criminalidade urbana e, ao mesmo tempo, considerados como as principais vítimas da criminalidade.

Com respeito ao discurso legal do programa PROJOVEM, seu conteúdo enfatizou o processo de formulação, condicionantes, atividades e instituições envolvidas, além dos alcances do programa; sendo as alterações legais pontuais e incrementais, relacionadas a formas de funcionamento e parcerias realizadas

Assim, mesmo que tenha ocorrido um avanço quanto ao discurso legal, ao se considerar os adolescentes, como sujeitos de direito, ainda é utilizado o termo jovem em situação de vulnerabilidade social, mantendo a percepção de que os adolescentes estão envolvidos com atos infracionais, em função da pobreza e da exclusão social; ou seja, estabelece-se a representação do trinômio entre pobreza, exclusão social e criminalidade, nas práticas sociais explicativas sobre o significado e o comportamento juvenil.

6. REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5-6, p. 25-36, 1997.
- ANDRADE, C. C. Juventude, educação e trabalho: um breve retrato a partir da PNAD 2007. In: CASTRO, J. A.; RIBEIRO, J. A. C. **Situação social brasileira 2007**. Brasília: IPEA, 2009. p. 45-53.
- BATISTA, V. M. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 1998.
- CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.
- CASSAB, C.; TOLEDO, J. A. C.; FERREIRA, K. O.; RESENDE, R. P. Representações na mídia da juventude e a produção do medo: experiência em uma cidade média brasileira. **Finisterra**, v. 51, n. 102, 2016. <https://doi.org/10.18055/Finis3918>.
- CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. Por um novo paradigma do fazer políticas- políticas de/para/com juventudes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 19, n. 2, p. 19-46, 2002.
- CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.
- CORRÊA, M. S. **A história e o discurso da lei: o discurso antecede à história**. 2009. 929 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FRIGOTTO, G. Educação profissional e capitalismo dependente: o enigma da falta e sobra de profissionais qualificados. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 5, n. 3, p. 521-536, 2008. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462007000300011>.

GREGORI, J. O menor ainda minimizado pela lei brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, n. 31, p. 4-5, 1979.

HELLMANN, A. G.; JANNUZZI, P. M.; VILAS BOAS, P. A. F. Desenvolvendo capacidade para monitorar e avaliar: o caso do Sagi/MDS. In: MADEIRA, L. M. (Org.). **Avaliação de políticas públicas**. Porto Alegre: UFRGS, 2014. p. 83-102.

JASMIN, M. G.; CASAMASSO, M. A. L.; BARBOSA, M. F. Para uma história de legislação sobre o menor. **Revista de Psicologia**, v. 4, n. 2, p. 81-103, 1986.

LEITE, M. Juventude e trabalho: criando chances, construindo cidadania. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. (Orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 145-164.

LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. **Políticas públicas, gestão urbana e desenvolvimento local**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018.

MARIANA. **Decreto Municipal n. 8.802, de 29 de março de 2017**. Dispõe sobre os critérios para inclusão de jovens no Programa de Serviço de Formação Profissional para Jovens de Programas Sociais. Mariana: Prefeitura Municipal de Mariana.

MARIANA. **Lei Municipal n. 2.605, de 09 de abril de 2012**. Institui o Serviço de Formação Profissional para jovens de Programas Sociais e dá outras providências. Mariana: Prefeitura Municipal de Mariana.

MARIANA. **Lei Municipal n. 3.228, de 25 de junho de 2018**. Altera disposições da Lei Municipal nº 2.605, de 2012, e dá outras providências. Mariana: Prefeitura Municipal de Mariana.

MARIANA. **Lei Municipal n 3.416 de abril de 2021**. “Dispõe sobre o serviço municipal de formação profissional para jovens em situação de vulnerabilidade social - PROJOVEM - e dá outras providências. Altera disposições da Lei Municipal nº 2.605, de 2012, e dá outras providências.” Mariana: Prefeitura Municipal de Mariana.

MARINO, A. S. Do infans ao ‘menor’ à concepção de criança e adolescente como sujeitos de direitos. **Mnemósine**, v. 9, n. 2, 54-79, 2013.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. 17.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

OLIVA, J. C. G. A.; KAUCHAKJE, S. As políticas sociais públicas e os novos sujeitos de direitos: crianças e adolescentes. **Revista Katálysis**, v. 12, p. 22-31, 2009.

OLIVEIRA, L. M. P.; FREITAS, M. F. Q. Juventude e educação profissionalizante: dimensões psicossociais do Programa Jovem Aprendiz. **Revista Psicologia em Pesquisa**, v. 6, n. 2, p. 111-120, 2012.

PESSOA, M. C. B.; ALBERTO, M. F. P.; MÁXIMO, T. A. C. O.; SOUZA, P. C. Z. Formação profissional de jovens: a que se destina? **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 19, n. 1, p. 22-30, 2014.

RIZZINI, I. Crianças e menores: do pátrio poder ao pátrio dever. In: RIZZINI, I.; PILLOTTI, F. (Orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, 1995.

SALUM, M. J. G. O sujeito de direitos, o ECA e o sujeito adolescente. In: HELENO, C. T.; RIBEIRO, S. M. **Criança e adolescente: sujeitos de direitos**. Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, 2010. p. 49-64.

SPOSATI, A.; BONETTI, D. A.; YAZBEK, M. C.; FALCÃO, M. C. **Assistência na trajetória de políticas sociais brasileiras**. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ARTIGO 3 – CICLO POLÍTICO DO SERVIÇO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, ALCANCES E PRINCIPAIS PROBLEMAS: UM OLHAR DO PÚBLICO GESTOR

Resumo: O presente artigo teve como objetivo examinar as percepções do público gestor sobre o ciclo político do Serviço de Formação Profissional, seus principais problemas e alcances. Para tanto, foram aplicadas entrevistas com gestores do programa, cujos dados foram analisados pelo software Iramuteq. Além disso, para identificação e hierarquização dos problemas, foi feito uso da matriz GUT. Resultados evidenciaram que a maioria dos gestores apresentou a mesma visão, tanto em termos da identificação e montagem da agenda, da formulação e implementação, com base nas normas legais, além de uma avaliação de processo. Em termos dos alcances do PROJOVEM, o público gestor pontuou, em termos gerais, que houve mudanças positivas na vida dos jovens; enquanto os principais problemas são derivados da escassez de recursos, que limitam as ações do programa.

Palavras-chave: Percepções gestores. Serviço de formação profissional. Ciclo político. Alcances. Problemas.

Abstract: This article aimed to examine the perceptions of the management public about the political cycle of the Professional Training Service, its main problems and scope. For that, interviews with program managers were applied, whose data were analyzed by the Iramutec software. In addition, to identify and hierarchize the problems, the GUT matrix was used. Results showed that most managers had the same vision, both in terms of identifying and setting up the agenda, formulating and implementing it, based on legal norms, in addition to a process assessment. In terms of PROJOVEM's scope, the management public pointed out, in general terms, that there were positive changes in the lives of young people; while the main problems derive from the scarcity of resources, which limit the program's actions.

Keywords: Managers perceptions. Professional training service. Political cycle. Scopes problems.

1. INTRODUÇÃO

O campo disciplinar de análise de políticas públicas surgiu nos Estados Unidos no pós-guerra, em um contexto de ampliação da intervenção estatal para a resolução de problemas sociais e demanda por informações sobre diversos setores, objetivando melhorar as condições de vida dos cidadãos e promover a democracia (Araújo; Rodrigues, 2017).

No Brasil, a partir da instituição da Constituição Federal de 1988, foi configurada a Política de Assistência Social (PNAS), que compõe juntamente com a Saúde, Previdência e Seguridade Social, a forma de intervenção estatal no campo social. Segundo Brasil (1993, 2005), ela pode ser vista como política de proteção social, não contributiva, de responsabilidade do Estado, que visa garantir aos indivíduos segurança de sobrevivência, acolhida e de convívio familiar e comunitário, por meio da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

De acordo com Brasil (2005), a PNAS está vinculada ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que é organizado em níveis de complexidade, em termos de a) Proteção Social Básica, com caráter preventivo, proativo e protetivo a fim de atuar no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e usufruto de direitos; b) Proteção Social Especial, que se subdivide em Média e Alta Complexidade, sendo que a primeira atua de forma especializada em situações de fragilização de vínculos familiares e comunitários e violação de direitos. e a segunda prevê o acolhimento de indivíduos e famílias decorrente de situações de violação de direitos a que estão submetidos.

O primeiro marco legal da PNAS se deu no ano de 1993, com a criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, “que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 1993). Posteriormente, no ano de 2004, foi criada a PNAS, que evidencia os eixos estruturantes para a efetivação prática proposta na LOAS. Neste contexto, destaca-se seus princípios estruturantes: a descentralização político-administrativa, participação da população, primazia da responsabilidade do Estado em sua condução e centralidade na família (Brasil, 2005).

Para assegurar os direitos socioassistenciais foram criados também outros parâmetros normativos, dentre eles: a Norma Operacional Básica, responsável por organizar e disciplinar a gestão pública do Sistema Único de Assistência Social – NOB-SUAS (BRASIL, 2005); além, da Norma Operacional Básica Recursos Humanos (NOB-RH), que, por sua vez, contribuiu para a gestão do trabalho na área da assistência social, uma vez que delinea elementos nodais da gestão pública do trabalho e além de evidenciar mecanismos reguladores da relação estabelecida “entre gestores e trabalhadores e os prestadores de serviços socioassistenciais, o que não esgota as possibilidades de aprimoramento” (Brasil, 2005, p. 8).

Com isso, conforme Souza (2021), a política de assistência social foi implantada com o desenvolvimento das relações sociais capitalistas com o intuito de dar atenção à pobreza em resposta às pressões da classe trabalhadora.

No âmbito da PNAS, em função do ideário neoliberal e corte de gastos sociais, tem sido priorizados determinados grupos, considerados mais vulneráveis, como famílias em situação de pobreza, pessoas idosas, além de crianças/adolescentes. Especificamente, quanto ao grupo infanto-juvenil tem sido comum a implantação de programas de cunho socioeducativo, buscando-se a qualificação e possibilidade de acesso ao primeiro emprego.

Com respeito ao estudo em questão, em 2012, foi instituído, em Mariana, pela Lei nº 2.605, o Serviço Municipal de Formação Profissional para Jovens em situação de Vulnerabilidade, atualmente, denominado PROJOVEM, enquanto política pública na área da Assistência Social, da cidade de Mariana, MG. O programa visa a inserção dos jovens participantes em atividades produtivas, contribuindo para o reconhecimento e valorização dos direitos humanos, bem como a preparação para o acesso ao primeiro emprego, como é abordado por vários autores, a dificuldade de o jovem acessar o primeiro emprego.

A fim de compreender como se deu o surgimento de tal política pública, procurou-se examinar seu Político (*Policy Cycle*), que considera o processo político como algo dinâmico, organizado no tempo e composto por etapas bem demarcadas e que permite, inclusive, possibilidades de aprendizagem com o próprio dinamismo do processo (Baptista; Resende, 2015).

Para tanto, procurou-se ouvir os gestores do programa, anteriores e atual, considerando que são conhecedores da política, em sua prática, ao vivenciarem a realidade cotidiana do programa e de seu público beneficiário; os principais problemas enfrentados para atendimento das demandas dos usuários.

Essa visão é compartilhada por Shimizu (2013), ao analisar as percepções de gestores sobre os desafios da formação de Redes de Atenção à Saúde no Brasil, ressaltando a importância de conhecer as percepções dos gestores, pois considera que a implementação das políticas/ programas envolve tanto dimensões políticas (disputas de poder e conflitos) quanto técnicas. Na visão de autora, a perspectiva técnica está mais associada ao desempenho dos gestores e de seu conhecimento sobre a realidade, para garantir a provisão de ações e serviços, bem como direcionar a logística, no sentido de orientar o usuário ou beneficiário da política no atendimento de suas necessidades.

Diante do exposto, objetivou-se, no presente artigo, examinar, conforme percepções do público gestor, o ciclo político do PROJOVEM, Mariana, MG, seus principais problemas e alcances.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica pautou-se no modelo do ciclo político (*Policy Cycle*) de análise das políticas públicas, que considera as políticas como o resultado de um ciclo político, que se desenvolve em etapas sucessivas e relacionadas entre si de forma lógica e sequencial. Segundo

Baptista e Rezende (2015, p. 141), “uma política se inicia a partir da percepção de problemas, pelo processo de formulação de propostas e decisão, segue implementada, para ser avaliada e iniciar um novo processo de reconhecimento de problemas e formulação de política”.

Segundo os referidos autores, este modelo foi proposto por Lasswell, nos anos 1950, desagregando o processo das políticas públicas em etapas, que podem ser investigadas isoladamente ou em relação com as etapas subsequentes. As designações propostas por Lasswell para cada uma das fases constituem um contributo para a criação de um mapa conceptual orientador da análise das políticas públicas. Nesta perspectiva, o modelo do Ciclo da Política consiste em quatro etapas comuns a todas as propostas, como pode ser visualizado na Figura 1, em termos de: definição do problema e agendamento, formulação das medidas de política e legitimação da decisão, implementação e avaliação.

Figura 1 – Etapas do modelo do ciclo da política pública



Fonte: Baptista e Rezende (2015).

Essas etapas são relacionadas entre si de forma lógica e compreendem processos, como a identificação do problema como problema político, o debate público sobre as suas causas e a entrada do problema na agenda política, a elaboração de objetivos e estratégias de solução do problema, a mobilização das bases de apoio político, o provisionamento de recursos institucionais, organizacionais, burocráticos e financeiros para a concretização das medidas de política e a avaliação dos programas de ação e das políticas públicas. A sequência do ciclo de

políticas públicas não deve ser entendida como rígidas etapas sequenciais, pois é possível que as fases se alterem e as fases se misturem (Baptista; Rezende, 2015).

Assim, como pontua Raeder (2014), apesar da figura induzir a uma análise sequencial, as fases devem ser observadas como um recurso de análise para observar os atores envolvidos e os processos que permeiam as políticas públicas, devendo-se evitar abordagens rígidas sobre as etapas.

Nesse mesmo sentido, Wu et al. (2014, p. 21) afirmam que:

as atividades das políticas não ocorrem em “estágios”, com uma progressão linear de um para o outro. Ao contrário, são conjuntos de atividades discretas, embora interrelacionadas, em que os gestores públicos podem se envolver para alcançar os objetivos das políticas da sua sociedade e do seu governo.

Conforme destaca Silva (2013, p. 92), é importante considerar nos estudos acerca dos processos das políticas públicas, como as atividades ocorrem processualmente no interior do sistema político. Além disso, é primordial compreender que essas atividades expressam movimentos dinâmicos, portanto, não sendo adequado visualizá-las de forma linear e independente. Pelo contrário, as etapas que compõem a configuração de uma política pública são interdependentes e articuladas dialeticamente e abarcam conflitos e autores diversos, tratando-se, portanto, de um processo que envolve “diferentes instituições e diferentes sujeitos políticos, grupos de interesses, partidos políticos, legisladores, burocratas, mídia etc.”

Nesse contexto, a ideia de ciclo da política tornou-se mais corrente e compartilhada nos estudos atuais de política pública.

3. METODOLOGIA

A pesquisa possui natureza descritiva e exploratória, de cunho preferencialmente qualitativa, sendo o local de estudo o município de Mariana, MG, e a unidade empírica de análise o Serviço de Formação Profissional, também da cidade de Mariana.

Como instrumento de coleta de dados, foi realizada a entrevista semiestruturada (Apêndice A) com os gestores, ex e atual, a fim de identificar as percepções deles a respeito do funcionamento do programa, seus alcances e principais problemas.

Para identificação e hierarquização dos principais problemas, foi feito uso da Matriz GUT, desenvolvida por Kepner e Tregoe (1980), conhecida também como Matriz de Priorização, que contempla, em sua análise, três elementos, que são priorizados na identificação do problema, com as seguintes classificações: gravidade, urgência e tendência, agindo tanto de

forma preventiva quanto corretiva em busca da atenuação ou extinção dos principais problemas enfrentados pelo público envolvido com a política.

Para análise dos dados, fez-se uso da estatística descritiva, complementada com análise de conteúdo das informações qualitativas, apoiada pelo software Iramutec.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram discutidos em função dos objetivos propostos, considerando tanto a visão dos gestores sobre as etapas do ciclo político do PROJOVEM, para um maior entendimento do seu processo de construção e funcionamento, quanto suas percepções sobre a realidade do programa, seus principais problemas e alcances.

4.1. Visão dos gestores sobre as etapas do ciclo político do PROJOVEM

Para análise do ciclo político do programa, procurou-se examinar três fases, assim delimitadas: Identificação do Problema e Formação da Agenda; Formulação e Implementação do Programa e Avaliação. Diante disso, foi realizada entrevista com os gestores do Serviço de Formação Profissional, bem como, com atores que estavam à frente da realização dos trabalhos direcionados a adolescentes, no Município, anteriores a 2012, a fim de identificar a visão deles sobre como ocorreu a inserção de tal Serviço direcionado aos jovens em situação de vulnerabilidade social; o desenho do programa, sua forma de implementação ou de funcionamento ao longo do tempo e principais alterações/efeitos.

Fase I - Do Serviço de Formação Profissional – PROJOVEM: Identificação do Problema e Formação da Agenda

A fim de compreender como surgiu o PROJOVEM, na cidade de Mariana; ou seja, qual problema foi identificado e como este entrou na agenda, fazendo com que tal política, fosse vista como uma questão de “política”, quando, segundo Wu et al. (2014), os governos passam a reconhecer que alguma situação ou problema precisa de uma atenção a fim de ser resolvido

Para tanto, foi feito o seguinte questionamento aos gestores: Quais problemas influenciaram para que o programa fosse criado, no município de Mariana? Ou seja, por que e quando a ideia emergiu?

De forma geral, 100% dos entrevistados consideraram que o problema identificado e que tornou a agenda política era a situação de carência vivenciada pelo público infanto-juvenil local, bem como a escassez de políticas públicas direcionadas à juventude e oportunidades de capacitação para que os jovens tivessem acesso ao primeiro emprego. Assim, a ausência de

políticas públicas, direcionadas aos jovens em situação de vulnerabilidade social, entrou como problema na agenda, de onde originou o Serviço Municipal de Formação Profissional, política pública ofertada aos jovens em situação de vulnerabilidade social, na cidade de Mariana, MG. É importante destacar que os atores políticos envolvidos com o programa, seja a SEDESC ou Conselho Tutelar, foram os que pressionaram para que o problema entrasse na agenda do governo, dando atenção para criação do Grupo Ação e, posteriormente, o serviço de formação profissional.

Na visão da ex-conselheira tutelar, não existiam políticas públicas para atender o público-alvo de crianças e adolescentes, na cidade de Mariana, que fosse de cunho extraescolar, uma vez que se contava, nesse período, apenas com projetos sociais filantrópicos, de cunho religioso, como relatado:

(...) o Conselho Tutelar (CT) junto ao Ministério Público (MP), que era muito atuante junto com a Vara da Infância e Adolescência, com todo o estudo né, em relação as funcionalidades sociais, as situações de risco que era vivenciada tanto na comunidade marianense, quanto nos distritos, também né. Aí fizeram levantamento e estudo e, com isso, surgiu a necessidade de criar né, programas de atendimento, para esse público, então foi uma demanda pressionada pelo MP. Com isso o Grupo Ação surgiu né, dessa demanda né, porque muitos pais e muitas mães iam trabalhar, as crianças depois da escola não tinham com quem ficar, então, acabava acarretando problemas sociais. E, com isso, o município foi obrigado praticamente a criar né, um programa de atendimento né, para atender toda essa questão da vulnerabilidade social aí surgiu o Grupo Ação, que atendia adolescentes e quando identificado situações de vulnerabilidade social, nessas condições eram encaminhados para o Conselho (exconselheira tutelar, Mariana, 2022).

Assim, conforme registrado, uma das primeiras ações locais foi o Grupo Ação, que, como exposto por sua ex-coordenadora, foi criado em 2002 e instituído em 2006, pela Lei nº 1.978/2006, que dispõe sobre o programa de atendimento ao adolescente – Grupo Ação, tendo como objetivo de ofertar um programa no contraturno escolar para crianças e adolescentes, com faixa etária de 12 a 18 anos. Além disso, existia também a parte que oferecia a formação profissional, por meio de cursos e oficinas.

Ainda, segundo a referida entrevistada, o CT, enquanto órgão muito atuante da defesa dos direitos da criança e adolescente, desenvolvia encaminhamentos para os programas, como, por exemplo, o Grupo Ação, que ofertava várias oficinas destinadas a crianças e adolescentes. Ela afirmou que, em determinados casos de situações de riscos, os encaminhamentos eram feitos diretamente para o Ministério Público. E, com o passar do tempo, esses programas foram transformando outras ações direcionadas principalmente ao público jovem, como foi “rotativo” para o “Jovem Aprendiz”, que surgiu com a ideia de os jovens atuarem como guarda mirim, visto que, nessa época, já existia a Guarda Municipal Local e o Sistema de Estacionamento

Rotativo Regulamentado Pago (SERRP), em vias e logradouros públicos da cidade de Mariana, disposto no Projeto de Lei nº 209 de 2006.

Assim, uma das primeiras políticas de desenvolvimento social direcionada aos jovens, no município de Mariana, foi “O Programa de Atendimento ao Adolescente – Grupo Ação”, de 2006. No que se refere à execução do programa, consta, no 3º artigo, do dispositivo legal, que os atendimentos ao adolescente deveriam abranger as políticas setoriais, saúde, educação, esporte, lazer, cultura, bem como profissionalização e cidadania.

Ainda sobre ações destinadas aos jovens, foi constatado, por meio de informações prestadas pela entrevistada 1, que, em 2007, foi iniciado o projeto de formação profissional com adolescentes do Grupo Ação, visto que os jovens participantes do Grupo, com idade a partir de 15 anos, eram encaminhados para atuarem no serviço de estacionamento rotativo em Mariana, sendo que, posteriormente, houve encaminhamento também para setores da Prefeitura, considerando as seguintes modalidades: a) Modalidade 1: Preparação para o Mercado de Trabalho - encontros semanais e palestras sobre temas vinculados ao Mercado de Trabalho (Exemplos: ética e cidadania, segurança do Trabalho, 1º emprego...); b) Modalidade 2: Qualificação Profissional; c) Modalidade 3: Prestação de Serviço, onde os adolescentes eram direcionados para diferentes setores da Prefeitura a fim de desenvolver atividades na condição de aprendiz (20 horas semanais); d) Modalidade 4: Encaminhamento para empresas locais.

Dessa forma, na visão da referida entrevistada, as diferentes modalidades de serviços evidenciam a trajetória de atuação do programa. Inicialmente, a fim de que o estacionamento rotativo funcionasse para arrecadação de multas eles tiveram que colocar pessoas para fiscalizar esse serviço. Com isso surgiu a ideia de que o jovem pudesse dar esse apoio e suporte. Nesse sentido, os jovens, que já faziam parte do grupo Ação, seriam encaminhados para o Jovem Aprendiz, que foi instituído em 2012, pela Lei nº 2.605, para realizar tal atividade. No decorrer do tempo, percebeu-se que essa função para os jovens estava apresentando riscos, sendo pensado um novo modelo que seria o Jovem Aprendiz, no formato que é hoje, de aperfeiçoamento nos setores da prefeitura, visando adquirir uma experiência nos diversos setores públicos do município.

Por sua vez, a entrevistada 2 abordou que foi somente, em 2012, que o Serviço de Formação Profissional para jovens de Programas Sociais foi regulamentado, por meio da Lei 2.605, de 09 de abril de 2012 e Decreto nº 6.276, de 12 de abril de 2012, apesar de ele já existir no município desde 2007 voltado para o público de 15 a 21 anos.

Na percepção de um ex-coordenador do programa de Serviço de Formação Profissional, no período de 2009 a 2012, a função dos jovens era ajudar os guardas, orientar sobre o funcionamento do SERRP, conhecido popularmente como “Rotativo”. Segundo ele, os jovens cumpriam sua carga horária de trabalho, orientando os motoristas onde comprar o carnê, bem como a forma de preenchimento. Ressaltou que, quando chegou na gestão no final de 2012, os jovens estavam realizando esse trabalho, porém, quando ele saiu da gestão, não tinha mais ninguém no “rotativo”, porque os jovens haviam sido encaminhados para setores internos da prefeitura para realizar suas atividades de aprendizagem.

Comentando sobre o funcionamento do Grupo Ação, discorreu que as oficinas aconteciam em salas emprestadas do antigo Prédio da Escola Padre Avelar; sendo observado a necessidade de organizar um local maior para funcionamento e garantia da qualidade de vida das crianças e dos adolescentes, que participavam do Grupo, o que influenciou na construção do prédio e criação do Centro de Referência à Criança e ao Adolescente (CRIA), instituído pela Lei nº 3.222 de 2018, considerado de cunho socioeducativo, sendo uma proposta que não era escolar, mas sim extra escolar, visando garantir os direitos e contribuir com o desenvolvimento cultural esportivo sociofamiliar de convivência das crianças e adolescentes.

Fase II - Do Serviço de Formação Profissional – PROJOVEM: Formulação/Implementação do Programa

Dessa forma, em busca da concretude das questões apresentadas com relação aos jovens na cidade de Mariana, com o fito de buscar solucionar problemas de vulnerabilidade social e de escassez de políticas direcionadas à juventude, já delimitados na agenda, ocorre uma intervenção na realidade, por meio da formulação de programas, posteriormente implementados.

No processo de formulação da política pública são apresentadas as alternativas e propostas, que abrange um maior número de envolvidos, buscando-se o consenso na tomada de decisões, com base no problema, que já foi incluso na agenda, de forma a solucionar as demandas apresentadas.

Segundo Wu et al. (2014), a formulação é uma etapa fundamental da criação de políticas públicas, na qual os gestores públicos podem encontrar oportunidades de afetar o processo de tomada de decisão e, conseqüentemente, a implementação de políticas. É uma fase complexa, que envolve uma série de atores com diferentes ideias e interesses na promoção de soluções específicas para os problemas de políticas. Gestores públicos precisam garantir os níveis

apropriados de conhecimento analítico, administrativo e político, para o enfrentamento dos problemas identificados.

No caso específico do PROJOVEM, a formulação foi baseada em aspectos normativos, expressos em dispositivos legais, sendo sua abrangência de natureza municipal. Conhecido popularmente, na cidade de Mariana, como “Jovem Aprendiz”, sua implantação foi regulamentada pela Lei nº 2.605, de 09 de abril de 2012. Nesse período, o seu público-alvo era adolescentes com faixa etária de 15 a 21 anos, sendo o número máximo de participantes equivalente a 200 beneficiários. O objetivo principal era preparar jovens para o mercado de trabalho, por meio de capacitações administradas pelo CRIA, tendo o beneficiário uma bolsa no valor de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) e R\$ 311,00 (trezentos e onze reais), reajustável por ato do Poder Executivo, conforme consta no §1º do Art. 4º da referida lei. Em contrapartida ao recebimento do benefício, os jovens precisariam participar das capacitações, além de cumprir uma carga horária de 20 horas semanais, por um período de quatro horas diárias. Com relação ao tempo de permanência no Programa, este seria de até de dois anos, sendo que, após esse período, o jovem teria seu contrato encerrado automaticamente, de acordo com os §2º e 3º do Art. 4º.

Em 2017, pelo motivo do aumento da grande demanda pelo Serviço, os gestores viram-se na necessidade de propor ao legislativo, um decreto a fim de instituir uma série de critérios, que priorizassem a inserção dos jovens no programa. Com isso, por meio do Decreto Municipal nº 8.802, de 29 de março de 2017, as vagas passaram a ser exclusivas para jovens em situação de vulnerabilidade social, com comprovação via inscrição no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal; além da comprovação de moradia, na cidade de Mariana, por um período de no mínimo dois anos; bem como que suas famílias fossem acompanhadas pelos equipamentos da Assistência Social no Município, seja da Proteção Social Básica (CRAS) e/ou Proteção Social Especial (CREAS), por pelo menos três meses e possuir renda no valor correspondente ao limite da pobreza e ou até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente.

Por sua vez, em 2018, foi enviado à Câmara dos Vereadores do município um Projeto de Lei com Exposição de Motivos, para alteração da faixa etária dos jovens atendidos de 15 anos para 16 anos, até 21 anos, que se encontrassem em situação de vulnerabilidade social; ou seja, com perfil prioritário para jovens com renda per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo. Além disso, foi acrescentado que os cursos de aprendizagem ministrados seriam pelo Centro de Referência da Juventude (CRJ), visto que antes, conforme consta no Art. 3º, da Lei 2.605/2012 “[...] atenderá a, no máximo 200 jovens, os quais serão capacitados mediante cursos de

preparação para o mercado de trabalho, administrados pelo Centro de Referência à Criança e ao Adolescente – CRIA”.

É importante destacar que, em 2021, com o advento da Covid 19, passou a vigorar uma nova Lei, sendo adotada a nomenclatura PROJOVEM, com aumento do número de vagas, passando a atender 300 beneficiários. Com essa alteração, foram destinadas 75% das vagas para jovens em situação de vulnerabilidade social e econômica e 25% para outros contextos de vulnerabilidades. O principal objetivo consiste em oferecer capacitação, qualificação, experiência profissional (empresas e comércios locais do município de Mariana) bem como, encaminhamento para o mercado de trabalho. Como benefício, o jovem teria acesso a uma bolsa no valor de meio salário-mínimo.

Os jovens encaminhados para o PROJOVEM, pelos equipamentos da Assistência Social, passavam por atendimentos com a assistente social do PROJOVEM, a fim de fosse identificada a realidade social de cada jovem, bem como suas particularidades e necessidades. Também eram realizados encaminhamentos para rede socioassistencial e demais políticas públicas, que se configuram como orientações e direcionamento dos jovens, para serviços e/ou benefícios socioassistenciais e para serviços ofertados por outros setores. Os encaminhamentos têm como objetivo a promoção do acesso aos direitos e a conquista da cidadania (BRASIL, 2012).

No que concerne aos Recursos Humanos, a maioria dos gestores apontou que as equipes que atuavam na execução das atividades desenvolvidas pelo programa tinham um número limitado, sendo necessário mais profissionais para acompanhar os jovens sistematicamente, bem como profissionais para realizar as capacitações. Dentre as atividades de acompanhamento, estão as capacitações de acolhimento, ministradas pela equipe técnica do PROJOVEM, que ocorrem assim que o jovem inicia o contrato. Conforme consta no artigo Lei, a Unidade Gestora do Programa composta é por uma Assistente Social, Pedagoga e Psicóloga, além de contar com o apoio de uma Professora de Educação e Cidadania. Vale ressaltar que todas as capacitações são realizadas sob supervisão da Coordenadora Pedagógica.

Assim, com base no planejamento de cada capacitação, alguns temas eram trabalhados, como: Conhecendo a SEDESC; Direitos e deveres, enquanto jovem aprendiz; Postura e Ética Profissional; salientando como não se portar nos ambientes laborais e futuramente no local de trabalho.

Além disso, os jovens ficavam, por um período de aproximadamente 15 dias, participando das oficinas no CRIA e, posteriormente, era realizado o teste de aptidão com a

psicóloga, a fim de identificar os possíveis setores da prefeitura/comércio que os jovens poderiam ser encaminhados de acordo com o resultado do teste vocacional.

Os jovens beneficiários também participavam do Cine PROJOVEM, atividade realizada uma vez ao mês no Cine Teatro Sesi do Município, com a exibição de filmes temáticos ao que se refere ao aprendizado e a formação profissional voltados para a preparação no mercado de trabalho. O objetivo era de proporcionar uma complementação do aprendizado, de forma dinâmica, intermediando a reflexão sobre questões importantes relacionadas ao mercado de trabalho que já eram trabalhados nas capacitações. Ao término, conduzia-se um debate juntamente com equipe do PROJOVEM, a fim de identificar se a proposta elaborada do Cine teria sido alcançada.

Enfim, no processo de implementação do programa do programa eram realizadas diversas atividades, de cunho socioeducativo, cujos objetivos e normatizações eram previstos nas diferentes leis e decretos, que instituíram e alteraram o programa, por meio de decisões incrementais, visando sua adequação à realidade existente.

Fase III – Do Serviço de Formação Profissional (PROJOVEM): Avaliação

Por fim, uma questão considerada chave no ciclo político é o momento de avaliação, em que se realiza um diagnóstico da política em busca de melhorias e ajustes necessários para obtenção dos objetivos desejados com a implementação da política; porém, caso não seja possível realizar ajustes pós avaliação, pode ocorrer a extinção da política.

A avaliação de políticas públicas refere-se amplamente a todas as atividades realizadas por uma gama de atores estatais e sociais com o intuito de determinar como uma política pública se saiu na prática, bem como estimar o provável desempenho dela no futuro. A avaliação examina tanto os meios utilizados, como os objetivos alcançados por uma política pública na prática. Os resultados e as recomendações da avaliação são então enviados de volta para novas rodadas de criação de políticas, e podem levar ao aprimoramento do desenho e da implementação de uma política pública, ou, raramente, à sua completa reforma ou revogação (WU et al., 2014, p. 118).

Diante disso, logo após a realização da avaliação, deliberações com possíveis propostas de ajustes são apresentadas e, se ainda, não forem suficientes, seja por motivos da não eficácia e efetividade da política, entre outros problemas não solucionáveis, mesmo com as alterações propostas, pode acarretar extinção da política e, dessa forma, o ciclo da política pode ser

encerrado, fazendo-se necessário o início de um novo ciclo, como foi abordado por Raeder (2014).

Considerando as mudanças acarretadas em todo o Brasil advindas do contexto da pandemia Covid 19, não foi diferente na cidade de Mariana, visto que as demandas das famílias em situação de vulnerabilidade social se intensificaram, o desemprego teve aumento, bem como, uma maior ausência de vagas destinadas ao primeiro emprego. Nesse período, o Prefeito Municipal em exercício realizou, via justificativa nº 53/2021, para a Câmara dos Vereadores, em 30 de março de 2021, como forma de prevenção do contágio e transmissão do vírus, a medida de isolamento social.

A medida de isolamento social teve como consequência a redução de funcionários e, conseqüentemente, no aumento do desemprego, além da intensificação da dificuldade do jovem acessar o primeiro emprego, o que acabou por influenciar a realidade das famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social. Além desse quadro pandêmico, o referido prefeito abordou, no documento enviado, a pedido de alteração da Lei, que era necessário um maior suporte para o Serviço de Formação Profissional, a fim de que fosse ofertado “qualificação, capacitação e a readequação profissional”, para o jovem participante, por meio dos cursos profissionalizantes, como Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), bem como, a parceria com os empresários locais, com objetivo do jovem ser inserido nos comércios locais, visando experiência no mercado de trabalho.

Uma das medidas para maior suporte foi o aumento do número de vagas para inserção de jovens, passando o número máximo de 200 jovens para 300 beneficiários. Assim, em abril de 2021, após tomada de decisão entre os governantes da Câmara Municipal de Mariana foi aprovada a nova Lei nº 3.416/2021 para o Serviço de Formação Profissional (PROJOVEM), revogando as anteriores.

Por sua vez, em 2023, segundo Subsecretário, a SEDESC ao ser assumida por uma nova Gestão, teve acesso a situação em que se encontrava o PROJOVEM, considerando que, em novembro de 2021, haviam sido realizadas alterações e recomendações pelo Ministério Público do Trabalho para maior efetividade da Lei de 2021. Foi possível verificar que, posteriormente, houve algumas notificações, despacho e que atualmente estão em processo a readequação da Lei do PROJOVEM, objetivando obter aprovação do Projeto de Lei pela Promotoria do Ministério do Trabalho.

Especificamente, com respeito à reformulação da Lei de 2021, o subsecretário abordou que o jovem passará a ter seu direito reconhecido, enquanto jovem aprendiz; ou seja, o direito

do FGTS, férias, décimo terceiro, carteira assinada, recolhimento e encargos previdenciários, visando o que está legalmente garantido nos Artigos 428, 429 e 430 da CLT, referente aos direitos trabalhistas quanto a aprendizagem. Além disso, ele informou que serão oferecidos de 12 a 13 cursos preparatórios, como pré-requisito, para o acesso ao mercado de trabalho. Ele mencionou que os jovens estavam nos comércios, prestando serviço; porém, sem nenhuma das garantias previstas na lei; isto é, sem nenhum reconhecimento e possibilidade concreta de contratação pelos comércios e ou empresas privadas, após o término do contrato do PROJOVEM.

Ainda sobre a Nova Lei, ele ressaltou que será um realizado um processo de contratação, de uma empresa, que será responsável pelos cursos preparatórios e de formação profissional para que os jovens possam ser incluídos no mercado de trabalho de forma lícita, de acordo com sua aptidão. Ainda afirmou estar confiante nesse novo Programa e, para que ele seja implementado, deve antes ser aprovado pela Câmara do Município de Mariana, MG. Assim, terminou sua fala informando que o processo de regularização já está em andamento, ratificando e concordando com todas as recomendações, notificações e despachos realizados pelo Ministério Público do Trabalho.

Diante dos depoimentos dos gestores, pode-se inferir que tem sido realizado um monitoramento do programa, conjugada com uma avaliação do processo político¹⁰, baseada em decisões incrementais, expressas em normativas legais, que afetam a implementação do programa. Entretanto, ainda não foi realizada nenhuma pesquisa avaliativa sobre os resultados do PROJOVEM, o que demonstra a originalidade da pesquisa em questão.

4.2. Percepções sobre a realidade do programa, seus principais problemas e alcances

Na percepção dos gestores, conforme Figura 2, o PROJOVEM se refere a um programa voltado para inclusão de jovens, em situação de vulnerabilidade social, por meio de cursos, que promovam oportunidades para a profissionalização, acesso ao mercado de trabalho e renda.

¹⁰ A “avaliação de processo” é um tipo de avaliação periódica, voltada ao exame das rotinas operacionais do programa, visando identificar tanto os gargalos e problemas que operam ao longo da implementação, quanto seus fatores facilitadores, que podem afetar o resultado das ações das políticas/programas (DAVID, 2022).

Figura 2 – Percepções dos gestores a respeito do PROJOVEM



Fonte: Dados da Pesquisa (2023), tratados pelo software Iramuteq.

Dessa forma, conforme apontado pelos gestores, os principais alcances do Programa, com relação à qualidade de vida dos jovens foram: a) a preparação para o mercado de trabalho, visando a inserção dos jovens, como garantia do primeiro emprego, por parte de empresas parceiras; b) retirar o público juvenil do cenário de álcool e droga, além de colaborar com as famílias para se manterem financeiramente; c) a suspensão temporária dos jovens do rotativo e inserção deles nas empresas, para adquirir uma experiência; d) ampliação de renda familiar, principalmente no período pandêmico, para garantir a sobrevivência das famílias; e) promover políticas públicas para juventude, que não existiam na cidade, permitindo que jovens periféricos ocupassem esses espaços administrativos; f) aquisição de responsabilidade e criação de hábitos de ir para escola; g) redução de danos e de riscos para a juventude local.

No que se refere aos alcances dos objetivos e metas planejados, na visão dos gestores, as respostas variaram de gestão para gestão, sendo que alguns responderam afirmativa, como:

Sim alcançou. Sim as metas foram alcançadas vários jovens foram inseridos no mercado de trabalho (Entrevistado 1)

Acredito que em 70% seria positivo; pois o programa evoluiu e as vagas aumentaram para 300 vagas e, em 6 meses de implementação do programa, 6 jovens foram encaminhados e contratados; ou seja, tiveram o acesso ao mercado de trabalho. Porém, quanto à capacitação profissionalizante, alguns jovens saíram sem fazer o curso por questões burocráticas das empresas contratadas, os cursos foram adiados, impossibilitando alguns jovens de realizar o curso (Entrevistado 8).

Sim. Pra mim, o programa é referência (Entrevistado 5).

Por outro lado, alguns gestores consideravam que não foi possível cumprir com o que havia sido planejado, em termos dos objetivos e metas, derivado, principalmente, pela escassez de recursos e pelo programa não cumprir os protocolos de funcionamento.

No período que eu fiquei foi para identificar os problemas e fazer o diagnóstico de como o programa estava, consegui trazer o jovem para reunião, um feedback do setor onde ele estava desenvolvendo as atividades. Não acompanhou a meta por ficar em pouco tempo. Tinha escassez de recursos (Entrevistado 6)

Não alcançou, o programa não seguia os protocolos de funcionamento, seja no processo de inserção, avaliação socioeconômica e de desligamento, muitos jovens completavam o tempo de permanência no programa e não eram desligados, pela interferência via executivo, porque era identificado que o jovem ainda permanecia na situação de vulnerabilidade, não tinha conseguido primeiro emprego, a família procurava pedindo para permanecer, isso era o que o jovem relatava no setor e depois era confirmado (Entrevistado 7)

Mas, apesar dos alcances, o PROJOVEM tem enfrentado problemas, em seu processo de implementação. Para a identificação dos principais problemas, foi feito uso da Matriz GUT, aplicada junto aos gestores do programa. As respostas, conforme Quadro 1, foram separadas por cores, de acordo com os elementos em comum apresentados, tais como: Amarelo: são problemas relacionados a pouca quantidade de número de vagas no programa; Vermelho: referem-se aos problemas relativos à falta de recursos humanos; Azul Claro: diz respeito à forma de entrada de alguns jovens no programa; Verde: está relacionada a falta recursos econômicos e, por fim, a Cor Rosa, que expressa os problemas derivados da falta de recursos materiais.

Posteriormente, os problemas foram pontuados com nota para classificar a Gravidade (G) do problema; Urgência (U) de se resolver e a Tendência (T) desse problema se agravar. Os problemas hierarquizados como prioritários obtiveram uma maior pontuação; ou seja, era dada a nota máxima (5,0), seja na gravidade, urgência e tendência, gerando-se um total de 125 pontos, pela multiplicado de $G \times U \times T = 125$.

Os resultados permitiram que fossem identificados os problemas prioritários do Serviço de Formação Profissional, tais como: Falta de planejamento, Estrutura física e de Recursos Financeiros e Humanos (equipe técnica), influenciando o processo de tomada de decisão e a realização das ações, quanto à implantação de cursos e qualificação para os jovens; bem como a escassez de políticas públicas que fomentasse o avanço do programa e propiciando a entrada irregular do jovem do programa, com descumprimento das leis.

Quadro 1 – Identificação e hierarquização dos principais problemas do PROJovem, na percepção dos gestores

	Problemas	Gravidade (G)	Urgência (U)	Tendência (T)	Total (GxUxT)
1	Pouca quantidade dos números de vagas.	3	3	4	36
1.1	Orçamento da SEDESC não era tão grande, a arrecadação era menor se comparado com o ano atual.	3	3	4	36
2	Descumprimento das leis por falta dos governantes	5	5	5	125
2.1	Falta de mão de obra e de verba para realização das ações.	5	5	5	125
3	A realidade econômica.	5	5	5	125
3.1	Número de vagas.	4	3	5	60
3.2	Estrutura organizacional (redução de funcionários).	4	4	5	80
4	Número de vagas diante da demanda.	3	3	3	27
5	Falta de equipe técnica.	5	5	5	125
5.1	Estrutura física.	5	5	5	125
5.2	Qualificação para os jovens.	5	5	5	125
6	Entrada irregular do jovem do programa.	5	5	5	125
6.1	Falta de políticas públicas que fomentassem o avanço do programa.	5	5	5	125
7	Baixa adesão dos jovens vulneráveis por parte de algumas empresas.	4	5	3	60
7.1	Falta de recurso material para o departamento (uniforme, estrutura).	4	4	4	
7.2	*Falta de recurso humano.	5	5	5	125
8	Falta de planejamento.	5	5	5	125
8.1	Questão da cultura.	5	5	5	125
8.2	Falta de equipe técnica.	5	5	5	125
9	Falta de recurso financeiro.	5	5	5	125
9.1	Limitação nas tomadas de decisões de implantação de cursos.	5	5	5	125
9.2	Número de vagas e forma de inserção.	4	4	4	64

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Assim, um dos problemas que foi priorizado por 50% dos ex-gestores foi a falta de recursos humanos para a execução do Serviço de Formação Profissional, enquanto 30% mencionaram como outro problema priorizado a escassez de recursos materiais, o que acaba dificultando a execução de um trabalho de qualidade, como, por exemplo, as capacitações que devem ser ofertadas, bem como o lanche durante esses momentos; o acompanhamento sistemático do beneficiário; espaço físico adequado; uniformes para identificação dos participantes, entre outras questões, que dependem de ambos os recursos para acontecer, conforme percepção dos gestores.

Outra questão que foi destacada por 30% dos ex-gestores, diz respeito à relação da elevada demanda e a pouca quantidade de vagas ofertada pelo Serviço; valendo ressaltar que essa situação, foi revista e alterada pela nova lei de 2021, em que o número de vagas para jovens passou de 200 para 300 beneficiários no total.

Outro aspecto visto pelos gestores como um problema, em 30% das respostas, foi a forma como se dava a inserção de alguns jovens, apresentada, por alguns, como algo cultural, ligado ao assistencialismo, ainda presente na realidade local realidade, o que acaba por influenciar na precariedade dos serviços prestados, bem como, na falta de autonomia dos Profissionais da Assistência Social.

Diante de tal contexto, segundo Paz (2015), o assistente social, enquanto categoria parte de trabalhadores assalariados, acaba por enfrentar o desafio na articulação, frente às condições objetivas de trabalho, postas pela rede empregadora (Municipal, Estadual ou Federal), além da relação limitante com o compromisso, em face ao projeto ético-político que permeia a profissão.

Vale ressaltar que, apesar da Assistência Social se apresentar como parte do Sistema da Seguridade Social, como política pública para quem dela necessitar, bem como direito do cidadão e dever do Estado, conforme foi promulgado na Constituição de 88, na Seção IV/da Assistência Social, nos seus Art. 203 e 204, de modo a promover a superação das vulnerabilidades sociais, ainda acontece casos de retrocessos, que comprometem a efetivação da política.

Reconhece-se, diante dos problemas elencados, que ainda existem na realidade local resquícios do assistencialismo, como reportado por Gomes (2020, p. 58), ao afirmar:

A política de assistência social do município é marcada pelo viés do assistencialismo e da caridade, mas ele não deveria existir, até porque é um direito social constitucionalmente garantido, integrando o tripé da Seguridade Social, ao lado da Saúde e da Previdência Social.

Em seguida, foi solicitado aos gestores que apresentassem sugestões para a solução/atenuação dos problemas identificados, sendo registradas as seguintes falas:

Alteração da lei aumentando o número de vagas, enquadrando o projeto municipal com critérios de seleção, com base no Cad único (Entrevistado 1).

Formatação de leis que não deixem brechas para politicagem, fortalecimento para rede de assistência social, através da contratação de profissionais capacitados para acompanhamento do programa (Entrevistado 2).

Contratação de mais profissionais, lei municipal do executivo que aumentasse mais as vagas (Entrevistado 3).

Contratação de técnicos, tinha uma salinha pequeninha, que era dividida com outros setores, ampliação e espaço para capacitação e, para equipe técnica trabalhar, na época é o que foi feito hoje, buscar parcerias com empresas que ofereça qualificação para o jovem e, além do mais, procurar parcerias com outras secretarias (Entrevistado 4).

Seguir o protocolo de avaliação socioeconômica e inserção do jovem nos projetos sociais da cidade; Enriquecimento da presença das juventudes no poder legislativo; Formação e constituição de uma secretaria de juventude que criaria protocolos inalteráveis (Entrevistado 5).

Trabalho de conscientização para as empresas sobre a realidade dos jovens beneficiários do programa, que são jovens vulneráveis; que o setor de compras possa ser mais ouvido a fim de atender às demandas do departamento; Contratação de mais funcionários, de preferência pessoas que tenham aptidão para trabalhar com jovens (Entrevistado 6).

De acordo com os depoimentos, as sugestões envolvem mais investimentos em recursos humanos, por meio da formação de uma equipe técnica habilitada para acompanhar os jovens e suas famílias. Nesse sentido, foi comentado que o coordenador do programa deveria ser via concurso público e de preferência com formação na área de humanas, com maior capacidade para desenvolver ações com a juventude, uma vez que 100% dos gestores ocupavam o cargo de coordenação, por meio de convite da gestão, o que acaba por gerar instabilidade no programa e dificultar a continuidade das ações.

Nesta perspectiva, na visão de Wu et al. (2014, p. 19), a segurança e experiência no trabalho desfrutadas por gestores públicos, especialmente servidores públicos de carreira, também os protegem de pressões políticas. Como resultado, os gestores políticos seriam capazes de dar tanto uma perspectiva de longo prazo sobre a criação de políticas, como um maior peso às considerações técnicas na elaboração e implementação delas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao que se refere ao ciclo político do Serviço de Formação Profissional, a maioria dos gestores apresentou a mesma visão, tanto em termos da identificação e montagem da agenda,

da formulação e implementação, com base nas normas legais, além de uma avaliação de processo. Em termos dos alcances do PROJOVEM, os gestores pontuaram, em termos gerais, que houve mudanças positivas na vida dos jovens.

Com respeito ao quantitativo de jovens encaminhados pelo mercado de trabalho e contratados, após a participação no Serviço, a maioria dos gestores informou que não se lembrava ao certo sobre o número total de jovens que teve acesso a mercado de trabalho; embora, tenha sido comentado, por alguns gestores, sobre a forma de inserção dos jovens, de forma irregular, o que acaba interferindo de forma negativa na autonomia dos técnicos, demonstrando um retrocesso da assistência social, pois, a vaga passa a ser vista como um favor de quem indicou o jovem.

Os problemas priorizados pelos gestores envolveram: Limitações em termos de Planejamento, Estrutura física e de Recursos Financeiros e Humanos (equipe técnica), que influenciam o processo de tomada de decisão e a realização das ações, no que se refere à formulação/implementação dos cursos e qualificação para os jovens; além da escassez de políticas públicas que fomentem o avanço do programa, a questão da cultura e do assistencialismo.

De forma geral, é possível concluir que o Serviço de Formação Profissional não possui uma pesquisa avaliativa sobre os resultados do programa. Na prática, o que tem sido feito consiste em uma avaliação de processo, que resultam em decisões incrementais e mudanças legislativas, que refletem no funcionamento e atuação do programa.

6. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L.; RODRIGUES, M. L. Modelos de análise das políticas públicas. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 83, p. 11-35, 2017.

BAPTISTA, T. W. F.; REZENDE, M. D. A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. In: MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. **Caminhos para análise das políticas de saúde**. Porto Alegre: Rede Unida, 2015. p. 221-272.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em: 04 maio 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social: Norma Operacional Básica NOB-SUAS**. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5085.htm#:~:text= Acesso em: 31 maio 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas sobre o PAIF: trabalho social com famílias no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família –PAIF**. Brasília: MDS, 2012.

DAVID, L. M. S. **Plano de integridade em instituição federal de ensino superior: avaliação da implementação da Universidade Federal do Cariri**. 2022. 155 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

GOMES, L. C. **O ciclo intergeracional de dependência da política de assistência social no município de Mariana, MG**. 2020. 109 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2020.

KEPNER, C. H.; TREGOE, B. B. **O administrador racional: uma abordagem sistemática à solução de problemas e tomada de decisões**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1980.

MARIANA. **Decreto Municipal n. 8.802, de 29 de março de 2017**. Dispõe sobre os critérios para inclusão de jovens no Programa de Serviço de Formação Profissional para Jovens de Programas Sociais. Mariana: Prefeitura Municipal de Mariana.

MARIANA. **Lei Municipal n. 2.605, de 09 de abril de 2012**. Institui o Serviço de Formação Profissional para jovens de Programas Sociais e dá outras providências. Mariana: Prefeitura Municipal de Mariana.

MARIANA. **Lei Municipal n. 3.228, de 25 de junho de 2018**. Altera disposições da Lei Municipal nº 2.605, de 2012, e dá outras providências. Mariana: Prefeitura Municipal de Mariana.

MARIANA. **Lei Municipal n 3.416 de abril de 2021**. “Dispõe sobre o serviço municipal de formação profissional para jovens em situação de vulnerabilidade social - PROJovem - e dá outras providências.”. Altera disposições da Lei Municipal nº 2.605, de 2012, e dá outras providências. Mariana: Prefeitura Municipal de Mariana.

PAZ, F. A. R. A precarização no trabalho do assistente social na política de assistência social. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 7, 2015, São Luís, MA. **Anais...** São Luís: UFMA, 2015.

RAEDER, S. T. O. Ciclo de políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 7, n. 13, p. 121-146, 2014.

SHIMIZU, H. E. Percepção dos gestores do Sistema Único de Saúde acerca dos desafios da formação das Redes de Atenção à Saúde no Brasil. **Physis**. v. 23, n. 4, p. 1101-1122, 2013.

SILVA, M. O. (Coord.). **Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos**. 2.ed. São Paulo: Veras Editora, 2013.

SOUZA, C. N. Assistência social em tempos da COVID-19 e a racionalização do projeto neoliberal. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 32, n. 1, p. 127-147, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/11418/6595>. Acesso em: 31 maio 2021.

WU, X.; RAMESH, M.; HAWLETT, M.; FRITZEN, S. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Tradução: Ricardo Avelar de Souza. Brasília: ENAP, 2014.

ARTIGO 4 – ALCANCES DO PROGRAMA PROJOVEM: PERCEPÇÕES DOS BENEFICIÁRIOS

Resumo: O presente estudo tem como objetivo examinar os alcances do Programa PROJOVEM, considerando as percepções dos jovens beneficiários, que participaram do Serviço de Formação Profissional, da cidade de Mariana, MG. Especificamente, buscou-se avaliar a eficácia e efetividade do programa, considerando os alcances de seus objetivos e sua contribuição na qualidade de vida dos usuários. Metodologicamente, foi feito uso de entrevistas semiestruturadas com jovens participantes em cada período de funcionamento do Serviço, desde 2012 até 2012, totalizando 33 participantes. Os dados foram analisados por meio da estatística descritiva e análise textual. Resultados mostraram que, na percepção dos jovens, os resultados do programa foram positivos, em termos da eficácia e efetividade, considerando o alcance dos objetivos propostos e suas implicações na qualidade de vida, cujo significado está associado à saúde, lazer/conforto/paz, trabalho, família e estabilidade financeira.

Palavras-chave: Programa PROJOVEM. Alcances. Percepções. Beneficiários.

Abstract: This study aims to examine the scope of the PROJOVEM Program, considering the perceptions of young beneficiaries, who participated in the Professional Training Service, in the city of Mariana, MG. Specifically, we sought to evaluate the program's efficacy and effectiveness, considering the achievement of its objectives and its contribution to the users' quality of life. Methodologically, semi-structured interviews were used with young participants in each period of operation of the Service, from 2012 to 2012, totaling 33 participants. Data were analyzed using descriptive statistics and textual analysis. Results showed that, in the young people's perception, the results of the program were positive, in terms of efficacy and effectiveness, considering the scope of the proposed objectives and their implications for quality of life, whose meaning is associated with health, leisure/comfort/peace, work, family and financial stability.

Keywords: PROJOVEM Program. Scope. Perceptions. Beneficiaries.

1. INTRODUÇÃO

A política pública de formação para o trabalho, direcionada à juventude em situação de vulnerabilidade social, é discutida por vários autores que debatem sobre a forma como que historicamente as políticas públicas têm sido pensadas, para os jovens de classe popular, com destaque para “criminalidade e a vadiagem”, como imagem para “tratar” o público infantojuvenil (Pillott; Rizini, 1995, Sposito; Carrano, 2003, Pessoa et al., 2014).

Além disso, no processo transitório do jovem para a vida adulta, muitas das vezes, o trabalho¹¹ é dito como algo “natural”, senão obrigatório, diante da sociedade capitalista na qual estamos inseridos, sendo também importante para os jovens, em busca de autonomia, como forma de auxiliar na renda familiar e, até mesmo, de sobrevivência na sociedade capitalista.

¹¹ O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem - quaisquer que sejam as formas de sociedade, sendo necessário efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, visando manter a vida humana (Marx, 1982, p. 50).

Entretanto, como referenciado por Pessoa et al. (2014), corroborando Costa (2008) e Frigotto (2001), a política de formação direcionada aos jovens deveria ser mais abrangente, seguindo um caminho que auxilie e proporcione suporte na construção de um cidadão crítico, que tenha autonomia e tenha condições de ser protagonista da sua própria vida, no processo de transição para a fase adulta.

Fazendo um recorte da política pública de formação para jovens, destaca-se o Serviço de Formação Profissional, instituído, no município de Mariana, MG, pela Lei Municipal nº 2.605, de 09 de abril de 2012, devido ausência de programas direcionado a esse público. Argumentava-se que os jovens estavam ociosos no período de contraturno escolar, o que acabava ocasionando situações de vulnerabilidade e de risco social. Esse problema foi colocado em agenda para os governantes e, como solução, foi criado o Serviço de Formação para atender até 200 jovens, com faixa etária de 15 a 21 anos, tendo como principal objetivo a inclusão social, em termos da preparação e encaminhamento para o mercado de trabalho.

Posteriormente, com a grande procura de jovens para participarem do programa, o governo municipal viu-se na necessidade de criar o decreto nº 2017, que estabelecia critérios prioritários para inserção dos jovens no serviço. Assim, até o momento, o programa tem passado por alterações pontuais em sua estrutura, adequando-se às modificações conjunturais, não sendo registrada nenhuma avaliação de seus resultados, seja em termos da eficácia e/ou efetividade¹².

Nesse contexto, o presente artigo objetivou avaliar a eficácia e efetividade do PROJOVEM, com o fito analisar se a política cumpriu com os objetivos propostos, além de examinar as possíveis mudanças positivas ou negativas sobre a realidade dos jovens participantes; ou seja, se o programa contribuiu para a melhoria da qualidade de vida dos jovens, considerando suas percepções.

Segundo Silva (2016, p. 206), a importância em se ouvir os usuários das políticas já está previsto na Constituição Federal de 1988, em seu art. 14, quando apresenta alguns mecanismos de interlocução entre o Estado e a Sociedade, como: iniciativa popular, plebiscito e referendos, ouvidorias, pré-conferências municipais, conferências temáticas, audiências e consultas públicas, Conselhos Gestores de Políticas, PPAs Participativos, dentre outras formas de participação. Entretanto, na visão da autora, a participação dos beneficiários finais tem sido

¹² Segundo Arretche (2013), a avaliação de eficácia refere-se àquela que relaciona diretamente objetivos e instrumentos explícitos de um dado programa com seus resultados, examinando se a política e/ou programa foi realizado conforme planejado; enquanto, a avaliação da efetividade seria aquela que busca verificar o sucesso ou fracasso de uma política/programa, considerando os impactos e efeitos sobre a realidade dos beneficiários atendidos.

ínfima; mas, considerando que as políticas públicas se materializam em razão das ações de diferentes atores, principalmente dos seus usuários finais, deve-se procurar reverter tal situação, de tal forma que a atuação dos beneficiários não seja um mero cumprimento de lei.

Esta opinião é compartilhada por Wu et al. (2014), ao destacarem a relevância em se ouvir os beneficiários da política/programa, que são aqueles que vivenciam a realidade e as intervenções realizadas, sendo os principais conhecedores das demandas e necessidades locais

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

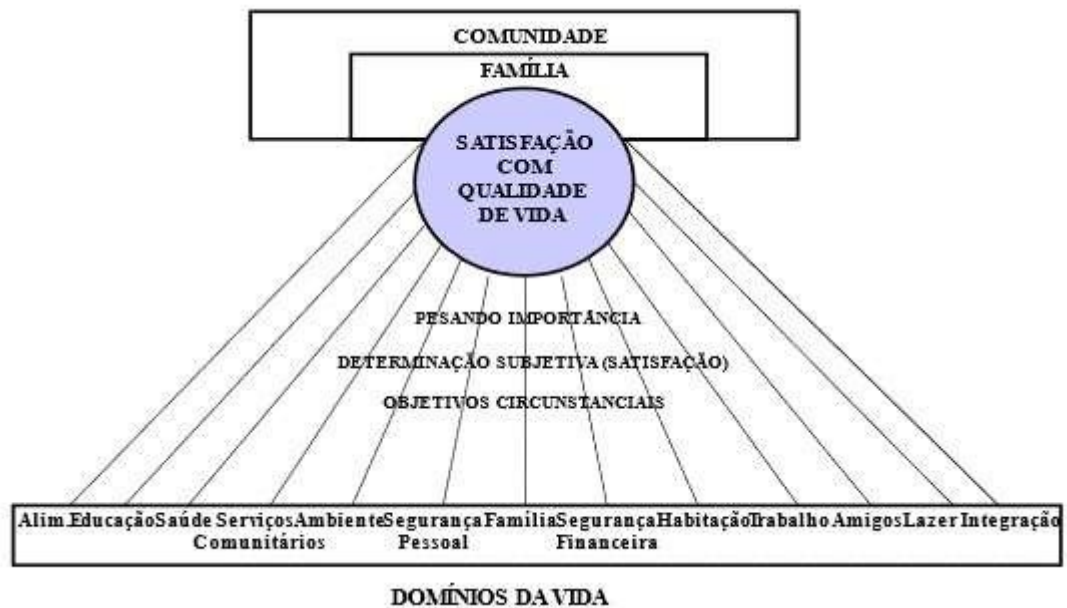
A temática qualidade de vida, ocupa um espaço de destaque de discussão em estudos por diversas áreas, desde 1920, quando Pigou retratou no livro sobre economia e bem-estar, a articulação entre Estado, Orçamento, Economia, bem como os reflexos sobre a vida da população pobre. Vale ressaltar, que existem vários conceitos ao que se refere à definição de qualidade de vida. Para Kluthcovsky e Takayanagui (2007, p. 14), “O termo qualidade, em função de sua natureza abstrata, esclarece por que a expressão boa qualidade, tem significados diferentes, para diferentes pessoas, em locais e situações diferentes. Por isto são múltiplos os conceitos de qualidade de vida”.

No artigo em questão, foi feito uso do modelo conceitual de qualidade de vida, proposto por Metzen et al. (1980), que, conforme apresentado na Figura 1, consideram a qualidade de vida, de natureza multidimensional, reafirmando a importância de construir políticas públicas que considerem o contexto vivenciado pelo público-alvo (comunidade- família), com enfoque nos diferentes domínios ou componentes da vida, que podem ser: alimentação, educação, trabalho, renda familiar, saúde, família, redes sociais-vizinhos, amigos, lazer, segurança física, moradia, meio ambiente e integração. Esses domínios, na visão dos autores, podem ser dimensionados tanto de forma objetiva quanto subjetiva (satisfação), de forma que as intervenções priorizem o ambiente “vivido” (Metzen et al., 1980).

Loreto et al. (2022, p. 46) corroboram com a noção de qualidade de vida, proposta por Metzen et al. (1980), afirmando:

O significado está coerente com o disposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS), ao afirmar que, por qualidade de vida, entende-se: a percepção que um indivíduo tem sobre a sua posição na vida, no contexto dos sistemas de cultura e valores nos quais está inserido e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. Trata-se, portanto, de um significado que envolve aspectos relativos à saúde física e psicológica, nível de independência, relações sociais, crenças pessoais e das suas relações com o meio ambiente.

Figura 1 – Modelo conceitual de qualidade de vida



Fonte: Metzen et al. (1980), com adaptações.

Por sua vez, Pereira, Zuffo e Moura (2019) consideram que existe uma articulação entre a qualidade de vida do ser humano e os fatores que contribuem para satisfação das suas necessidades, admitindo que devam ser considerados tanto recursos e condições materiais, quanto não materiais. Outra questão relevante refere-se à subjetividade do conceito, pelo fato de estarmos inseridos em uma sociedade heterogênea, marcada por culturas diferentes e desigualdades sociais, que influenciam as determinações, significados e práticas sociais dos seres humanos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é de natureza qualitativa, pois, embora tenha-se dados numéricos relativos ao perfil dos beneficiários do programa, primou-se pela discussão subjetiva em torno dos dados, que foram coletados, por meio de entrevistas semiestruturadas junto a três jovens egressos de cada período do Serviço de Formação Profissional, de 2012 até 2022, que correspondem, respectivamente, ao ano de criação do programa e sua atualidade.

Vale ressaltar que ainda que os jovens egressos tenham sido escolhidos de forma aleatória, baseando-se em uma lista disponibilizada pelo Departamento de pessoal da Prefeitura de Mariana, os homens foram mais resistentes em aceitar participar, justificando a dificuldade de se expressar, a timidez e o horário de trabalho

Considerando o roteiro de entrevista (Apêndice B), procurou-se identificar o perfil do egresso, os motivos para o ingresso no programa e o que representava sua experiência, enquanto jovem aprendiz, bem como examinar suas percepções sobre os resultados do programa, em termos dos alcances dos objetivos e seus efeitos sobre a qualidade de vida dos usuários

Posterior à transcrição das entrevistas, foi realizada uma análise estatística descritiva dos dados, complementada com análise textual, por meio do software Iramuteq. Foi feito uso da Nuvem de Palavras, que evidencia as palavras, em diferentes tamanhos, conforme a frequência de evocação, em função da sua relevância, no contexto dos dados analisados (LINS, 2017).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram discutidos, considerando três tópicos: Perfil dos Egressos, Significado do Programa e Motivação para ingresso; Percepções dos Egressos sobre os Alcances do Serviço de Formação Profissional, considerando tanto a Eficácia quanto a Efetividade do programa, em termos dos objetivos alcançados, significado e reflexos na Qualidade de Vida.

4.1. Perfil dos egressos, significado do programa e motivação para ingresso

Conforme dados da Tabela 1, sobre o perfil dos egressos do programa, mais da metade do público participante era do sexo feminino (65,6%), cuja cor declarada predominante era parda (40,6%). Com relação ao estado civil, mais de 70,0% dos jovens se declararam solteiros (78,1%) e, quanto à religião, sobressaiu a católica, selecionada por 59,4 % dos entrevistados.

No que diz respeito à escolaridade, constatou-se que 40,6% e 9,4% possuíam, respectivamente, o ensino médio completo e incompleto; enquanto, 6,2% tinham o ensino técnico. No caso do acesso ao ensino superior, predominou o incompleto (31,3%), comparativamente, ao ensino superior completo (6,3%). Um ponto relevante destacado na Lei nº 3.416/2021 em seu Capítulo III - Do Ingresso, Permanência e Exclusão do Programa, Art. 11, Inciso I, é o incentivo à educação, como requisito de permanência no programa, sendo considerada a obrigatoriedade de o jovem estar estudando regularmente, dispensado para aqueles que já tinham concluído o Ensino Básico.

Tabela 1 – Perfil dos beneficiários do PROJOVEM, Mariana, MG


Variáveis		%
Gênero	Feminino	65,6
	Masculino	34,4
Cor	Amarelo	3,1
	Branco	18,8
	Negro	15,6
	Pardo	40,6
	Preto	21,8
Estado civil	Amasiado	9,4
	Casado	6,3
	Solteiro	78,1
	União estável	3,1
	Outros	3,1
Religião	Ateu	6,3
	Católica	59,4
	Evangélica	25,0
	Espírita	3,1
	Outras	3,1
Escolaridade	Ensino Médio Completo	40,6
	Ensino Médio Incompleto	9,4
	Ensino Superior Completo	6,3
	Ensino Superior Incompleto	31,3
	Técnico	6,2

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Na visão dos jovens pesquisados, conforme Figura 1, o significado do programa PROJOVEM estava associado, principalmente, à palavra “aprender”; ou seja, visava repassar conhecimentos, saberes, experiência e capacitação, para o desenvolvimento profissional e acesso ao mercado de trabalho.

Foram citados alguns cursos, como atendente, recepcionista e informática, sendo relevante destacar que, em alguns períodos, os jovens não tiveram essas oportunidades, como foi o caso do ano de 2016, período pós rompimento da barragem, quando a cidade de Mariana enfrentou significativos desafios; além dos anos de 2020 e 2021, com o advento da pandemia que atingiu todo país e, conseqüentemente, o município em questão.

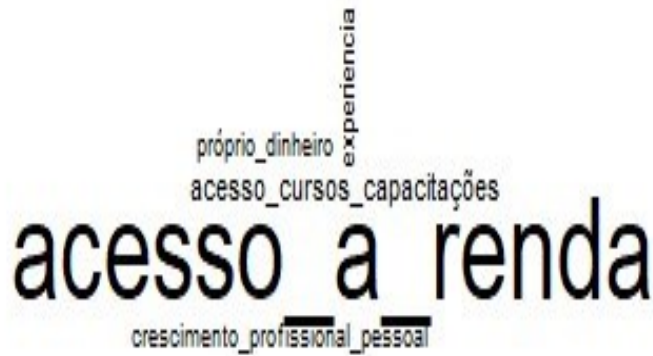
Figura 1 – Significados do programa, na visão dos egressos, Mariana, MG

Nuvem de palavras	Frequência das palavras evocadas	
	Aprender	14
	Programa	8
	Padaria	8
	Experiência	6
	Trabalhar	6
	Atendente	5
	Recepcionista	5
	Profissional	5
	Informática	4
	Desenvolvimento	3
	Certificado	3
	Dinheiro	3
	Capacitação	3
	Saber	3
	Emprego	3
Crescimento	3	
Mercado de trabalho	3	

Fonte: Dados da Pesquisa (2023), analisados com auxílio do software Iramuteq.

No que concerne à motivação para solicitar o ingresso no programa, sobressaiu, conforme Figura 2, o acesso à renda. Ou seja, a palavra mais evocada, presente na Nuvem de Palavras, foi o acesso à renda, alegando que era para ajudar em casa. Em linhas gerais, o maior interesse dos jovens em participar do programa era o acesso ao auxílio financeiro ofertado pelo programa (“ter seu próprio dinheiro”); além da oportunidade de realizar capacitações (20 horas semanais), que contribuam para seu desenvolvimento pessoal e profissional, ao adquirir experiências, na prestação de atividades laborais.

Figura 2 – Motivações para ingresso no PROJOVEM, Mariana, MG



Fonte: Dados da Pesquisa (2023), analisados com auxílio do software Iramuteq.

4.2. Percepções dos egressos sobre a eficácia do programa

Para análise da eficácia do programa, procurou-se verificar se, na visão dos egressos, o programa teria alcançado os objetivos previstos, em termos de maior inclusão social, por meio da promoção do conhecimento, capacitação e acesso ao primeiro emprego.

Conforme Figura 3, o programa tem contribuído para aumento da experiência, acesso ao conhecimento e ao emprego, por meio do trabalho, como jovem aprendiz.

Figura 3 – Percepções dos egressos sobre alcances do PROJOVEM, Mariana, MG



Fonte: Dados da Pesquisa (2023), analisados com auxílio do software Iramuteq.

Os depoimentos, a seguir apresentados, demonstram a contribuição do Serviço Municipal para o jovem acessar o primeiro emprego, considerando que parte dos entrevistados respondeu que o programa contribuiu, destacando, inclusive, que, como forma de aprendizado e experiências, alguns chegaram a trabalhar imediatamente após o término da participação no programa, seja por procura e/ou encaminhamento do próprio serviço.

Sim. Porque me abriu portas para eu conquistar o meu primeiro emprego. Se não fosse o programa, eu não teria o meu primeiro emprego. A partir do momento que me indicou para exercer minhas atividades numa área que eu gosto na área de turismo (Entrevistado 14).

Sim. Com certeza. Foi minha porta de entrada, eu fiquei 3 anos no jovem aprendiz e, logo depois, eu já fui encaminhada para trabalhar na empresa APA, que presta serviço para prefeitura (Entrevistado 18).

Sim. Porque o pessoal do jovem aprendiz que me encaminhou para a padaria (Entrevistado 3).

Sim. Porque foi com o programa que eu desenvolvi minhas habilidades e consegui emprego na própria prefeitura (Entrevistado 4).

Sim. Porque a insegurança que a gente tinha em procurar o emprego sem experiência e, com o programa, isso diminuiu (Entrevistado 5).

Sim. Quando eu terminei o tempo no programa, a própria prefeitura me deu a oportunidade do meu primeiro emprego, continuei na ouvidoria (Entrevistado 9).

Sim. Porque entrei como jovem aprendiz, como monitora de muay tai; com isso, as pessoas gostaram do meu serviço e me chamaram para trabalhar no administrativo, trabalhando 8 horas (Entrevistado 13).

Sim. Porque a maioria dos lugares pede experiência e você sendo jovem não tem experiência. O programa teve o curso jovem cidadão, o programa trouxe essa experiência. Considerando meu desempenho, enquanto jovem aprendiz, eu fui contratado pela prefeitura (Entrevistado 11).

Contribuiu bastante principalmente no meu desenvolvimento, o próprio programa me encaminhou para a rede cidadã (Entrevistado 25).

Sim, me senti mais preparado para atuar no mercado de trabalho, pela experiência adquirida nos anos de contrato que fui contemplado (Entrevistado 27).

Além disso, de acordo com 100% dos jovens entrevistados, o programa foi muito importante para suas vidas, conforme relatos, a seguir apresentados:

Sim, pois me fez crescer e amadurecer. Foi importante também para meu desenvolvimento pessoal, eu era uma pessoa muito tímida e que tinha dificuldade de conversar com outras pessoas, com o programa consegui vencer o medo (Entrevistado 19).

Foi me ajudou no meu desenvolvimento pessoal e profissional, porque eu tive muita dificuldade na comunicação, ai me ajudou muito (Entrevistado 24).

Sim. Porque hoje eu sei me comunicar melhor hoje, hoje em comparação naquela época minha comunicação melhorou, eu tinha medo de não saber me expressar e conversar em público e eu falava muito rápido, hoje consigo falar mais devagar (Entrevistado 6).

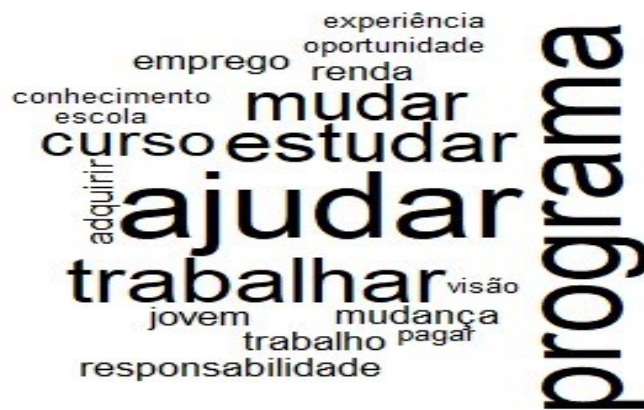
Os relatos chamam a atenção para a contribuição do programa para o desenvolvimento tanto profissional quanto pessoal do jovem, promoção do aumento da comunicação e interação, buscando a superação de timidez e, até mesmo, do medo de conversar com outras pessoas. Assim, uma maior aprendizagem, integração social e liberdade de expressão, componentes da qualidade de vida, são ofertados pelo programa, sugerindo uma maior eficácia do programa.

Essa eficácia pode também ser comprovada pelos depoimentos dos jovens egressos sobre as mudanças positivas do programa em suas vidas (Figura 4).

No que concerne a mudanças na vida dos egressos, foi possível observar que, mesmo após ter se passado mais de 10 anos que os jovens egressos participaram do Serviço, em alguns, da época do conhecido popularmente como “rotativo” e “Jovem Aprendiz”, ainda brilham os olhos em falar sobre o que a oportunidade de estudar e trabalhar, que ajudou a mudar a vida deles e, até mesmo, de suas famílias.

Esse posicionamento é corroborado por Gomes (2020, p. 85), ao pontuar os efeitos do programa na vida dos jovens, que, inclusive, era reconhecido pelas famílias, como reportado:

Figura 4 – Mudanças do programa na vida dos jovens egressos, Mariana, MG



Fonte: Dados da Pesquisa (2023), analisados com auxílio do software Iramuteq.

Inclusive, é possível de se perceber que muitas mulheres, que têm seus filhos nos Programas do Jovem Aprendiz, esperam que, ali, eles criem uma consciência maior do mercado de trabalho e da importância da educação e do trabalho como meios de se emancipar economicamente e socialmente. Isso é perceptível quando muitas mulheres relatam o crescimento e amadurecimento de seus filhos ao participarem do referido programa

Essas mudanças proporcionadas pelo programa tendem a influenciar as trajetórias e projetos de vida dos jovens, que comentaram que, com o benefício recebido e a aprendizagem, puderam ajudar financeiramente aos familiares e investir no próprio negócio, além de terem oportunidade de aumentar a interação com pessoas, que influenciaram suas trajetórias e projetos de vida, como reportado nas falas, a seguir apresentadas:

Sim. Porque a partir da minha participação na padaria escola, enquanto jovem aprendiz, hoje trabalho como pizzaiolo e penso em ter meu próprio negócio (Entrevistado 3).

Na época eu estava estudando e engravidei da minha filha. Eu tinha 17 anos, mas parei de estudar, mas tinha em mente que eu iria voltar a estudar. Sim, na verdade eu queria parar de estudar, eu continuei e passei a ter planos no futuro. As pessoas de onde eu estava exercendo as atividades não me deixaram desistir (Entrevistada 8).

Comecei a ajudar minha mãe, porque meu pai estava desempregado e o meu valor em ajudar em casa; além de ter o meu dinheiro para pagar o curso (Entrevistado 13).

Apesar dos avanços do programa para o alcance dos objetivos propostos, é importante destacar os desafios enfrentados pelo mesmo, conforme Figura 4. Na percepção dos jovens egressos, ao que se refere aos desafios durante a participação no programa, alguns informaram o fato de que não tiveram cursos de capacitação, somente reuniões e palestras, como, por exemplo, no período da pandemia Covid-19. Além disso, foi destacada a questão do número de vagas, pois, segundo os entrevistados, eram poucas, comparativamente com as demandas pelo Serviço, como relatado:

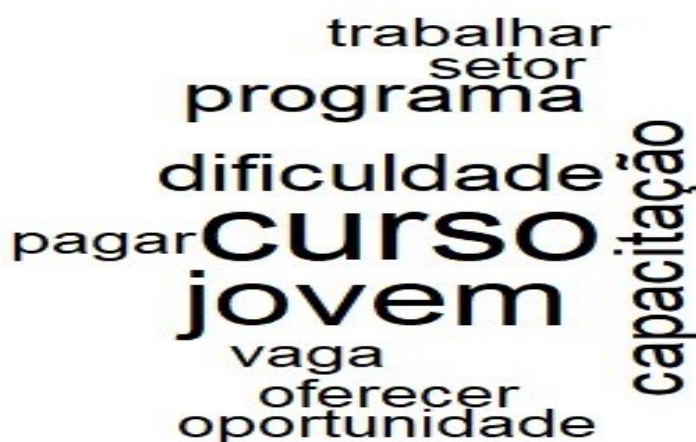
A maior dificuldade era vagas para entrar no programa... (Entrevistado 9).

As vagas, porque era muito disputado, conheci amigos que não conseguiram entrar (Entrevistado 12).

Para mim entrar no programa, a questão das vagas. E a nova Lei estava em desenvolvimento ainda e não chegou a oferecer cursos que hoje está sendo ofertados, como por exemplo do SENAI (Entrevistado 13).

Falta de curso de capacitação para oferecer aos jovens... (Entrevistado 3).

Figura 4 – Percepções dos jovens egressos sobre os desafios do Serviço de Formação, Mariana, MG



Fonte: Dados da Pesquisa (2023), analisados com auxílio do software Iramuteq.

Outro desafio enfrentado pelo PROJOVEM diz respeito ao processo de regularização do trabalho dos jovens, o que levou Gomes (2020, p. 86) a questionar exatamente qual seria papel do programa no sentido de pensar a inserção dos adolescentes no mercado formal de trabalho, pois, apesar dos mesmos efetivamente exercerem um trabalho, não possuíam nenhum comprovante e nem direitos trabalhistas. Diante disso, o PROJOVEM foi notificado pelo Ministério do Trabalho, em 2021, encontrando-se em processo de regularização, a fim de que os jovens beneficiários participantes tenham garantido seus direitos, como Carteira de Trabalho assinada, FGTS, entre outros direitos trabalhistas


4.3. Percepções dos egressos sobre a efetividade do programa: significado e reflexos sobre a qualidade de vida

Para análise da efetividade do programa foi feito uso da categoria qualidade de vida e, para tanto, procurou-se, inicialmente, identificar qual era seu significado para os beneficiários, egressos do PROJOVEM, sendo perguntado: diga três palavras que lhe vem à cabeça quando pensa em qualidade de vida? E, em seguida, de acordo com o seu significado de qualidade de vida, poderia dizer o que aconteceu com a sua qualidade de vida, após seu ingresso no programa?

Conforme Figura 5, ao identificar o significado de qualidade de vida, as palavras evocadas que mais sobressaíram, na fala dos jovens beneficiários egressos, foram: saúde, saúde mental e saúde física; lazer, descanso e bem-estar; conforto, tranquilidade e paz; trabalho e

desenvolvimento profissional; família, harmonia familiar e filhos; dinheiro, estabilidade financeira e renda.

Figura 5 – Principais termos referentes ao significado da qualidade de vida, na percepção dos jovens egressos, Mariana, MG

Nuvem de palavras	Frequência das palavras evocadas	
	Saúde/ Saúde mental/ Saúde física	19
	Lazer/Descanso/Bem-estar/Conforto/Tranquilidade/Paz	14
	Trabalho/Desenvolvimento profissional	13
	Família/Harmonia familiar/Filhos	9
	Dinheiro/Estabilidade financeira/Renda	9
	Respeito	3
	Felicidade	3
	Liberdade	2
	Socialização	2
	Alimentação	2
	Educação/Sabedoria	2
	Amor	2
	OUTROS	14

Fonte: Dados da Pesquisa (2023), analisados com auxílio do software Iramuteq.

Assim, diante da avaliação sobre o significado de qualidade de vida, os jovens egressos evocaram diversos domínios da vida, demonstrando que a concepção de qualidade de vida está associada às necessidades do ser humano, de acordo com suas realidades. A partir da percepção do próprio indivíduo e de seu ambiente vivenciado, o significado ultrapassa aspectos médicos, considerando outros componentes objetivos, como educação e alimentação, além dos subjetivos (METZEN et al., 1980; SOARES et al., 2011; PEREIRA; ZUFFO; MOURA, 2019).

Os componentes subjetivos relativos à qualidade de vida se remetem à felicidade, amor, liberdade e respeito, demonstrando a perspectiva multidimensional da qualidade de vida

Considerando que o significado de qualidade de vida, na percepção dos jovens egressos, está associado aos domínios saúde, lazer/conforto/paz, trabalho, família e estabilidade financeira, foi indagado aos entrevistados qual seriam as implicações do programa na qualidade de vida de seus beneficiários.

De acordo com a maioria dos jovens, a principal implicação do programa na qualidade de vida está associada à estabilidade financeira e a outros domínios da vida, pois, o acesso à renda está interligado à independência, lazer, conforto, saúde e, inclusive, uma maior perspectiva quanto ao futuro, como reportado:

A minha qualidade de vida melhorou, porque eu precisava ajudar em casa e tinha a renda do programa que ajudava (Entrevistado 18).

Melhorou muito bem. Tinha o direito ao lazer no programa, consegui fazer investimento, minha saúde mental porque tive atendimento com a psicóloga do programa que foi fundamental (Entrevistado 14).

Alterou-se, o controle financeiro de minha vida, comecei a perceber perspectivas de futuro em relação a minha situação de vida (Entrevistado 27).

Melhorou bastante porque antes era minha mãe a provedora e ela não podia comprar uma televisão, eu consegui comprar (Entrevistado 1).

Naquela época ajudou demais, minha mãe não trabalhava, melhorou, eu podia comprar minhas coisas, fiz e paguei um curso de informática pago (Entrevistado 16).

Sim. Não precisei depender tanto financeiramente dos meus pais, tive uma melhora significativa na saúde física (Entrevistado 20).

Sim. Ter seu próprio dinheiro, poder comprar suas coisas, e poder fazer o que você quiser, passear (Entrevistado 12).

A minha renda mudou eu consegui pagar meu curso, passei a valorizar a educação (Entrevistado 13).

Muito, bastante, além do financeiro, além de ajudar em casa, pude arcar com as despesas da minha filha, e melhorou o meu desenvolvimento na comunicação (Entrevistado 25).

Assim, diante dos relatos dos jovens em situação de vulnerabilidade social, egressos do programa, o acesso à renda e, portanto, à estabilidade financeira entrou como um componente predominante, na provisão da qualidade de vida, de forma a auxiliar o alcance das necessidades básicas, influenciando a melhoria do bem-estar.

Além disso, o aprendizado e o convívio social, advindos da participação no programa, foram destacados pelos jovens egressos, como experiências positivas, para a melhoria da qualidade de vida, como registrado nas seguintes falas:

Foi uma experiência boa de muitos aprendizados, de convivências muito boas, aprendi a me expressar mais e melhor e aprender um pouco sobre o mundo profissional (Entrevistado 3).

Foi uma experiência boa porque aprendi a fazer doces e bolos, além disso, eu tinha muitas pessoas que me apoiavam quando eu precisava (Entrevistado 7).

Minha experiência foi boa. Tive experiência que eu nunca pensei que eu ia ter, uma visão do mundo do trabalho, pontualidade, assiduidade e responsabilidade (Entrevistado 6).

Foi ótima. Porque diante dos problemas familiares, ser independente financeiramente foi muito bom, tendo também alguma coisa para ocupar minha mente, uma solução para me tornar um adulto responsável (Entrevistado 19).

Assim, como destacam Pereira, Zuffo e Moura (2019) e Pires (2012), de acordo com a posição cultural ocupada por cada jovem, a promoção de componentes socioeconômicos, biomédicos e psicológicos podem influenciar a qualidade de vida. Por sua vez, Pereira, Zuffo e Moura (2019) pontuaram que o aprimoramento das relações e maior integração social, tanto em nível de relacionamentos em casa com a família, quanto com pessoas relacionadas ao ambiente externo, como no trabalho, podem interferir de forma positiva na saúde, bem-estar e qualidade de vida do jovem.

Nesse contexto, Gomes (2020) ressalta que, para além de garantir uma renda aos jovens, seja garantido que eles tenham acesso a uma educação efetiva e voltada para o mercado de trabalho, possibilitando mais suporte para que consigam uma qualidade de vida melhor, de forma que tenham condições para romper com o ciclo intergeracional de dependência da política de assistência social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados indicaram que, de uma forma geral, os jovens, preferencialmente, do sexo feminino, solteiros, de cor parda, católicos e com ensino médio completo, foram motivados a participar do PROJOVEM pelo acesso à renda, bem como, em função da capacitação e encaminhamento para o mercado de trabalho; ou seja, para o acesso ao primeiro emprego. Contudo, observou-se uma dificuldade do Serviço em criar mecanismos que sejam realmente eficazes no encaminhamento e efetivação formal de contratação dos jovens, quando ocorre o término do seu tempo no programa.

Na percepção dos jovens, o programa é eficaz, uma vez que seus objetivos têm sido alcançados, ao promover maior conhecimento, aprendizagem, experiências, integração social e preparo para o mercado de trabalho. Além disso, consideram que o PROJOVEM tem contribuído para melhoria da vida, com influências sobre as trajetórias e projetos de vida, apesar dos desafios enfrentados, em termos do número de vagas e disponibilidade de cursos.

Por outro lado, na visão dos egressos, a efetividade também foi alcançada, pois, o programa possibilitou uma melhoria da qualidade de vida, associada aos componentes saúde, lazer/conforto/paz, trabalho, família e estabilidade financeira. Considera-se, entretanto, que, para além da formação e o auxílio financeiro, a execução do programa deveria pautar na construção de um cidadão crítico, pelo fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, melhoria educacional, preparo para o mercado de trabalho decente e maior autonomia.

6. REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M. T. S. Tendências no estudo sobre avaliação de políticas públicas. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 1, n. 1, p. 123-133, 2013.

FRIGOTTO, G. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 71-87, 2001. <https://doi.org/10.5007/%25x>.

LORETO, M. D. S.; SILVA, A. O.; BASTOS, R.; VENANCIO, L. P.; RIBEIRO, D.; BROWNE, G. **Percepções sobre a agricultura irrigada na bacia hidrográfica do Tocantins-Araguaia, região centro-oeste do Brasil: um estudo socioeconômico piloto**. Viçosa: UFV, 2022. 63 p. (Relatório de Pesquisa).

GOMES, L. C. **O ciclo intergeracional de dependência da política de assistência social no município de Mariana, MG**. 2020. 109 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2020.

KLUTHCOVSKY, A. C. G. C.; TAKAYANAGUI, A. M. M. Qualidade de vida - aspectos conceituais. **Revista Salus**, v. 1, n. 1, p. 13-15, 2007.

LINS, C. F. M. **Apostila de Iramuteq**. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2017. (Material didático).

MARIANA. **Decreto Municipal n. 8.802, de 29 de março de 2017**. Dispõe sobre os critérios para inclusão de jovens no Programa de Serviço de Formação Profissional para Jovens de Programas Sociais. Mariana: Prefeitura Municipal de Mariana.

MARIANA. **Lei Municipal n. 2.605, de 09 de abril de 2012**. Institui o Serviço de Formação Profissional para jovens de Programas Sociais e dá outras providências. Mariana: Prefeitura Municipal de Mariana.

MARIANA. **Lei Municipal n. 3.228, de 25 de junho de 2018**. Altera disposições da Lei Municipal nº 2.605, de 2012, e dá outras providências. Mariana: Prefeitura Municipal de Mariana.

MARIANA. **Lei Municipal n 3.416 de abril de 2021**. “Dispõe sobre o serviço municipal de formação profissional para jovens em situação de vulnerabilidade social - PROJOVEM - e dá outras providências.”. Altera disposições da Lei Municipal nº 2.605, de 2012, e dá outras providências. Mariana: Prefeitura Municipal de Mariana.

MARX, K. **O capital**. 7.ed. São Paulo: Difel, 1982.

METZEN, E.; WILLIAMS, F. L.; SHULL, J.; KEEFE, D. R. **Quality of live as affected by area of residence: I project description**. Columbia: University Missouri, College of Agriculture, Agricultural Experiment Station, 1980. 112 p.

PEREIRA, G. C.; ZUFFO, S.; MOURA, E. G. Juventude e qualidade de vida. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 14, n. 2, p. 1-9, 2019.

PESSOA, M. C. B.; ALBERTO, M. F. P.; MÁXIMO, T. A. C. O.; SOUZA, P. C. Z. Formação profissional de jovens: a que se destina? **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 19, n. 1, p. 22-30, 2014. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2014000100004>.

SILVA, D. R. S. Os beneficiários finais são atores pouco atuantes e influentes nas decisões em políticas públicas no Brasil. **Revista de Direitos Sociais e Políticas Públicas**, v. 2, n. 1, p. 205-223, 2016. <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2525-9881/2016.v2i1.557>.

SOARES, A. H. R.; MARTINS, A. J.; LOPES, M. C. B.; BRITTO, J. A. A.; OLIVEIRA, C. Q.; MOREIRA, M. C. N. Qualidade de vida de crianças e adolescentes: uma revisão bibliográfica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 7, p. 3197-3206, 2011. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000800019>.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 16-39, 2003. <https://doi.org/10.1590/S141324782003000300003>.

WU, X.; RAMESH, M.; HAWLETT, M.; FRITZEN, S. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Tradução: Ricardo Avelar de Souza. Brasília: ENAP, 2014.

CONCLUSÃO GERAL

O problema norteador da pesquisa concentrou-se no seguinte questionamento: Considerando o discurso legal do programa PROJOVEM e as etapas do seu ciclo político, quais foram os alcances do programa, em termos dos objetivos propostos e das contribuições na qualidade de vida do jovem, após sua participação?

Para responder ao referido questionamento, o estudo buscou analisar o processo de construção, funcionamento e alcances do programa PROJOVEM. Especificamente, objetivou examinar as características do mercado de trabalho juvenil; o discurso legal do programa; a visão do público gestor sobre a realidade do programa, em termos das etapas do seu ciclo político, principais problemas e potencialidades; além das percepções dos egressos sobre os alcances do Programa, desde o surgimento, por meio da Lei nº 2.605, de 09 de abril de 2012, até sua reformulação pela Lei nº 3.416, em 2021.

Em um primeiro momento, visando ter uma visão sobre o cenário do mercado de trabalho juvenil, foi realizada uma coleta de dados censitários, por meio Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), referentes à população economicamente ativa, além de informações sociodemográficas, verificando-se que o maior percentual de desocupados estava relacionado aos jovens de 18 a 24 anos, principalmente, mulheres, de menor grau de instrução. Esse público, principalmente na região metropolitana de São Paulo, vivenciava uma situação de precariedade, associada a trabalhos repentinos ou esporádicos, com acesso restrito ao primeiro emprego.

Em seguida, procurou-se identificar a trajetória e discurso sobre os dispositivos legais referentes às crianças e adolescentes, antes e pós Constituição de 1988, bem como examinar o conteúdo das Leis e Decretos relativos ao Serviço de Formação Profissional para Jovens em Situação de Vulnerabilidade-PROJOVEM, da cidade de Mariana, MG. A partir do conteúdo disposto no discurso legal, pode-se concluir que, apesar do avanço existente nas leis, a representação do jovem pobre ainda está carregada de estereótipos e seu reconhecimento, enquanto sujeitos de direitos, ainda se encontra arraigado de distorções. No que diz respeito ao discurso legal do programa PROJOVEM, seu conteúdo enfatizou o processo de formulação do programa, seus condicionantes, além das atividades previstas e instituições envolvidas, bem como seus alcances e contribuições, sendo as alterações legais pontuais e incrementais, relacionadas ao próprio funcionamento do programa.

Considerando que o funcionamento do programa depende da atuação de seus gestores, considerou relevante ouvir o que eles pensavam sobre a realidade do programa, desde a sua

criação até os dias atuais, perpassando pelo seu ciclo político, principais problemas e alcances. A maioria dos gestores apresentou a mesma visão, tanto em termos da identificação e montagem da agenda, bem como da formulação e implementação, com base nas normas legais. Apontaram que os principais problemas enfrentados pelo programa envolviam limitações em termos de planejamento, estrutura física, recursos financeiros e humanos (equipe técnica), que influenciavam a realização das ações, além da escassez de políticas públicas, conjugada com questões culturais e do assistencialismo. Com respeito à avaliação, consideravam que, na prática, o que tem sido feito é uma avaliação de processo, que resulta em decisões incrementais e mudanças legislativas, que refletem no funcionamento e atuação do programa; embora considerassem que, em termos gerais, que houve mudanças positivas na vida dos jovens

Essa perspectiva positiva sobre os alcances do Programa PROJOVEM foi também compartilhada pelos jovens beneficiários, que participaram do Serviço de Formação Profissional, da cidade de Mariana, MG. Ou seja, na percepção dos egressos, os resultados do programa foram positivos, em termos da eficácia e efetividade, considerando o alcance dos objetivos propostos e suas repercussões em termos da melhoria da qualidade de vida, associada à saúde, lazer/conforto/paz, trabalho, família e estabilidade financeira.

Em função dos resultados apresentados, pode-se concluir que os alcances do programa PROJOVEM, da cidade de Mariana, MG, foram satisfatórios, considerando que os objetivos propostos pela política foram positivos e, além disso, houve melhoria da qualidade de vida do jovem, após sua participação no programa.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com gestores do Serviço de Formação Profissional para Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social (PROJOVEM)

Nome do(a) entrevistado(a):		
PERFIL DOS GESTORES		
1. Idade: () 1.1 (18 anos) 1.2 (19 anos) 1.3 (20 anos) 1.4 (21 anos) 1.5 (22 anos) 1.6 (23 anos) 1.7 (Ou mais)	2. Sexo: () 2.1 Feminino 2.2 Masculino 2.3 Outros	3. Estado civil: () 3.1 Solteiro(a) 3.2 Casado(a) 3.3 Separado(a) 3.4 Divorciado(a) 3.5 Viúvo(a) 3.6 Amasiado(a) 3.7 Outros
4. Qual cor/ etnia você autodeclara ser: () 3.8 Amarelo(a) 3.9 Branco(a) 3.10 Pardo(a) 3.11 Negro(a) 3.12 Não respondeu	5. Religião () 5.1 Ateu 5.2 Católico 5.3 Religiões evangélicas 5.4 Outros	
6. Grau de escolaridade: () 6.1 Nunca frequentou escola 6.2 Fundamental incompleto (1ª a 4ª) 6.3 Fundamental completo (1ª a 8ª) 6.4 Ensino médio incompleto 6.5 Ensino médio completo 6.6 Ensino superior incompleto 6.7 Ensino superior completo 6.8 Pós-Graduação	7. Qual o seu interesse em atuar como coordenador de um programa na área da assistência social? 8. Como se deu o processo para sua atuação, enquanto coordenador no programa? () 8.1 Convite da gestão 8.2 Processo seletivo 8.3 Concurso público 8.4 Outros	
HISTÓRICO SOBRE O PROGRAMA		
9. Na sua opinião, quais problemas influenciaram para que o programa fosse criado, no município de Mariana? Ou seja, por que e quando a ideia emergiu?		
10. Quais foram os atores envolvidos, que pressionaram para que o problema entrasse na agenda do governo, dando origem ao programa?		
11. Quais alternativas políticas surgiram, influenciando o processo de formulação do programa?		
12. O programa apresenta objetivos, metas e direção clara?		
13. Como determinada proposição foi selecionada, entre as alternativas propostas? E quem participou do processo de formulação e decisão política?		
14. O programa exigiu alguma mudança organizacional? Como ficou determinada a divisão de atribuições e atividades para sua execução?		

15. E quanto aos recursos (humanos e materiais) para sua implementação, como tem sido o seu manejo e utilização?	
16. Quais são atores envolvidos na implementação do programa? Esses atores estão de acordo e compreendem a política traçada?	
VISÃO DOS COORDENADORES SOBRE A EFICÁCIA DO PROGRAMA	
17. Na sua opinião, o programa tem alcançado os objetivos e metas planejados? Ou seja, as ações previstas foram realizadas? As metas definidas foram alcançadas? Os recursos e instrumentos previstos foram empregados?	
18. Sobre a duração do programa você acha suficiente para realizar todas as atividades de preparação para o mercado de trabalho? Por quê?	
19. O jovem tem conseguido acessar o primeiro emprego? De que forma?	
20. Em média quantos jovens procuram o departamento no mês?	
21. Você realiza encaminhamentos para o mercado de trabalho? De que forma?	
21.1 Sim	
21.2 Não	
22. Dos jovens egressos do programa vocês tem o quantitativo de quantos foram inseridos no mercado de trabalho?	
23. Sobre o funcionamento do programa , existe alguma questão que você mudaria? Quais? Por quê?	
24. Na sua visão, quais são os principais alcances do Programa?	
25. A ação política trouxe mudanças positivas ou negativas para a população beneficiária e para a comunidade local? Quais? Ou seja, na sua visão, quais os principais impactos do programa?	
26. De acordo com seu significado de qualidade de vida, você considera que o programa influenciou a qualidade de vida dos jovens? E de suas famílias? De que forma?	
27. Para você, o que é qualidade de vida ?	

VISÃO DOS COORDENADORES SOBRE OS PRINCIPAIS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELO PROGRAMA

Para tanto, estamos fazendo uso da Matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência), apresentada na Figura 1.

Figura 1 – Esquema da Matriz GUT

Matriz GUT (para priorizar problemas a serem tratados)				
Valor	Gravidade	Urgência	Tendência	G x U x T
5	Extremamente grave	Extremamente grave	Agrava rápido	125
4	Muito grave	Muito grave	Piora curto prazo	64
3	Grave	Urgente	Piora médio prazo	27
2	Pouco grave	Pouco grave	Piora longo prazo	8
1	Sem gravidade	Sem urgência	Sem tendência de piorar	1
G	GRAVIDADE	Impacto do problema sobre operações e pessoas da empresa. Efeitos que surgirão a longo prazo em caso de não solução		
U	URGÊNCIA	O tempo disponível é necessário para resolver o problema		
T	TENDÊNCIA	Potencial de crescimento (piora) do problema		

Fonte: Cantidio (2022).

A referida Matriz é um instrumento utilizado para identificação de problemas, levando em conta: sua gravidade ou impacto sobre pessoas e operações, que pode variar de 1 (sem gravidade) até 5 (extremadamente grave); a urgência ou o tempo disponível e necessário para resolver os problemas, que também varia de 1 (não tem pressa) até 5 (extremadamente urgente, exigindo ação imediata); e a tendência ou o potencial de crescimento (piora) do problema, que pode assumir valores de 1 (sem tendência de piorar) até 5 (vai piorar ou agravar rapidamente, se nada for feito).

Nesse sentido, gostaria que você expressasse sua opinião sobre os referidos problemas e sugestões para sua mitigação.

28. Na sua percepção, quais foram três principais problemas enfrentados pelo programa?

HIERARQUIZAÇÃO DOS PROBLEMAS

Para que os referidos problemas possam ser hierarquizados, identifique a sua Gravidade (G), Urgência (U) e Tendência (T), de acordo com a escala de 1 a 5, conforme a Figura 1 sobre a Matriz GUT, sabendo-se que os problemas mais graves, urgente e com tendência de piorar rapidamente terão a pontuação máxima (125 pontos), já que terá nota 5 em cada quesito.

29. Hierarquização dos Problemas do Programa (indicar os problemas e dar nota de 1 a 5, conforme G,U,T.

Problemas identificados	Gravidade	Urgência	Tendência	Prioridade
1°				
2°				
3°				

SUGESTÕES
30. Quais as sugestões você daria para a solução dos problemas identificados?
31. Você tem alguma informação adicional sobre o Programa, que gostaria de acrescentar, que contribuiria para a melhoria da qualidade de vida dos jovens e suas famílias?

MUITO OBRIGADA PELAS INFORMAÇÕES!

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com os egressos do Serviço de Formação Profissional para Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social (PROJOVEM)

Nome do(a) entrevistado(a):	
PERFIL DO JOVEM	
1. Idade: () 1.1 (18 anos) 1.2 (19 anos) 1.3 (20 anos) 1.4 (21 anos) 1.5 (22 anos) 1.6 (23 anos) 1.7 (Ou mais)	2. Sexo: () 2.1 Feminino 2.2 Masculino 2.3 Outros
3. Estado civil: () 3.1 Solteiro(a) 3.2 Casado(a) 3.3 Separado(a) 3.4 Divorciado(a) 3.5 Viúvo(a) 3.6 Amasiado(a) 3.7 Outros	
4. Qual cor/etnia você autodeclara ser: () 4.1 Amarelo(a) 4.2 Branco(a) 4.3 Pardo(a) 4.4 Negro(a) 4.5 Não respondeu	5. Religião: () 5.1 Ateu 5.2 Católico 5.3 Religiões evangélicas 5.4 Outros
6. Grau de escolaridade: () 6.1 Nunca frequentou escola 6.2 Fundamental incompleto (1ª a 4ª) 6.3 Fundamental completo (1ª a 8ª) 6.4 Ensino médio incompleto 6.5 Ensino médio completo 6.6 Ensino superior incompleto 6.7 Ensino superior completo 6.8 Pós-Graduação	7. Tem filhos? () 7.1 Sim 7.2 Não
8. Se sim, quantos? () 8.1 1 a 3 filhos. 8.2 4 a 6 Filhos. 8.3 Ou mais.	
PERFIL DA FAMÍLIA	
9. Qual o número de pessoas incluindo você fazem parte da composição familiar e dependem da renda familiar: ()	10. Qual a renda familiar mensal? () 10.1 Até 1 salário-mínimo. 10.2 De 1 a 2 salários-mínimos. 10.3 De 2 a 3 salários-mínimos. 10.4 Acima de 3 salários-mínimos.
11. Você é o principal provedor da sua família? 11.1 Sim 11.2 Não	12. Antes do programa qual era sua condição de moradia? 12.1 Própria 12.2 Alugada 12.3 Cedida 12.4 Ocupação (Situação irregular)
13. Quantos pessoas da sua família estão trabalhando no momento com registro em CTPS?	

QUESTÕES SOBRE A EFICÁCIA E MUDANÇAS VIVENCIADAS PELOS JOVENS EGRESSOS APÓS PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA	
14. Você continuou estudando após participar do programa? () 13.1 Sim. 13.2 Não.	15. Na sua opinião o programa contribuiu para você acessar o primeiro emprego? Por quê?
16. Quanto tempo demorou para conseguir emprego após sua participação no programa? () 16.1 Imediatamente após participação 16.2 De 6 meses a 1 ano 16.3 De 1 ano a 1 ano e 6 meses 16.4 Até 2 anos 16.5 Mais de dois anos	
16. De que forma você ficou sabendo do programa? () 16.1 Serviços da Assistência Social 16.2 Familiar e ou amigos 16.3 Rede de comunicação 16.4 Panfletos e jornais	17. Como ocorreu o seu acesso ao programa? 17.1 Demanda espontânea 17.2 Encaminhamento 17.3 Indicação 17.4 Busca ativa
18. O que te motivou a participar do programa? () 18.1 Acesso a renda 18.2 Acesso a cursos e capacitações 18.3 Preparação para o mercado de trabalho 18.4 Outros	19. Os cursos oferecidos no programa contribuíram para sua vida profissional? E pessoal? Por quê?
20. O programa foi importante para sua vida? Por quê?	
21. Houve mudanças na sua vida após sua participação programa? Quais?	
22. Como foi sua experiência do programa? Explique.	
23. Em qual setor você foi inserido para adquirir experiência? Você gostou? O que aprendeu?	
24. Qual foi o seu tempo de permanência no Programa?	
25. Sobre o tempo, a carga horária de atividades do programa, foi suficiente ou necessitava mais tempo? Por quê?	
26. Na sua opinião quais foram os principais desafios do programa que você observou?	
QUESTÕES SOBRE QUALIDADE DE VIDA	
27. Para você o que é qualidade de vida?	
28. Diga 3 palavras que lhe vem à cabeça quando pensa em qualidade de vida?	
29. De acordo com o seu significado de qualidade de vida, poderia dizer o que aconteceu com a sua qualidade de vida, após seu ingresso no programa? Explique sua resposta	
30. O programa lhe proporcionou mudanças na sua trajetória e seus projetos de vida? Como?	
31. Você observou alterações na vida dos seus familiares com sua participação no programa? Quais?	

32. Avaliação da qualidade de vida	Muito ruim	Ruim	Nem ruim nem boa	Boa	Muito boa
Como você avaliaria sua qualidade de vida?	1	2	3	4	5
Explique sua resposta:					

EFEITOS DO PROGRAMA SOBRE OS COMPONENTES DA QUALIDADE DE VIDA			
33. Componentes da qualidade de vida		Efeitos do programa (SIM/NÃO)	Como/Por quê?
33.1	Cuidados de saúde?		
33.2	Relações pessoais (amigos, parentes, conhecidos, colegas)?		
33.3	Suporte (Apoio) Social		
33.4	Capacidade para o trabalho?		
33.5	Atividade da vida cotidiana?		
33.8	Segurança financeira (Renda)?		
33.9	Espiritualidade/Religião/Crenças pessoais		
33.10	Imagem corporal e aparência?		
33.11	Sentimentos positivos?		
33.12	Bem-estar consigo mesmo, autoestima?		
33.13	Transporte disponível?		
33.14	Ambiente no lar?		
33.15	Oportunidade de adquirir novas informações e habilidades?		
33.16	Recreação e lazer?		
33.17	Pensar, Aprender, Memorizar e Concentrar?		

Você tem alguma informação adicional sobre o Programa, que gostaria acrescentar, que contribuiria para melhoria da sua qualidade de vida e de sua família?

MUITO OBRIGADA PELAS INFORMAÇÕES!

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Gestores)

O(A) senhor(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa intitulada **“Programa de serviço de formação profissional (PROJOVEM), Mariana, MG: processo de construção, funcionamento e alcances”**, elaborado pela pesquisadora Adelize Inês Martins Magalhães, sob orientação da professora Dra. Maria das Dores Saraiva de Loreto, ambas da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Vale ressaltar que as informações necessárias sobre a pesquisa estarão apresentadas no documento a seguir e, em caso de dúvidas, serão esclarecidas anterior à confirmação e assinatura do presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Nesta pesquisa, pretende-se realizar um estudo, de exclusiva ligação acadêmica com pretensão de analisar o ciclo político do Serviço de Formação Profissional para Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social (PROJOVEM), examinando seu funcionamento e alcances, em termos dos reflexos na qualidade de vida dos jovens e de suas famílias na cidade de Mariana, MG. Diante disso, a fim de alcançar com os objetivos da pesquisa, faz-se necessária a realização de uma entrevista semiestruturada junto aos gestores do programa, contendo tanto perguntas objetivas quanto subjetivas, acerca do processo de construção do programa, formas de funcionamento, principais problemas enfrentados, contribuições e impactos gerados, considerando as experiências vividas e as percepções da relação PROJOVEM, trabalho e qualidade de vida.

Um dos principais motivos que nos leva a realizar este estudo está relacionado à geração de conhecimentos sobre a referida política, visando subsidiar uma avaliação do programa, a fim de contribuir com os resultados do PROJOVEM, deixando registrado e documentado seu processo de construção do programa, funcionamento e alcances. Pressupõe-se que o conhecimento sobre os impactos e resultados obtidos na vida dos egressos de tal política na cidade de Mariana, MG, bem como de suas famílias e comunidades. Portanto, a pesquisa contribuirá com a instituição para futuras reelaboração de políticas, que visem à melhoria da qualidade de vida da população local.

Para esta pesquisa, pretende-se adotar os seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica e documental sobre política pública e, em especial, sobre o Programa de Serviço de Formação Profissional (PROJOVEM), que será complementada com a entrevista semiestruturada que o(a) senhor(a) está convidado(a) a participar de forma voluntária, em caráter presencial. A entrevista, para vocês gestores, contém questões que abordam as etapas do

programa (identificação do problema e seu agendamento político, processo de construção e formulação do programa, implementação e avaliação da política), bem como seus principais problemas e sugestões para o enfrentamento dos mesmos, visando a melhoria da qualidade de vida.

Os benefícios para o(a) participante estão relacionados à compreensão do trabalho desenvolvido na Universidade Federal de Viçosa (UFV), além de poder contribuir com uma avaliação da eficácia e eficiência do programa para jovens na cidade de Mariana. Além disso a presente pesquisa poderá contribuir para a elaboração de novas políticas para os jovens em Mariana, bem como à melhoria das políticas já existentes, nessa pesquisa o “PROJOVEM”.

Os riscos de sua participação nesta pesquisa podem estar relacionados ao desconforto, cansaço e inibição de prestar as informações solicitadas, diante disso, o(a) participante terá total liberdade em se negar a prestar qualquer tipo de informação e poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem a necessidade de explicar o motivo.

Diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, o(a) senhor(a) tem assegurado o direito à indenização. O(A) senhor(a) tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o(a) senhor(a) é atendido(a) pelo pesquisador.

A gravação da entrevista ou não, durante a entrevista, será decidido pelo(a) participante. Caso não autorizado, a entrevista não será gravada e as respostas serão manuscritas pelo pesquisador e posteriormente poderá ser lida pelo participante. Caso haja consentimento e autorização, a entrevista será gravada, por gravador, apenas em áudio, sem vídeo.

Frisa-se que caso os participantes da pesquisa sintam em qualquer momento desconforto, constrangimento e/ou inibição em prestar as informações durante a entrevista, eles poderão negar as informações solicitadas e, até mesmo, desistir da pesquisa, sem que haja a necessidade de justificar o motivo.

Para participar deste estudo, o(a) senhor(a) não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, o(a) senhor(a) tem assegurado o direito à indenização. O(A) senhor(a) tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou

modificação na forma em que o(a) senhor(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(A) senhor(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida ao senhor(a).

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de um período de 5 (cinco) anos, após o término da pesquisa. Depois desse tempo, eles serão destruídos.

Dessa forma, o presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) será entregue impresso ao participante, a fim de que possa ser lido e assinado após consentimento:

Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____,
contato _____, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa **“Programa de serviço de formação profissional (PROJOVEM), Mariana. MG: processo de construção, funcionamento e alcances”**, de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

O(A) participante poderá entrar em contato, em caso de dúvidas, esclarecimentos ou qualquer questão referente à pesquisa, com os pesquisadores envolvidos, que são:

Nome do Pesquisador Responsável

MARIA DAS DORES SARAIVA DE LORETO

Departamento de Economia Doméstica

Universidade Federal de Viçosa

Telefone: (31) 3612-7606

E-mail: mdora@ufv.br

Nome do Pesquisador Executor

ADELICE INÊS MARTINS MAGALHÃES

Departamento de Economia Doméstica

Universidade Federal de Viçosa

Telefone: (31) 99558-8849

E-mail: adelice.magalhaes@ufv.br

Caso encontre alguma discordância e ou irregularidades no que se refere ao aspecto ético

desta pesquisa, você poderá entrar em contato:

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UFV)

Edifício Arthur Bernardes, piso inferior

Universidade Federal de Viçosa

Av. P.H. Rolfs, s/n – Campus Universitário

36570-900 – Viçosa, MG

Telefone: (31) 3612-2316

E-mail: cep@ufv.br

Viçosa, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do(a) Participante

Assinatura da Pesquisadora

APÊNDICE D – Termo de Consentimento dos Jovens Egressos

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (JOVENS EGRESSOS DO PROGRAMA)

O(A) senhor(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa intitulada **“Programa de serviço de formação profissional (PROJOVEM), Mariana, MG: processo de construção, funcionamento e alcances”**, elaborado pela pesquisadora Adelize Inês Martins Magalhães, sob orientação da professora Dra. Maria das Dores Saraiva de Loreto, ambas da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Vale ressaltar que as informações necessárias sobre a pesquisa estarão apresentadas no documento a seguir e, em caso de dúvidas, serão esclarecidas anterior à confirmação do presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Nesta pesquisa, pretende-se realizar um estudo, de exclusiva ligação acadêmica com pretensão de analisar o ciclo político do Serviço de Formação Profissional para jovens em situação de vulnerabilidade social (PROJOVEM), examinando seu funcionamento e alcances, em termos dos reflexos na qualidade de vida dos jovens e de suas famílias na cidade de Mariana, MG. Diante disso, a fim de alcançar com os objetivos da pesquisa, faz -se necessário a realização de uma entrevista semiestruturada contendo perguntas objetivas, bem como discursivas acerca das implicações do programa na qualidade de vida de seus beneficiários e respectivas famílias.

Um dos principais motivos que nos leva a realizar este estudo está relacionado a geração de conhecimentos sobre o programa e seus impactos, visando subsidiar sua avaliação, de forma a contribuir com os resultados do PROJOVEM, deixando registradas e documentadas as condições de funcionamento e alcances da política.

Para esta pesquisa foram adotados os seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica e documental sobre política pública e, em especial, sobre o Programa de Serviço de Formação Profissional (PROJOVEM), que será complementada com a entrevista semiestruturada a ser realizada, de forma voluntária, em caráter presencial com os jovens egressos do programa, contendo questões que possibilitem identificar o perfil pessoal e familiar do jovem, mudanças ocorridas após a participação no PROJOVEM e suas implicações sobre a qualidade de vida dos beneficiários da política e suas famílias, que será dimensionada por meio de diversos componentes da vida.

Os benefícios para o(a) participante estão relacionados à compreensão do trabalho desenvolvido na Universidade Federal de Viçosa (UFV), além de poder contribuir com uma avaliação da eficácia e eficiência do programa para jovens na cidade de Mariana. Além disso a presente pesquisa poderá contribuir para a elaboração de novas políticas para os jovens em Mariana, bem como a melhoria das políticas já existentes, nessa pesquisa do “PROJOVEM”.

Os riscos de sua participação nesta pesquisa podem estar relacionados ao desconforto, cansaço e inibição de prestar as informações solicitadas, diante disso, o(a) participante terá total liberdade em se negar a prestar qualquer tipo de informação e poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem a necessidade de explicar o motivo.

Diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, o(a) senhor(a) tem assegurado o direito à indenização. O(A) senhor(a) tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o(a) senhor(a) é atendido(a) pelo pesquisador.

A gravação da entrevista ou não, durante a entrevista, será decidido pelo(a) participante. Caso não autorizado, a entrevista não será gravada e as respostas serão manuscritas pelo pesquisador e posteriormente poderá ser lida pelo(a) participante. Caso haja consentimento e autorização a entrevista será gravada, por gravador, apenas em áudio, sem vídeo.

Frisa-se que caso os participantes da pesquisa sintam em qualquer momento desconforto, constrangimento e ou inibição em prestar as informações durante a entrevista, eles poderão negar as informações solicitadas e, até mesmo, desistir da pesquisa, sem que haja a necessidade de justificar o motivo.

Para participar deste estudo o(a) senhor(a) não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, o(a) senhor(a) tem assegurado o direito à indenização. O(A) senhor(a) tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o(a) senhor(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(A) senhor(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida ao(à) senhor(a).

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de um período de 5 (cinco) anos, após o término da pesquisa. Depois desse tempo, eles serão destruídos.

Dessa forma, o presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) será entregue impresso ao(à) participante, a fim de que possa ser lido e assinado após consentimento:

Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____,
contato _____, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa **“Programa de serviço de formação profissional (PROJOVEM), Mariana, MG: processo de construção, funcionamento e alcances”**, de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

O(A) participante poderá entrar em contato, em caso de dúvidas, esclarecimentos ou qualquer questão referente a pesquisa, com os pesquisadores envolvidos, que são:

Nome do Pesquisador Responsável

MARIA DAS DORES SARAIVA DE LORETO
Departamento de Economia Doméstica
Universidade Federal de Viçosa
Telefone: (31) 3612-7606
E-mail: mdora@ufv.br

Nome do Pesquisador Executor

ADELICE INÊS MARTINS MAGALHÃES
Departamento de Economia Doméstica
Universidade Federal de Viçosa
Telefone: (31) 99558-8849
E-mail: adelice.magalhaes@ufv.br

Caso encontre alguma discordância e ou irregularidades no que se refere ao aspecto ético desta pesquisa, você poderá entrar em contato:

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UFV)

Edifício Arthur Bernardes, piso inferior

Universidade Federal de Viçosa

Av. P.H. Rolfs, s/n – Campus Universitário

36570-900 – Viçosa, MG

Telefone: (31) 3612-2316

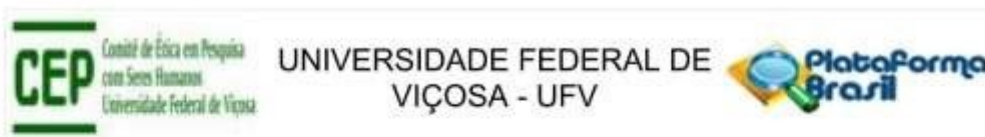
E-mail: cep@ufv.br

Viçosa, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do(a) Participante

Assinatura da Pesquisadora

ANEXO A – Parecer consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PROGRAMA DE SERVIÇO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL- PROJOVEM, MARIANA - MG: PROCESSO DE CONSTRUÇÃO, FUNCIONAMENTO E ALCANCES.

Pesquisador: Maria das Dores Saraiva de Loreto

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 60853122.8.0000.5153

Instituição Proponente: Departamento de Economia Doméstica

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.669.406

Apresentação do Projeto:

O projeto "Programa de serviço de formação profissional - PROJOVEM, Mariana - MG: processo de construção, funcionamento e alcances" será realizado sob responsabilidade da Profª Maria das Dores Saraiva de Loreto. No estudo será realizada uma pesquisa bibliográfica e documental sobre a legislação municipal referente ao PROJOVEM. Serão realizadas entrevistas (gravadas) com jovens com idade entre 18 a 21 anos e gestores do programa.

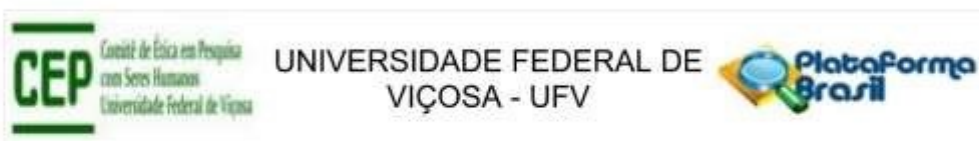
Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO GERAL: Analisar o ciclo político do Serviço de Formação Profissional para jovens em situação de vulnerabilidade social-PROJOVEM, examinando seu processo de construção, condições de seu funcionamento e alcances, em termos dos reflexos na qualidade de vida dos jovens e de suas famílias.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Caracterizar a evolução e as etapas do ciclo político do Serviço de Formação Profissional para jovens - PROJOVEM, em situação de vulnerabilidade social.
- Examinar o funcionamento do Programa-PROJOVEM, seus principais problemas, conflitos e potencialidades, considerando o perfil e as percepções do público gestor.
- Identificar o perfil pessoal e familiar do egresso, bem como analisar as implicações do

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 0.669.406

Programa-PROJOVEM, na qualidade de vida pessoal e familiar dos jovens.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS: expressos adequadamente.

BENEFÍCIOS: sugere-se retirar dos benefícios a afirmação de que estão relacionados "à compreensão do trabalho desenvolvido na Universidade Federal de Viçosa". Pode deixar dúvida se o pesquisador refere ao trabalho (pesquisa que está desenvolvendo) ou a TODO trabalho, não só de pesquisa, desenvolvido na UFV.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto bem estruturado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Considerações sobre os documentos apresentados pelo pesquisador:

1. Informações Básicas do Projeto: em conformidade.
2. TCLE gestores e TCLE jovem egresso: em conformidade, APENAS a sugestão descrita acima.
3. Projeto Detalhado: em conformidade.
4. Folha de Rosto: em conformidade.
5. Orçamento: em conformidade.
6. Cronograma: em conformidade.
7. Autorização da instituição: em conformidade.
8. Roteiros de entrevista (jovens e gestores): em conformidade.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

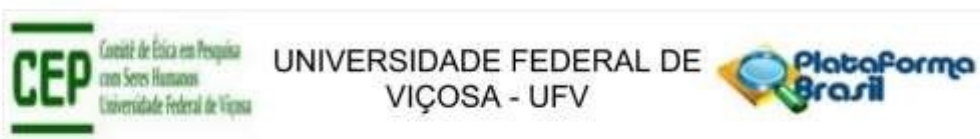
Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ao término da pesquisa é necessário apresentar, via notificação, o Relatório Final (modelo disponível no site www.cep.ufv.br). Após ser emitido o Parecer Consubstanciado de aprovação do Relatório Final, deve ser encaminhado, via notificação, o Comunicado de Término dos Estudos para encerramento de todo o protocolo na Plataforma Brasil.

Projeto aprovado autorizando o início da coleta de dados com os seres humanos a partir da data de emissão deste parecer.

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 5.689.406

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1970014.pdf	06/09/2022 12:22:21		Aceito
Outros	ROTEIRO_DE_ENTREVISTA_DOS_JOVENS_EGRESSOS.pdf	06/09/2022 11:35:37	ADELICE INES MARTINS MAGALHAES	Aceito
Outros	ROTEIRO_ENTREVISTA_GESTORES.pdf	06/09/2022 11:23:14	ADELICE INES MARTINS MAGALHAES	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_PENDENCIAS_CEP_UFV.pdf	06/09/2022 11:21:39	ADELICE INES MARTINS MAGALHAES	Aceito
Outros	AUTORIZACAO_INSTITUICAO.pdf	06/09/2022 11:17:52	ADELICE INES MARTINS MAGALHAES	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_MODIFICADO_.pdf	05/09/2022 10:22:15	ADELICE INES MARTINS MAGALHAES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_MESTRADO_MODIFICADO.pdf	05/09/2022 10:10:11	ADELICE INES MARTINS MAGALHAES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_JOVENS_MODIFICADO.pdf	05/09/2022 10:03:42	ADELICE INES MARTINS MAGALHAES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_GESTORES_MODIFICADO.pdf	05/09/2022 10:02:08	ADELICE INES MARTINS MAGALHAES	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	20/07/2022 12:21:48	ADELICE INES MARTINS MAGALHAES	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	16/07/2022 18:34:35	ADELICE INES MARTINS MAGALHAES	Aceito

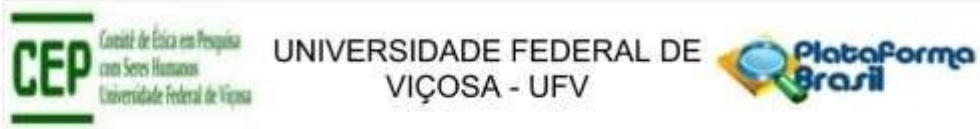
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 5.689.406

VICOSA, 28 de Setembro de 2022

Assinado por:
Guilherme de Azambuja Pussieldi
(Coordenador(a))

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br